

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRABALHO:
O DISCURSO DE SUJEITOS E INSTITUIÇÕES**

Maria Eduarda Silva Leme

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Luiza Bustamante Smolka

Campinas, 2010

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

LS42p	Leme, Maria Eduarda Silva. Pessoas com deficiência e trabalho: o discurso de sujeitos e instituições / Maria Eduarda Silva Leme. – Campinas, SP: [s.n.], 2010. Orientador : Ana Lúcia Bustamante Smolka. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Deficiências. 2. Trabalho. 3. Discurso. 4. Perspectiva histórico - cultural. 5. Instituições. I. Smolka, Ana Lúcia Bustamante. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título. 10-030/89E
-------	--

Título em inglês : People with disability and work: the discourse of subjects and institutions

Keywords : Disability; Work; Discourse; Historical-cultural perspective; Social institutions

Área de concentração : Psicologia Educacional

Titulação : Doutora em Educação

Banca examinadora : Profª. Drª. Ana Lúcia Bustamante Smolka (Orientadora)

Profª. Drª. Maria Onice Payer

Profª. Drª. Gilberta Sampaio de Martino Januzzi.

Prof. Dr. Angel Piro Sirgado

Profª. Drª. Maria de Fátima Carvalho

Data da defesa: 24/02/2010

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : eduardaleme@uef.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRABALHO: O DISCURSO
DE SUJEITOS E INSTITUIÇÕES

Autor: Maria Eduarda Silva Leme

Orientador: Profª Dra. Ana Luiza Bustamante Smolka

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por
Maria Eduarda Silva Leme e aprovada pela Comissão Julgadora.

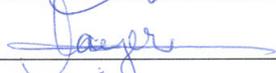
Data: 24/02/2010

Assinatura: 

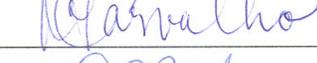
Orientador

COMISSÃO JULGADORA:









 / 

2010

Dedico este trabalho às pessoas com deficiência

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para que eu realizasse este trabalho e, em particular, quero expressar minha grande gratidão a:

Ana Luiza, minha orientadora, pelo amplo e profundo saber que generosamente compartilhou comigo, e pela afetividade, pelo calor e pela alegria com que sempre me acolheu e orientou;

Prof^a Gilberta Jannuzzi, Prof. Angel Pino, Prof^a Maria Onice Payer, Prof^a Mônica Kassar, pelas preciosas contribuições no exame de qualificação, e pelo incentivo; colegas do GPPL pelo afeto, pelas trocas, pelas palavras de apoio e de ensinamento, pela amizade;

funcionários da Faculdade de Educação da Unicamp, particularmente o pessoal da secretaria de Pós-Graduação, que sempre me atendeu com disponibilidade e gentileza;

meu pai (*in memoriam*) e minha mãe, que me transmitiram o apreço pelo conhecimento e sua crença no ser humano;

Frank, meu companheiro de vida, porto seguro nos momentos difíceis, afeto sempre;

minha irmã Marta, minha cunhada Lídia, pelo apoio sempre presente na hora necessária, e a toda a minha família;

Breno Geribello da Cruz, gerente executivo do INSS de Campinas e Dra. Theresa Christina Ferreira da Cunha, chefe da Seção de Saúde do Trabalhador, pela confiança, pelo apoio e pela compreensão;

Gerência Regional do Trabalho de Campinas, pela disponibilidade e abertura; colegas do Núcleo Pró-Igualdade, particularmente Guirlanda Maria Maia Benevides, a quem expresso minha admiração pela força e coragem com que empreende seu importante trabalho;

as pessoas com deficiência que participaram desta jornada, oferecendo com tanto desapego suas histórias e suas palavras para que eu pudesse realizar este trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar os modos socialmente constituídos de conceber e significar as pessoas com deficiência na sua relação com o trabalho, tomando-se por base determinadas condições concretas na sociedade brasileira contemporânea. O material de análise é o discurso das instituições – órgãos públicos, empresas, terceiro setor – e o discurso das pessoas com deficiência sobre a questão. Fundamentam teórica e metodologicamente o estudo os pressupostos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, particularmente as concepções de Vigotski e Bakhtin. A posição da pesquisadora, como profissional atuante na área e principal interlocutora na pesquisa, é também problematizada. A análise evidencia as contradições que permeiam os discursos sobre deficiência e trabalho, e como os sentidos produzidos afetam as pessoas – com e sem deficiência - que, apropriando-se dos sentidos que circulam, constituem-se em meio a uma complexa trama de significações.

ABSTRACT

Our research has as its purpose to investigate socially constructed means to understand and signify people with disability in their relationship with work by taking as its basis some specific concrete conditions in the contemporary Brazilian society. Our material of analysis is the discourse of institutions, such as the legislation, public agencies, companies, non-governmental organizations, and the discourse of those who have a disability about this issue. Our study is theoretically and methodologically based on presuppositions on the historical-cultural perspective of human development, more specifically the conceptions of Vigotski and Bakhtin. The researcher position, as a professional working in this area and the main interlocutor in the research, is also problematized. Our analysis shows contradictions that permeate today's discourses about disability and work, and how produced meanings affect people – with or without a disability - who, by appropriating of these meanings, construct a complex web of meanings.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – A INVESTIGAÇÃO E SEU CENÁRIO.....	01
1.1 – Mariana: a esperança de um emprego.....	01
1.2 – A lei e o certificado.....	03
1.3 – O lugar do pesquisador: o sujeito, o Estado.....	09
1.4 – Pontos de ancoragem.....	29
Capítulo 2 – RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS.....	39
2.1 – Um trabalho em construção e a construção de um lugar.....	39
2.2 – Muitas histórias em um campo de trabalho.....	44
2.2.1 – Um evento e seus desdobramentos.....	47
2.3 - Embates e (re)configurações.....	57
2.4 – O discurso das parcerias.....	61
2.4.1 – Uma pergunta incômoda.....	65
2.5 – Os empregadores: o discurso das empresas.....	73
2.5.1 – Um evento empresarial.....	73
Capítulo 3 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRABALHO.....	81
3.1 – Dizeres sobre deficiência.....	81
3.1.1 – Irene.....	81
3.1.2 – Mariana.....	84
3.1.3 – <i>Preconceito</i>	89
3.2 – O trabalho: condições, contradições, implicações.....	98
3.2.1 - Três histórias sobre trabalho e deficiência.....	102
3.2.2 - Um caso à parte.....	111
3.2.3 - Diálogo com Yves Clot.....	116

Capítulo 4 - UM CASO EMBLEMÁTICO.....	121
4.1 – Rosana: ser ou não ser deficiente.....	121
4.2 – Entre a lei e os sujeitos.....	130
Capítulo 5 – DISCURSOS, SENTIDOS E CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS..	135
5.1 – Os “novos” discursos e deficiência.....	136
5.2 – Deficiência e trabalho em meio a contradições.....	145
5.3 - Condições de possibilidade dos sujeitos.....	152
5.4 – Retomando a questão do Estado.....	155
Referências bibliográficas.....	163

CAPÍTULO 1 - A INVESTIGAÇÃO E SEU CENÁRIO

1.1 - Mariana: a esperança de um emprego

Dou início a este trabalho narrando fatos da história de Mariana¹, uma jovem de 21 anos. Ela vivia com os pais e uma irmã em Cosmópolis, cidade da região metropolitana de Campinas, mas mudou-se recentemente para Paulínia, outra cidade da região, para tentar encontrar trabalho. Mora com uma tia, cursa a terceira série do ensino médio, e nunca trabalhou. É uma jovem tímida, tem poucos amigos, quase não sai de casa, a não ser para ir à escola. No ano passado interrompeu os estudos por causa de uma depressão, desencadeada por sentir-se rejeitada pelas colegas da escola. Mariana entra em minha sala timidamente, um tanto receosa, e pouco a pouco vai se sentindo mais à vontade. A certa altura conta-me que tem uma disfunção na mão e na perna esquerdas, e percebe-se uma leve dificuldade na articulação da fala.

Relata que foi encaminhada por uma instituição de Paulínia, e que quer ter a chance de trabalhar. Conta-me situações de discriminação por que passou, fala da timidez, das frustrações, das dúvidas sobre suas capacidades, da tristeza por se sentir excluída, do abandono da escola, mas fala também de seus desejos, suas esperanças, seus projetos de vida. É uma jovem como qualquer jovem de sua idade, com seus desejos e sonhos, como ela expressa na última frase da entrevista: *Eu quero construir minha família, ter o meu futuro, assim, ter um serviço, uma família, dar tudo o que eu posso pros meu filhos, é isso! Ser feliz, é o que basta!* Sai de minha sala entusiasmada, levando um documento em que deposita a esperança de poder realizar um sonho: arrumar um emprego.

Mariana é uma das inúmeras pessoas com deficiência que procuram um atendimento oferecido pelo serviço de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Campinas, órgão do Ministério da Previdência Social que presta serviços a trabalhadores que sofreram acidentes de

¹ Os nomes dos sujeitos referidos neste trabalho são fictícios.

trabalho ou acidentes comuns, ou que adquiriram alguma enfermidade, de natureza ocupacional ou não. A lei 8213, de 1991, que regulamenta esse serviço, assim o define: “A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho e às pessoas portadoras de deficiências os meios para a (re)educação e (re)adaptação profissional e social indicados para participarem do mercado de trabalho e do contexto em que vivem” (Brasil, 2009).

Quanto às pessoas com deficiência, a legislação prevê que, mesmo não sendo contribuintes da Previdência Social, podem desfrutar dos serviços da Reabilitação Profissional, havendo no entanto um grupo de usuários cujo atendimento é obrigatório, segundo uma ordem de prioridades, e outro grupo cujo atendimento se realiza caso haja condições da instituição, conforme expõe a Instrução Normativa nº 20 do INSS (Brasil, 2007):

Art. 365. Serão encaminhados para o Programa de Reabilitação Profissional, por ordem de prioridade:

I - o beneficiário em gozo de auxílio-doença, acidentário ou previdenciário;

II - o segurado em gozo de aposentadoria especial, por tempo de contribuição ou idade que, em atividade laborativa, tenha reduzida sua capacidade funcional em decorrência de doença ou acidente de qualquer natureza ou causa;

III - aposentado por invalidez;

IV o segurado sem carência para auxílio doença previdenciário, portador de incapacidade;

V - o dependente pensionista inválido;

VI - o dependente maior de 16 anos, portador de deficiência;

VII - as Pessoas Portadoras de Deficiência - PPD, ainda que sem vínculo com a Previdência Social.

Art. 366. É obrigatório o atendimento pela Reabilitação Profissional aos beneficiários descritos nos incisos I, II, III do artigo anterior, ficando condicionado às possibilidades administrativas, técnicas, financeiras e às

características locais, o atendimento aos beneficiários relacionados aos incisos IV, VI e VII do mesmo artigo.

Como se vê no texto institucional, as pessoas com deficiência (denominadas na legislação e em textos oficiais como Pessoas Portadoras de Deficiência-PPD) estão no último lugar da lista do segundo grupo, o que na prática tem levado ao não atendimento dessas pessoas nos programas de Reabilitação Profissional em todo o país, pelo fato de toda a disponibilidade da instituição ser utilizada com os outros grupos cujo atendimento é considerado prioritário.

Com a implementação do Decreto 3298/99, sobre o qual falaremos mais adiante, algumas unidades de Reabilitação Profissional no país começaram a trabalhar de maneira integrada com o Ministério do Trabalho e Emprego visando auxiliar no cumprimento do Decreto. Na unidade de Campinas instituiu-se o programa de atendimento a essas pessoas, e coube a mim desenvolvê-lo, tendo em vista minha especialização e experiência na área da deficiência, construídas ao longo de anos em outros espaços de trabalho e estudos.

1.2 – A lei e o certificado

Mariana vem em busca de um certificado que a instituição emite, em que se homologa a adequação de uma determinada função laboral às condições globais da pessoa e reconhece-se a deficiência segundo os critérios de uma lei² de proteção social aos deficientes. Trata-se da lei 8213, de 1991, que em seu artigo 93 traz o que hoje se designa como Lei de Cotas - a determinação de que empresas com mais de 100 funcionários ocupem uma porcentagem do total de vagas com pessoas com deficiência ou pessoas reabilitadas profissionalmente pelo INSS, numa gradação crescente, que varia de 2% a 5%, proporcional ao número de funcionários da empresa. O descumprimento da lei pode ocasionar autuações, multas e o encaminhamento do caso para o Ministério Público do

²A lei 8213, de 24/07/1991, “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” (Brasil, 2008, p. 1). Na Seção VI – Dos Serviços -, sub-seção II – Reabilitação Profissional -, o Art. 93 traz o que hoje se designa como Lei de Cotas.

Trabalho, que pode instaurar uma ação civil pública contra a empresa infratora. Assim, o certificado emitido pelo INSS auxilia na fiscalização do cumprimento da lei, pois possibilita que o auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego identifique, quando fiscalizar uma empresa, quantos empregados com deficiência a empresa realmente tem em seu quadro de funcionários.

Localizemos a lei em seu contexto histórico. A lei 8213 foi promulgada no dia 14 de julho de 1991 e trazia, após duas décadas de ditadura militar, a marca da redemocratização do país e da busca do resgate dos direitos sociais, que vinham se fortalecendo desde a segunda metade da década de 80, culminando com a instituição da Assembléia Constituinte e a promulgação da Constituição Federal de 1988. A Constituição tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, e traz em seu bojo o conceito de “mínimo social”, que se refere à obrigação de o Estado garantir um mínimo de recursos materiais necessários à existência humana digna. O mínimo social refere-se aos direitos sociais, ou direitos prestacionais, qualificados como direitos fundamentais pela Constituição de 1988; implicam na exigência de prestação, por parte do Estado, de “ações positivas materiais, em bens ou serviços, cujo objetivo é assegurar o exercício da liberdade real, e da igualdade de chances, por intermédio da solidariedade gerenciada” (Tavares, 2003, p. 155). Em seu artigo 6º, o texto constitucional assim enumera os direitos sociais: “Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

Tendo a lei 8213/91 o caráter de ação afirmativa, vale fazer uma breve digressão sobre o tema. A expressão ação afirmativa tem origem nos Estados Unidos, na esteira da reivindicação pela eliminação da segregação racial naquele país. Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. Nesse período, o movimento negro surgia como uma das principais formas de luta, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de

direitos. É nesse contexto que se desenvolve a idéia da ação afirmativa, e a exigência de que o Estado, além de garantir leis anti-segregacionistas, assumisse também uma postura ativa para a melhoria das condições de vida da população negra (Mohelecke, 2002). Muitos países adotaram as políticas de ação afirmativa; os grupos abrangidos são minorias étnicas, raciais, mulheres, pessoas com deficiência, e as áreas contempladas em geral são o mercado de trabalho, o ensino superior e a representação política. Ação afirmativa consiste numa ação de natureza compensatória que procura corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado ou no presente, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um determinado período.

Esse tema mobiliza discussões sobre questões controvertidas como a igualdade, a universalização dos direitos e do acesso a políticas públicas, entre outros. Há posições divergentes no que se refere às ações afirmativas. Young (1990), autora norte-americana ligada à teoria crítica que estuda a inclusão, as ações afirmativas e os movimentos sociais, defende que é a opressão que deve ser enfocada, pois é aí que reside o problema da injustiça social, e não na discriminação. Ela sustenta que focar a discriminação oferece uma visão viesada do problema da injustiça social.

O campo das ações afirmativas abriga muitas controvérsias: há os que defendam que o paradigma de promoção de justiça social deve ser o de redistribuição de renda; outros sustentam que deve ser o de reconhecimento das diferenças. Há autores que alertam para o risco das políticas de diferenças, por conterem a possibilidade de acabar provocando um deslizamento de sentidos e, marcando as diferenças, acabar por reafirmá-las (Pierucci, 1990). Segundo este autor, a questão da diferença, discurso inicialmente da direita - que não aceita igualdade, e marca as diferenças entre as pessoas, classes, etc., como intrínsecas, naturais, imutáveis -, foi apropriada pela esquerda, procurando garantir o direito às minorias de terem suas especificidades, mas essa posição acaba se tornando uma faca de dois gumes, pois o pensamento conservador e de direita pode se utilizar da ênfase nas diferenças e reafirmá-las, consolidando-as

como imutáveis. O autor alerta para o fato de que a diferença cultural sofreu um deslizamento de sentido e passou a ser “biologizada” – a diferença cultural agora também é intransponível, como as diferenças biológicas; nessa nova configuração de sentidos, já que um grupo é diferente e essa diferença é marcada, então naturaliza-se a separação, a crença de que não é possível o convívio.

Voltando à lei 8213/91, ela foi elaborada dois anos e nove meses depois da promulgação da Constituição, na esteira do processo de reconstrução do Estado de Direito e de consolidação dos direitos de cidadania; buscava fortalecer a Seguridade Social³ e, em meio às referências à obrigatoriedade da prestação do serviço de habilitação e reabilitação profissional, instituiu também, no citado artigo 93, a obrigatoriedade da reserva de vagas nas empresas para deficientes e reabilitados, ação afirmativa visando proporcionar a esses grupos a equiparação de oportunidade de acesso ao direito fundamental do trabalho.

O artigo 93 da lei 8213/91 tem um caráter de proteção social às pessoas com deficiência e aos reabilitados. No entanto, essa proteção foi inscrita inicialmente no contexto de uma lei previdenciária cujo objetivo fundamental era apresentar normas relativas aos benefícios da Previdência Social, não consistindo portanto numa lei voltada especificamente para definir políticas para esse segmento da população, o que só veio a acontecer com o decreto 3298⁴, do final de 1999, ou seja, oito anos depois. Sendo a lei 8213/91 relativa à Previdência Social, tratando dos benefícios previdenciários a serem concedidos e dos cálculos de contribuições a serem pagas para se ter direito a esses benefícios, pode-se assinalar que, nesse contexto, à medida que obriga as empresas a absorver parte da mão-de-obra excluída, a lei teria também o efeito de obter a participação das empresas no trato de um problema social e no aumento da arrecadação previdenciária com a inscrição de novos filiados, ou com a reabsorção de segurados afastados do trabalho que, recebendo benefícios da Previdência,

³A Seguridade Social é constituída pelas políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

⁴O decreto 3298/99 “dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências” (Brasil, 1999, p.1). Este decreto define quais são as deficiências, e os critérios para que uma pessoa seja considerada pessoa com deficiência para fins da lei 8213/91.

oneram seus cofres. Assim, em meio ao sentido de proteção social e equiparação de oportunidades, outros sentidos estão presentes no aparecimento dessa determinação legal, refletindo aspectos da realidade social e política. O país vivia nessa época o primeiro governo escolhido por eleições diretas após a ditadura militar – o governo Collor⁵ - e assistia aos primeiros passos empreendidos pelo novo presidente rumo à propalada abertura da economia ao capital internacional e às privatizações. No bojo do discurso das privatizações, o discurso da delegação de responsabilidades do Estado à iniciativa privada e à sociedade civil - tema que abordaremos mais detidamente em capítulo posterior - já começara a se instaurar. A Lei de Cotas demoraria ainda longos anos para ser efetivamente implementada, e somente a partir de 2000 é que algum movimento nesse sentido começaria a se esboçar, após a promulgação do Decreto 3298/99, e sob a pressão da sociedade, inclusive do movimento de luta pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência no Brasil, na esteira do movimento internacional de luta pelos direitos das pessoas deficientes, vêm realizando um persistente trabalho e têm conquistado avanços nesse sentido. Há grupos organizados que militam por essa causa e exercem pressão sobre as instâncias de poder, de modo a obter a ampliação e a garantia de direitos. Os Centros de Vida Independente (CVI) constituem-se como um desses grupos: são organizações não governamentais geridas pelas próprias pessoas com deficiência, e são ligadas ao Movimento de Vida Independente (MVI), organização internacional que se constituiu nos EUA na década de 70. A partir do primeiro CVI, o MVI expandiu-se pelo mundo, contando atualmente com mais de 500 CVIs em diversos países. No Brasil há 20 CVIs atuando - um deles na cidade de Campinas⁶ -, e têm sido responsáveis por mobilizar reivindicações e garantir conquistas em termos de direitos das pessoas com deficiência.

A legislação brasileira voltada para a defesa de direitos dessa população é ampla e moderna, e nos últimos anos tem-se conseguido implementar políticas

⁵Fernando Collor de Mello governou o Brasil de 1990 a 1992, quando um *impeachment* o destituiu do cargo, assumindo a presidência seu vice, Itamar Franco.

⁶<http://www.cvicampinas.org.br>

que pretendem garantir acesso igualitário aos bens sociais para essas pessoas, o que, em alguma medida, tem promovido mudanças e novas práticas. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer pois, a par desses avanços, os discursos sobre deficiência que estão entranhados em nossa memória e no imaginário social, o peso dos sentidos que ao longo da história têm sido atribuídos à deficiência, ainda marcam a vida dessas pessoas de diversas maneiras, tanto na microtessitura dos acontecimentos do cotidiano, quanto nos modos de a sociedade e o Estado lidarem com essa questão.

Após essa incursão pelo contexto histórico da promulgação da lei 8213/91, voltemos a meu encontro com Mariana, a jovem que veio em busca do documento que pode auxiliá-la a desfrutar da proteção legal para encontrar trabalho. Mariana entra em minha sala e conversa comigo porque ocupo, naquela instituição pública – o INSS -, o cargo de psicóloga e desenvolvimento, juntamente com um médico-perito, um programa de atenção às pessoas com deficiência, em que se realiza a avaliação global da deficiência e a compatibilidade entre as condições psicofísicas dessas pessoas e a função em que pretendem trabalhar, de modo a fornecer-lhes o certificado; são dadas ainda orientações sobre direitos e legislação, e realizados encaminhamentos para os recursos da comunidade.

Efetuem-se também nesse programa ações de caráter educativo junto às empresas que devem cumprir a lei, e há ainda a participação sistemática em um grupo interinstitucional voltado para a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, constituído por representantes de órgãos públicos e organizações não governamentais, implementado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em todo o país, de modo articulado com cada comunidade.

É importante salientar que este trabalho não se constituiu apenas por determinação de instâncias superiores, mas foi fruto de um processo de construção cuja iniciativa partiu da Reabilitação Profissional do INSS de Campinas. Tomou-se a iniciativa de propor a outros dois órgãos públicos federais um trabalho conjunto, e a partir disso, o *modus operandi* foi sendo elaborado, na interrelação entre os acontecimentos e a idealização do projeto. Nesse processo,

houve confluência de forças, de interesses, de saberes, e houve também conflitos, disputas, pressões internas e externas, até que gradativamente o trabalho se instituísse. A demanda por essas ações, assim como a repercussão positiva na sociedade, consolidou a continuidade do projeto e possibilitou que aos poucos ganhasse um espaço de prestígio dentro da instituição e na comunidade. Assim, uma prática foi-se construindo, em meio à dialética das contradições, das oposições, dos interesses diversos, por força de um determinado momento histórico, de circunstâncias institucionais e de características de sujeitos, num entrecimento entre a história, as instituições e os indivíduos, e entre os diversos lugares e posições ideológicas.

1.3 – O lugar do pesquisador: o sujeito, o Estado

Voltemo-nos agora para o lugar do pesquisador. Este constrói o objeto de pesquisa a partir de sua história, de suas significações, a partir daquilo que afeta seu olhar, que o intriga, a partir daquilo que seu modo de olhar para a realidade lhe possibilita ver e - elemento fundamental - a partir de seu modo de interpretar essa realidade, das referências teóricas que assume. Faz-se pertinente então pontuar aqui alguns aspectos da trajetória da pesquisadora que têm relevância para a compreensão de como surgiu o interesse pelo tema desta pesquisa, pois são constitutivos da formulação do problema, do percurso da investigação, da problematização realizada.

Em minha trajetória como pessoa, já desde o início de minha constituição como adulta, as questões do social e do individual sempre estiveram presentes, e como que um questionamento sobre a divisão e o distanciamento entre essas supostas duas esferas sempre fizeram parte de minhas reflexões, escolhas, decisões. Já por ocasião do vestibular, momento difícil para os adolescentes definirem que caminho percorrerão em termos de seu lugar e sua ação no mundo, a dúvida se instalou em mim: Ciências Sociais ou Psicologia? Como decidir? O que são ciências sociais? O que exatamente faz um psicólogo? Decidi-me por Ciências Sociais, fui aprovada na USP de São Paulo mas... novamente a questão

se apresentou: o que faz um cientista social? Trabalha com pessoas? Com a sociedade? De que maneira? Embora dispusesse de poucas informações, o objeto das Ciências Sociais parecia algo distante da pessoa humana concreta, dos indivíduos, de suas vidas, que era algo que me mobilizava, assim como me mobilizavam também os aspectos sociais, as condições de vida. Resolvi abrir mão da matrícula e preparar-me para outro vestibular – Psicologia -, e um ano depois ingressava no curso de Psicologia da USP, em São Paulo.

Com o início das aulas, uma surpresa: a psicologia comportamental. Treinar ratos? O que isso tem a ver com o humano? Era o *must* do momento. Nossa memória pessoal vai contando a história social, a história do conhecimento, dos discursos... Havia no curso duas tendências principais que dividiam o interesse dos alunos: a psicologia comportamental, ligada à corrente teórica do behaviorismo, e a psicologia clínica, ligada à psicanálise, além de outras disciplinas que não atraíram tanto meu interesse naquele momento. As disciplinas ligadas à psicanálise me fascinaram, e encaminhei minha formação nessa direção, tanto na graduação como depois dela. Fiz cursos e especializei-me na prática de psicoterapia psicanalítica de adultos, tendo por referência teórica as concepções de Melanie Klein, psicanalista inglesa.

Já graduada, passei a atuar na área clínica, atendendo a adultos de classe média em psicoterapia, como a maioria dos psicólogos fazia na época. Parecia naturalizado para nós que esse era o encaminhamento a ser dado à carreira; alguns se dedicavam a outras áreas, mas a maioria lutava por consolidar um consultório, com uma boa clientela. Essa tendência persiste ainda, mas já bem modificada: a profissão se abriu, aproximou-se da realidade social do país. A certa altura, soube de um concurso público para trabalhar numa área nova – Reabilitação Profissional – e resolvi prestá-lo. Fui aprovada, e passei então a trabalhar paralelamente em uma instituição pública federal – o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ligado ao Ministério da Previdência Social -, em um Centro de Reabilitação Profissional, onde atuava em uma equipe multidisciplinar atendendo clinicamente a pessoas que haviam se afastado do trabalho por terem sofrido acidentes ou terem adoecido.

A partir disso, um novo horizonte se abriu: a dura realidade social do país se apresentou a mim, muito de perto, através das pessoas reais que a viviam. Entrei em contato com situações novas que passaram a me provocar muitos questionamentos. Passei a atender a uma camada pobre da população, sofrida, sem escolaridade, negligenciada pelo poder público; agora o trabalhador estava ali à minha frente, adoecido, acidentado, trazendo em seu corpo e em sua fala toda a carga das injustiças sociais do país. Como a psicologia clínica podia dar conta disso? O problema gritantemente não se restringia ao âmbito individual, eram as condições sociais que faziam daquele trabalhador o que ele trazia até nós.

Além disso, outros fatores mobilizaram mudanças em mim: o trabalho em equipe multidisciplinar trazia o olhar e o fazer do outro, suas concepções, a necessidade de articular meu trabalho com o trabalho dos colegas, de discutir os casos e as decisões, de pensar junto, de concordar e discordar, enfim, uma outra dimensão se apresentava; outro fato importante foi o contato com o mundo do trabalho, com as tensões sociais inerentes à relação capital-trabalho, com a exploração, com a negligência para com a saúde do trabalhador, com o conflito de interesses. Sensibilizei-me com o esforço dos reabilitandos em superar as dificuldades e buscar reestruturar-se, com a força de vida que pode existir em pessoas que vivem em condições muito adversas, com as possibilidades de desenvolvimento que tem o ser humano se lhe forem oferecidas condições adequadas.

Comecei a questionar a prática clínica nos moldes em que era desenvolvida, tanto por mim quanto pela maioria dos psicólogos voltados à atuação nessa área. Pareceu-me alienada e distante de uma realidade que clama por outro tipo de intervenção, e que pode se beneficiar muito se isso lhe for oferecido. Nesse contexto, até mesmo algumas concepções da psicanálise passaram a causar-me desconforto, como um certo pessimismo sobre o homem e o fato de praticamente não se levar em conta as influências sociais e o contexto político. Em meio a isso, conheci pessoas ligadas ao movimento sindical, à militância de esquerda, tomei contato com discursos e práticas que, mesmo não

sendo plenamente adotados por mim, me influenciaram. Os sentidos de *trabalho* foram se alterando para mim, ampliando-se.

A certa altura desse percurso fui convidada a trabalhar como psicóloga em uma instituição assistencial que atende a jovens adultos com deficiência visual. Até então tinha tido contatos muito eventuais com cegos, não era freqüente atendê-los na Reabilitação Profissional - eles simplesmente não chegavam até lá. Hoje estão muito mais presentes, refletindo um avanço na sociedade a respeito da deficiência em geral, e da deficiência visual em particular, embora ainda tenhamos um longo caminho a percorrer. Com o contato mais estreito, passei a conhecê-los melhor e a me impressionar com as competências que muitos deles apresentavam para resolver seus problemas do dia-a-dia, para sair-se bem na escola, para estabelecer suas relações sociais. Impressionei-me também com os problemas, com as privações, com a ausência de políticas públicas, com a falta de acesso à cultura, à educação, à saúde, com as seqüelas da rejeição e do alijamento social que muitos sofriam.

Passei a estudar a deficiência visual e em 1998 fiz um curso de especialização em deficiência visual e surdez no Centro de Estudos e Pesquisa em Reabilitação, da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. No curso, entrei em contato com um novo campo em psicologia: a perspectiva histórico-cultural e a obra de Vigotski. A partir disso, operou-se em mim uma transformação, cujo germe na verdade já estava presente há bom tempo. Novas perspectivas de compreensão do ser humano se abriram, novas possibilidades de aproximar a psicologia de tudo o que a realidade havia me mostrado sobre o homem se apresentaram, novas concepções a sustentar novas práticas me entusiasmaram; encontrei nas descobertas teóricas que fazia, uma alternativa àquilo que naquela altura me incomodava na psicanálise. Deparei-me com a constituição social do psiquismo e com um olhar otimista sobre o homem, com a crença em suas possibilidades de desenvolvimento e transformação. Estaria finalmente podendo aproximar os dois campos entre os quais tive que escolher por ocasião do vestibular?

Em meio a esses vários fatores, senti necessidade de mudar o foco de meu interesse da doença para o potencial humano, da clínica para a educação. Um outro olhar sobre o homem me impulsionava; não mais um homem a ser cuidado, curado, mas sim a ser educado, estimulado a se desenvolver. A essa altura eu já passara a coordenadora técnica da instituição assistencial, e tentava introduzir novas concepções, modificar práticas, alterar diretrizes de trabalho, procurando quebrar o discurso cristalizado do assistencialismo. Preocupava-me em promover o acesso desses jovens e adultos à educação, ao conhecimento, aos bens culturais, à participação nas práticas sociais. A perspectiva teórica que conhecera dava-me sustentação.

A mediação semiótica realizada pela palavra, a importância fundante da palavra na constituição e desenvolvimento do psiquismo, a importância da palavra para o deficiente visual - concepções de Vigotski que passei a conhecer - me inspiraram. Um dos programas que elaborei, em 1999, e que teve grande repercussão, foi o *Cinema em Palavras*: consistia em exibir filmes de cinema em vídeo para os deficientes visuais, com um narrador descrevendo oralmente as cenas em que não havia falas, de modo a permitir que entendessem a trama do filme. A compreensão da narrativa acontecia, embora não vissem qualquer imagem; a palavra, a significação, lhes possibilitava isso. Após a exibição, era feita uma discussão com os presentes, e uma rica interação tinha lugar. Com isso, os jovens cegos passaram a participar de uma produção cultural da qual até então ficavam alijados; passaram a relatar uma participação maior na escola, pois falavam dos filmes a que os outros colegas também assistiam, até com certa vantagem, porque haviam discutido o tema; passaram a se integrar mais às situações familiares e sociais, “assistindo” televisão com a família, ou indo ao cinema com o namorado ou a namorada e amigos, que narravam baixinho certas passagens. Em 2004 este projeto, ampliado, foi selecionado entre centenas no país para participar do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura; e passou a ser um *Ponto de Cultura*. Recebeu verbas para a aquisição de um equipamento de multimídia, um telão, assim como dez computadores equipados com o *software Virtual Vision* e uma impressora braille; continua desenvolvendo suas ações

culturais, assim como proporcionando o acesso à informática para jovens e adultos com deficiência visual.

Depois do curso de especialização, mobilizei-me para retornar de maneira mais consistente à academia buscando poder refletir teoricamente, à luz das novas concepções com as quais tive contato, sobre as questões que me afligiam e me intrigavam. Fascinavam-me as competências dos cegos, as estratégias que utilizavam para contornar sua limitação sensorial, a perspicácia que demonstravam para supor e deduzir situações que não podiam ver, apenas com base em indícios. Assim, realizei minha dissertação de mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp, sob a orientação do Prof. Angel Pino, pesquisando o tema Cegos e Cinema, e a defendi em 2003.

A partir de todas essas injunções, meu envolvimento com a questão da deficiência foi se ampliando e intensificando cada vez mais, pois além de avançar nos estudos e reflexões sobre essa área, eu tinha – e tenho ainda - uma participação ativa nas ações que várias instâncias representativas da área exercem em relação a isso no município de Campinas e região. Ao lado do trabalho na instituição assistencial, o trabalho que passei a desenvolver no INSS mais especificamente com deficientes, a partir de 2004, e que se tornou objeto da presente pesquisa, estendeu minha participação, que passou a ser de outra natureza: passei a atuar ocupando o lugar de quem realiza seu trabalho no Estado, e desse lugar, ao lado do fato de ter acumulado um conhecimento específico, é que atualmente eu falo a empresas, escolas, universidades, órgãos públicos, órgãos de representação dos deficientes, em inúmeros eventos, palestras, aulas, workshops, etc., muitos deles em conjunto com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego. Quanto à instituição assistencial para deficientes visuais, já não estou nela; compreendi a extensão do problema do assistencialismo, que pretendo discutir também neste trabalho, e como é difícil modificar certas práticas.

Assim, nesse percurso, os diferentes discursos sobre a deficiência produzidos pelos diversos âmbitos da vida social foram me despertando questões, possibilitando novas percepções - enfim, a realidade com que me defrontava

pouco a pouco foi-se configurando como um rico campo a ser investigado. Ao realizar esse trabalho, fui me dando conta da riqueza de dados que a mim se apresentava, e da posição privilegiada que as circunstâncias me possibilitaram ocupar, conhecendo “por dentro” toda uma rede de relações, significações, contradições, práticas e discursos envolvidos com a questão da deficiência. Meu lugar em meio a essa trama me permite a interlocução com as diversas instâncias sociais envolvidas com a questão – Estado, Terceiro Setor⁷, empresas e pessoas com deficiência -, e essa singular posição, aliada ao posicionamento teórico, que dirige meu olhar às relações sociais, aos discursos e aos lugares sociais de onde falam os sujeitos, às condições de produção desses discursos, e aos modos como as diferentes instâncias envolvidas produzem sentidos e afetam-se entre si, possibilita uma situação peculiar e muito rica de investigação.

Diante da constatação de que esse cenário riquíssimo estava acessível, e das instigantes possibilidades de investigação que esse vasto material me oferecia, fui delineando um projeto de pesquisa para estudar as questões que vinham me inquietando. Fui ajustando o olhar, enfocando aspectos intrigantes, aguçando o ouvido diante dos discursos, observando os indícios, buscando o oculto atrás do aparente, e caminhos possíveis de investigação se desvelaram. O presente trabalho é resultado do recorte que pude realizar dessa pulsante e dinâmica realidade que se apresentou a meu olhar, da qual sou parte integrante, afetando-a e sendo por ela afetada.

A vida pessoal e social vão se constituindo entremeadas, e os sujeitos, com suas idiossincrasias, suas histórias pessoais, suas emoções, fazem suas escolhas, constroem seus caminhos, determinados pelas condições concretas de

⁷ Terceiro Setor é uma expressão utilizada para designar o escopo das organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pelo trabalho voluntário, num âmbito não governamental, que dão continuidade a práticas próprias da filantropia, expandindo entretanto seus sentidos para outros domínios, em decorrência da incorporação do conceito de cidadania e de suas manifestações na sociedade civil (Fernandes, 2008). O designativo “terceiro” refere-se à distinção que se pretende marcar entre esse setor e o Estado, por um lado, e o mercado, por outro, que seriam respectivamente o primeiro e o segundo setores. Montañó (2008) problematiza o conceito de terceiro setor, assim como essa divisão da sociedade em setores, mostrando que esta designação na verdade escamoteia o verdadeiro significado político-ideológico desses fenômenos, e tem estreita relação com o processo de esvaziamento dos direitos universais do cidadão a políticas sociais do Estado.

sua existência, de seu tempo, de sua ambiência cultural, e com essas suas singularidades afetam também os contextos onde se inserem, num entrelaçamento em que o individual e o social se entretecem, num indissolúvel amálgama que vai construindo a história. Assim, a perspectiva teórica que assumo, não só como referencial para este trabalho, mas como compreensão da realidade, a certa altura fez ecoarem os sentidos que eu buscava e que já em germe se delineavam em mim. A importância da subjetividade sim, mas numa concepção em que a história e a cultura constituem o psiquismo, atribuem ao indivíduo o estatuto do humano. A história dos sujeitos, e também a do pesquisador, imbricada na história social, está presente em sua pesquisa, naquilo que ele se mobiliza a investigar, e no modo como escolhe fazê-lo. Eu não poderia estudar essas questões que me são tão caras, sob outra perspectiva.

E nessa perspectiva, a dimensão da palavra é fundante, o que também faz ecoarem aspectos de minha história e de minha formação. Vigotski me mostrou a dimensão da palavra na constituição humana; finalizando esta narrativa de meu percurso, quero ainda falar da dimensão da palavra em minha vida. Muito cedo a palavra escrita assumiu um encanto especial para mim, pois aprendi a ler e a escrever ainda muito criança, com meus pais, antes de ingressar na escola, como uma brincadeira que me trazia imenso prazer e me descortinou o mundo da leitura. Já adulta, a palavra se tornou meu objeto e meu instrumento de trabalho: a palavra do outro relatando a dor, minha palavra buscando acolher, compreender e amenizar a dor. Depois, pela palavra fui conhecendo novas realidades, novas significações, novas concepções. Em outro momento marcante, a palavra ainda, trazendo imagens aos cegos, e na escrita da dissertação sobre suas capacidades. A palavra depois, engajada em uma causa, falando da deficiência, ministrando palestras, e ouvindo as narrativas, demandas, anseios, tristezas e alegrias dos deficientes. E a palavra agora, escrevendo este trabalho, tentando, com palavras, produzir novos sentidos e palavras novas sobre a deficiência.

Assim, a partir deste lugar de investigação, num processo de elaboração que ia se construindo em meio ao cotidiano do trabalho, indagações foram se delineando: como as diferentes instituições vêem a pessoa com deficiência,

compreendem suas significações, enxergam suas capacidades e limitações, seu modo particular de ser e relacionar-se com o mundo? O que está presente no discurso de “responsabilidade social” das empresas, em suas exigências quanto à “qualificação”, “perfil adequado”, “competências”, embora aparentemente mostrem intenções de empregar pessoas com deficiência? Que sentidos permeiam as práticas discursivas das entidades assistenciais que, ao mesmo tempo em que se pautam pelos preceitos da inclusão social, segregam seus atendidos e os tratam de forma infantilizada, em uma abordagem médica, organicista? Que significações se revelam nas ações do Estado, já que ao mesmo tempo em que há leis visando a inclusão social das pessoas com deficiência, não se implementam políticas efetivas de acessibilidade, não se instituem programas públicos em saúde, educação, cultura e lazer que contemplem essas pessoas, mantendo-se tais tarefas no domínio das entidades assistenciais? O que essas contradições revelam?

Ainda sobre o lugar que ocupo, vale salientar a sobreposição e interrelação de papéis determinada por minha posição – ao mesmo tempo realizadora de um serviço público e pesquisadora da realidade com a qual trabalho -, o que se constitui num instigante desafio. Uma vez determinada a realizar a pesquisa, fui procurando criar um necessário distanciamento daquela realidade que me é tão familiar, fui buscando olhar para esse universo com o qual tenho um envolvimento intenso, inclusive afetivo, de modo diferente, sob outro ângulo, para poder tê-lo também como objeto de pesquisa. Confesso que tal tarefa não é nada fácil. Como vivenciar as situações carregadas de significações para mim, experimentar as emoções que essas significações determinam, e que dizem respeito à minha própria história, ao significado que atribuo a meu trabalho e à sua relevância, ao mesmo tempo ocupando um outro lugar diante daquelas situações tão conhecidas? Como conseguir o estranhamento diante do objeto de pesquisa, de que nos fala Amorim (2004) em seu trabalho sobre a alteridade na pesquisa em Ciências Humanas?

A partir de uma perspectiva enunciativa e polifônica pautada nas concepções teóricas de Bakhtin, essa autora desenvolve a reflexão de que no

cerne da pesquisa em ciências humanas está o encontro com um *outro*. Esse *outro* do pesquisador é aquele a quem ele se dirige na situação de campo e de quem ele fala na escrita da pesquisa, é também o outro a quem ele fala em seu texto, são ainda todos os outros que falam antes e depois dele em seu texto. O *outro* do pesquisador são todos os *outros* com quem dialoga em sua investigação, trazendo as vozes que estão presentes em suas indagações, sua reflexão, suas reformulações, na construção de seu texto. Amorim propõe que se reconheça na tensão própria das ciências humanas – que é a de superar a alteridade sem assimilá-la, a de inscrever o outro em nosso universo de indagações e reflexões, sem reduzi-lo, para sempre se poder ouvir sua voz - a mesma tensão que está na base do dialogismo.

É na intersubjetividade que se constituem as inquietações que movem o pesquisador, que se delineiam as questões, que se circunscreve e se constrói o objeto da pesquisa e, ainda, é na intersubjetividade que o pesquisador vai sendo afetado pela própria investigação, pela palavra dos vários *outros*, e objeto e método vão se modificando, na busca de vir ao encontro das novas indagações e demandas que vão se apresentando. Para Bakhtin (1997), a alteridade é fundante, é constitutiva: “(...) nosso próprio pensamento – nos âmbitos da filosofia, das ciências, das artes – nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento.” (p. 317).

Assim, ocupando o lugar que ocupo – os papéis de pesquisadora e profissional atuante naquela realidade são *outros* em mim que ora se confrontam, ora se harmonizam - e desse lugar me propondo a investigar o que me é tão familiar, deparo-me com a árdua tarefa de construir o estranhamento, superar o ofuscamento que a evidência do trabalho cotidiano me provoca, cegando-me muitas vezes. Minha familiaridade quase visceral com esse universo torna para mim natural aquilo que, na pesquisa, necessita ser estranh(ad)o e objeto de investigação, exigindo um constante esforço de auto-vigilância. Realizo as tarefas próprias do gênero de atividade - para usar conceito desenvolvido por Yves Clot que abordarei mais detalhadamente em momento posterior (Clot, 2006) -, que

estão em mim entranhadas; busco resistir à torrente que me leva a realizar as atividades diárias simplesmente como estou habituada, sem um outro olhar, sem um outro pensar; tento me desdobrar, reencontrar sempre o papel de pesquisadora, em meio às demandas e às emoções do cotidiano de trabalho. Ao longo do processo, esse *drama*⁸ vai ganhando novas formas, e a pesquisadora é que passa a se impor sobre a profissional, trazendo dúvidas, suspeitas, questionamentos. Em meio a esse embate é que busco ouvir as diversas vozes que compõem o objeto de investigação, interpretar os múltiplos sentidos, compreender as contradições. Nesse percurso, vou-me dando conta de quanto meu trabalho (em seus dois sentidos) é constituído por/nas tensões - tensões entre esses dois papéis, tensões entre mim e o outro a quem devo tomar como objeto de investigação, tensões entre os diversos *outros*, entre as várias instâncias que compõem esse multifacetado universo.

Mas ao lado da dificuldade e muitas vezes da angústia, o fato de investigar uma realidade que me é significativa, que não me é estranha e fria, constitui um processo extremamente instigante. Esse lugar singular, que me permite olhar “por dentro” toda uma rede de relações e de constituição de sentidos, embora tenso, mostra-se privilegiado, pois nele confluem, mesclando-se, vários modos de participação: a experiência pessoal de participar como ator envolvido; a experiência de ali representar uma instituição do Estado; e a experiência de estar na posição de pesquisadora, que olha para aquela realidade, inclusive para si própria, com o olhar distanciado e arguto necessário à investigação e à busca do conhecimento.

Nesse processo em que foi-se delineando o objeto de investigação, fui passando por diversos momentos no modo de estar nessa situação, no modo de

⁸ Vigotski (2000) referiu-se à dinâmica da personalidade como *drama*, inspirado em Politzer, defendendo a idéia de que a personalidade se constitui internalizando relações sociais; assim, sempre há um outro internalizado, e a relação do sujeito consigo próprio assume a característica de um drama, onde diversos papéis relacionam-se uns com os outros: “O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a dinâmica da personalidade é o drama.” (p. 35)

compreender e interpretar os fenômenos. Inicialmente, compartilhava da compreensão um tanto ingênua e maniqueísta dos fatos, atribuindo às empresas um papel em que se condensavam as dificuldades e impedimentos à inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho; impactada pela possibilidade de o Estado fazer valer a lei e usar seu poder de coerção para determinar condutas de empresas para com pessoas em situação de desvantagem, atinha-me com rigor aos detalhes que definiam o enquadramento ou não das pessoas com deficiência nos critérios legais. Essa postura vinha ao encontro de uma tentativa inicial das empresas de “driblar” a lei apresentando, como deficientes, funcionários com deficiências leves; o rigor, então, ao se avaliar as pessoas encaminhadas pelas empresas, era uma atitude de enfrentamento à tentativa das empresas de esquivar-se ao poder da lei e do Estado.

Ao longo do tempo, no entanto, modificações se introduziram na situação, e essas modificações me afetaram, promovendo mudanças em meu olhar. Com o avançar do trabalho conjunto das diversas instituições, o certificado do INSS tornou-se “objeto de desejo” para as empresas e para as próprias pessoas com deficiência: para as empresas, por constituir uma forma certa e inequívoca de demonstrar ao órgão fiscalizador que estavam realmente empregando pessoas cuja deficiência se enquadrava na lei; e para os deficientes, por representar uma possibilidade de encontrar trabalho, em muitos casos o primeiro de suas vidas.

Assim, o perfil das pessoas que procuravam esse serviço se modificou: passaram a chegar ao INSS em busca do certificado não somente aquelas pessoas com deficiência encaminhadas pelas empresas que queriam comprovar que já tinham deficientes em seus quadros, mas pessoas que vinham por sua própria iniciativa pois queriam ter atestada sua deficiência para poder empregar-se, tendo em vista que as empresas passaram a exigir o certificado do INSS para aceitá-las como fazendo parte das cotas previstas na lei.

Em função disso, foram se apresentando situações que mostravam que era muito difícil simplesmente nos atermos ao rigor da lei e à delimitação, expressa em categorias, números, graus, decibéis, entre quem era deficiente ou não. O inesperado, as situações específicas, as singularidades, a vida das pessoas que

vinham em busca do certificado ultrapassavam a lei. As situações de vida dessas pessoas impunham questões: eu e o médico-perito que realiza as avaliações em conjunto comigo discutíamos longamente alguns casos, considerávamos as diversas questões implicadas, refletíamos sobre o sentido da lei, e nos víamos muitas vezes na difícil condição de praticamente decidir sobre vidas. No espaço da inescapável ambigüidade, imprecisão e indefinição da lei, caía sobre nossos ombros a responsabilidade de dizer *sim* ou dizer *não*, possibilitar ou não a conquista de aspirações, frustrar ou tornar possível a concretização de desejos, esperanças, sonhos, tudo em função de ser ou não emitido o certificado de homologação de pessoa com deficiência. Essas questões iam ganhando novo sentido com as leituras, as discussões, as reflexões conjuntas na academia, com o processo de investigação dessa realidade, e mudanças iam se produzindo em mim.

Eram muitos os questionamentos que me assaltavam; o mais gritante e óbvio, num primeiro momento, referia-se às situações em que o certificado não era emitido pelo fato de a deficiência não se enquadrar nos critérios legais. Às vezes a delimitação era tão tênue, outras vezes um mesmo grau de deficiência era vivido de maneira tão diversa por duas pessoas diferentes, outras vezes ainda, pessoas com uma doença mental, com uma deformidade facial, com visão monocular – situações que não se enquadram nos critérios da lei - vinham ansiosas em busca do certificado, relatando com revolta ou tristeza o rechaço das empresas em contratá-las. Passei a sentir-me angustiada e mesmo constrangida em negar-lhes o certificado; me era penoso fazê-lo, mas por outro lado não podíamos nos esquivar às determinações da lei. À medida que investigava esses meandros da implementação da lei e as questões complexas aí envolvidas, ia me dando conta da extensão da responsabilidade desse lugar. Passei a vivenciar o *drama* de estar investida de um poder que pode definir o rumo que uma vida seguirá num determinado momento – sentia o peso e a dimensão de representar o poder do Estado. Minha certeza de que a lei era uma política correta, promotora do direito, favorecedora dos que estavam em situação de desvantagem, ia se abalando,

dúvidas iam se instalando: se a lei tem um sentido de proteção social, por que ela não atendia à necessidade desses casos?

Outras certezas, de início cristalinas, como a idéia de que as empresas deveriam capacitar essas pessoas, e que deveríamos cobrar e instar as empresas a flexibilizar sua exigência de escolaridade, também passaram a ser objeto de questionamentos, à medida que a pesquisa avançava: por que está tão naturalizado que os deficientes tenham baixa escolaridade, por que não se exige dos governantes que as políticas públicas realmente sejam efetivas para essa população? Por que os órgãos responsáveis pelas políticas de Educação não participavam de nosso trabalho interinstitucional?

Os discursos da inclusão social e escolar, antes evidentes, passaram a ser vistos sob outro ângulo, assim como a expressão *igualdade de oportunidades*. Questionamentos sobre a precariedade de políticas públicas para deficientes, sobre a idéia de que o âmbito filantrópico é que detém o *know how* sobre a deficiência, sobre as parcerias Estado-instituições assistenciais, foram ficando mais consistentes, mobilizando-me a uma reflexão mais adensada. O problema se descortinava como mais amplo e profundo do que estávamos vendo em nosso trabalho interinstitucional.

Então, a angústia: estaríamos em um caminho equivocado, seriam nossas ações infrutíferas, todo aquele esforço de várias instituições, governamentais e não governamentais, na verdade levaria a resultados ilusórios? Ao longo deste estudo, fui experienciando esse percurso de indagações, de reexame, de reelaboração de concepções, e em meio às dúvidas e até às descrenças, novos modos de compreender os fenômenos foram surgindo.

Assim, a partir dessa posição em que se condensam os papéis de psicóloga, profissional que atua no Estado, pesquisadora, com uma determinada trajetória e determinadas preocupações, com um determinado olhar teórico, vou circunscrevendo o objeto de pesquisa, construindo-o, e ao mesmo tempo vou sendo por ele afetada. O próprio processo de investigação me modifica, volta meu olhar para o que não via, abre novas formas de compreensão e interpretação. E esse afetar vai me mostrando as implicações da ocupação desse lugar, que é o

lugar de implementação da lei, de efetivação das políticas públicas, de operação do Estado. Vou-me apercebendo da dimensão da responsabilidade, do poder, das contradições, dos movimentos, dos discursos, e vou-me dando conta de que nesse lugar estou vivenciando por dentro algumas formas de realização do Estado. Ocupando esse lugar *dramático*, contraditório, em que os diversos papéis dialogam e se contrapõem, vivencio essas formas de operacionalização do Estado que afetam os sujeitos. É desse lugar de tensões e contradições do sujeito/pesquisador, do sujeito/profissional, do sujeito/funcionário público, que vou buscar compreender a posição dos outros sujeitos sobre deficiência e trabalho.

Ao tematizar a relação desse sujeito, constituído nessa pluralidade de papéis, com o Estado, e os modos como atua na operacionalização das normas e das leis, coloca-se a importância de uma reflexão sobre essa relação. Encontramos em Antonio Gramsci (1891-1937) importantes pontos de ancoragem, uma vez que este autor teoriza sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil, reformulando a teoria marxista clássica na medida em que concebe o Estado numa perspectiva ampliada, que engloba a sociedade civil. E, ainda, sendo um pensador marxista, suas concepções de homem e sociedade estão em consonância com a perspectiva teórica que fundamenta o presente trabalho.

Gramsci ampliou e enriqueceu as concepções de Marx e Engels sobre o Estado, conceituando-o como articulado com as novas forças sociais que se constituíam e se consolidavam com o desenvolvimento do capitalismo; nesse contexto, seu conceito de sociedade civil é o ponto chave para sua concepção de Estado ampliado. Como salienta Carlos Nelson Coutinho (1999), importante tradutor e estudioso da obra de Gramsci no Brasil, a grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal e a demonstração de que o Estado é fruto também das contradições da sociedade e da luta de classes. A gênese do Estado está na divisão da sociedade em classes, e só existirá enquanto houver essa divisão; a função do Estado é conservar e reproduzir essa divisão, garantindo que os interesses de uma classe particular se imponham como sendo o interesse geral.

Marx, Engels e Lenin identificaram na repressão - efetivada pela lei ou mesmo pela coerção e violência – o modo de o Estado fazer valer essa sua natureza de classe. Assim, identificavam a máquina estatal com seus aparelhos repressivos.

Gramsci, por sua vez, viveu numa época em que o fenômeno estatal já se tornara mais complexo, pois já se instituíra uma intensificação da participação política, particularmente a partir do fim do século XIX, com a participação de grandes sindicatos e partidos de massa, com o sufrágio universal e outras manifestações de participação política de grandes grupos. A concepção ampliada de Estado de Gramsci e seu conceito de sociedade civil partem do reconhecimento dessa formação de sujeitos políticos coletivos de massa, essa “trama privada” que Marx não havia vivenciado – a sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia.

A teoria ampliada de Estado, caracterizada pela conservação/superação da teoria marxista “clássica”, apóia-se nessa proposição de aparelhos privados de hegemonia. O Estado, nessa perspectiva, compreende duas esferas principais: a *sociedade política* (Estado em sentido estrito ou Estado-coerção) e *sociedade civil*, constituída pelas organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, como o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, as publicações, os meios de comunicação de massa. A sociedade política mais a sociedade civil constituem o Estado, e juntas servem para manter ou promover uma determinada estrutura econômica de acordo com os interesses de uma determinada classe. No entanto, o modo como essa função é realizada é diferente em cada uma dessas esferas: por meio da *sociedade política*, as classes exercem sempre uma dominação mediante *coerção*, enquanto por meio da *sociedade civil*, uma classe busca a hegemonia procurando ganhar aliados mediante o *consenso* (Gramsci, 2002).

Coutinho (1999) assinala que, enquanto os autores clássicos do marxismo concentram-se no fenômeno estatal do Estado-coerção, ou seja, na sociedade política, as novas determinações descobertas por Gramsci concentram-se na sociedade civil, onde a hegemonia recebe uma base material própria, um espaço específico de manifestação. A sociedade civil é portadora material da função

social da hegemonia, esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito.

Para Gramsci, um grupo social pode e deve ser dirigente mesmo antes de conquistar o poder governamental; deve ser dirigente antes de se tornar dominante. Nas sociedades complexas, onde o Estado se ampliou, isso se torna uma necessidade, já que essa é uma condição para a conquista do poder. Gramsci defende a idéia de que a conquista do poder do Estado, nas sociedades complexas do capitalismo recente, deve ser precedida por uma batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, ou seja, no interior do próprio Estado em seu sentido amplo. Assim, em lugar de basear-se em um confronto com o Estado, a conquista do poder deve ser antes passar por um longo percurso através das instituições da sociedade civil. A transição deve se dar como um processo e não por um colapso abrupto do capitalismo. No âmago dessa forma de transição está a concepção de Estado como síntese da sociedade política e sociedade civil, de Estado-coerção e aparelhos privados de hegemonia.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2002, p. 95).

O conceito de sociedade civil foi sendo significado de diversos modos ao longo do tempo, e novos sentidos foram surgindo. Marco Aurélio Nogueira (2003), outro importante comentador da obra de Gramsci no Brasil, discute como esse conceito foi-se disseminando e adquirindo diferentes sentidos. O autor parte da concepção gramsciana de sociedade civil para, a partir daí, problematizar os sentidos que foram se instituindo e sua repercussão. A discussão feita pelo autor nos auxilia a refletir sobre a concepção de Estado que referencia nosso trabalho, na medida em que expõe os modos como a relação sociedade civil-Estado foi

sendo significada e as várias formas que essa relação assumiu na sociedade contemporânea.

Segundo Nogueira, boa parte das formulações atuais sobre a “nova” sociedade civil baseiam-se numa oposição entre Estado e sociedade civil, diferentemente das concepções de Gramsci, segundo as quais essas duas instâncias juntas constituem o Estado numa perspectiva ampliada, em que o conceito de hegemonia tem papel fundamental. Segundo Nogueira (*op. cit.*), Gramsci concebia uma sociedade civil “político-estatal”, acentuando que nela é a política que comanda. Assim, a sociedade civil em Gramsci não se sustenta fora do âmbito do Estado, nem em oposição a este; pelo contrário, ela é parte integrante do Estado.

No entanto, essa concepção de sociedade civil não é hegemônica, segundo Nogueira. As mudanças ocorridas no mundo com a globalização, a crescente individualização, a fragilização dos laços entre pessoas, grupos e Estados, o enfraquecimento da instância político-estatal como polo agregador das demandas sociais acabaram por constituir um outro cenário, em que se configuram outros modos de se conceber a sociedade civil e sua relação com o Estado. O autor se refere a duas correntes teóricas que, dialogando com o conceito de Gramsci de sociedade civil e dele se diferenciando, pensam o Estado, a sociedade e a economia como âmbitos independentes, e remetem a dois outros conceitos de sociedade civil que se afirmam atualmente como dominantes: a sociedade civil liberista⁹ e a sociedade civil social.

No conceito de sociedade civil liberista é o mercado quem comanda, e a luta social ocorre em termos privados e competitivos, sem a interferência da instância estatal. Os atores se organizam de modo restrito e desinstitucionalizado. Correspondendo a esse tipo de sociedade civil tem-se o Estado mínimo, limitado à função de preservar a lei e a segurança, e a sociedade civil é externa ao Estado. A idéia de participação dos atores da sociedade civil foi incorporada pelo universo da gestão e do planejamento e redefinida na perspectiva da cooperação com os

⁹ O termo *liberista* é utilizado por Marco Aurélio Nogueira em seu artigo, e o mantivemos neste trabalho ao nos referirmos a esse seu texto.

governos e gerenciamento dos problemas e crises. É esse conceito de sociedade civil que fundamenta a base teórica do chamado Terceiro Setor, ao qual nos referiremos em momento posterior neste trabalho. Segundo Nogueira, na sociedade civil liberista articulam-se movimentos voltados a interesses particulares, a demandas pontuais e específicas, pautando-se por uma derresponsabilização do Estado e por um enfraquecimento dos mecanismos de regulação.

A idéia de sociedade civil social, por seu turno, tem caráter mais progressista. A política está presente, mas a luta social não inclui necessariamente a luta institucional, dificultando a viabilização de estratégias de conquista de hegemonia e do poder. A sociedade civil, também nesta concepção, está isolada dos outros âmbitos, não se “mistura” com o sistema político e partidário, colocando-se como mais respeitável e legítima do que o âmbito institucional.

Seus atores compõem os novos movimentos sociais voltados para questões particulares, como os movimentos de identidade, âmbito em que se localizariam os movimentos pelos direitos das pessoas com deficiência. O autor salienta que, no entanto, a sociedade civil social passa ao largo dos conflitos de interesses e de classes, colocando-se na posição de uma espécie de “universal abstrato” imbuído apenas de valores eticamente superiores; os interesses e suas mazelas estariam fora dela, no âmbito político, nos governos, no Estado. Assim, a sociedade civil social, embora mobilizadora de busca de direitos e de maior justiça social, distancia-se do político, que se transforma em ética, e separa-se do Estado.

Nogueira salienta que os dois conceitos de sociedade civil referidos acima valorizam a sociedade civil como esfera independente do Estado e a ele oposta, e concebem-na como homogênea, unificada por intenções comuns e éticas, livre de tensões e contradições. Nesse contexto de significações, o papel fundamental do Estado como instância que contrabalance as desigualdades e faça prevalecer os valores de cidadania política sobre os interesses particulares não é reconhecido, fica negligenciado, ao passo que a supervalorização do associativismo pode

esvaziar de importância o político-estatal e acabar por atribuir a suas funções reguladoras e distributivas, conotações negativas.

As análises de Nogueira mostram-se pertinentes e contribuem para a reflexão sobre o lugar que ocupo como servidora do Estado realizando meu trabalho em articulação com outras instâncias estatais e a chamada “sociedade civil”. O presente estudo se referencia na concepção gramsciana de Estado, mas o foco deste trabalho é outro: tendo em vista minha posição de funcionária pública, abordo o tema trazendo a instância do Estado¹⁰ experienciada por mim na realidade viva do cotidiano de suas práticas, em uma de suas inúmeras frentes de ação e maneiras de operar. Enfoca-se aqui um dos modos como essa instância se relaciona com outras esferas do próprio Estado, com empresas, com sujeitos atendidos, com instituições públicas de caráter privado, buscando dar visibilidade à multiplicidade de formas de realização do trabalho. Enfoco o Estado deslocando-o da perspectiva abstrata e entificada da conceituação para vê-lo funcionando na ordem do discurso e das relações interpessoais; estudo-o em um de seus modos de funcionamento, que se realiza no próprio lugar que ocupo como profissional que nele atua. Nesse lugar, vivencio algumas das formas de operacionalização do Estado e os modos como afetam os sujeitos nas suas relações. São múltiplas e heterogêneas essas formas: o conhecimento e a interpretação da lei, sua implementação, sua fiscalização, o atendimento aos deficientes orientando-os sobre a lei, sobre seu significado, sobre os direitos, sobre a própria deficiência, o acolhimento a suas angústias, a orientação às empresas, o esclarecimento diante dos questionamentos, a articulação e às vezes os embates com instâncias diversas, as consonâncias e as dissonâncias... É por meio dessa multiplicidade de ações que vão tomando forma num tempo e num lugar específicos, operacionalizadas por sujeitos que a elas imprimem seus modos singulares de estar no mundo, por sua vez afetados por suas condições concretas de existência, que uma das ações do Estado vai se delineando, vai se realizando,

¹⁰ Agradeço à Profª Gilberta Jannuzzi e à Profª Mônica Kassar a importante contribuição que ofereceram ao ressaltarem a fundamental importância da questão do Estado.

interferindo na realidade social. O funcionamento (ou não) da lei neste estudo é visto “por dentro”, nos acontecimentos do cotidiano de um trabalho.

1.4 – Pontos de ancoragem

Fundamentam o trabalho os pressupostos teóricos da perspectiva histórico-cultural em psicologia, segundo a qual o psiquismo humano se constitui socialmente, a partir das interações sociais. Lev S. Vigotski (1987), principal autor dessa perspectiva teórica, afirma que o desenvolvimento do homem consiste na transformação das funções psíquicas elementares, inferiores, de natureza biológica, em funções psíquicas superiores, que caracterizam o ser humano. Essas funções superiores têm sua origem nas relações entre os seres humanos, foram um dia funções sociais. O autor formula uma lei genética geral do desenvolvimento cultural:

Qualquer função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos: primeiro como algo social, depois como algo psicológico; primeiro entre as pessoas, como uma categoria interpsíquica, depois, dentro da criança, como uma categoria intrapsíquica. (Vigotski, 1987, p. 161).

Por meio da interação com as outras pessoas, a cultura passa a constituir o psiquismo e a determinar sua estrutura. Mas o que articula a cultura com o pensamento? Uma concepção fundamental da teoria de Vigotski vem responder a essa questão: as relações dos seres humanos uns com os outros e com seu próprio pensamento são mediadas pelos signos. Enquanto os instrumentos medeiam a relação do homem com a natureza e são utilizados para controlar e transformar os objetos, os signos medeiam a relação do ser humano com seu psiquismo, controlando e organizando as ações psicológicas. É através da mediação semiótica que o ser humano se apropria da cultura e, nesse processo, transforma seu pensamento. “A internalização de formas culturais de

comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos” (Vigotski, 1998, p.75).

Vigotski (2009) atribui papel fundamental à linguagem – o mais importante sistema de signos - nesse processo de desenvolvimento. Nas fases precoces do desenvolvimento tem a função de comunicação com o ambiente, e gradualmente passa a ser internalizada – torna-se fala egocêntrica, fala interior, até passar a constituir o pensamento. É pela linguagem que o ser humano se apropria das significações da cultura em que está imerso; nesse processo, não apenas é afetado pelos signos, quanto se constitui por meio deles, sob a égide das significações que lhe são atribuídas na cultura em que vive, historicamente produzidas.

Na medida em que a interação do ser humano com o mundo se dá pela mediação semiótica, o signo ocupa posição central e, sendo assim, a significação tem papel fundamental. É ela que promove a articulação entre o sujeito e a cultura. O foco da psicologia deve ser, portanto, a significação, que volta o indivíduo para o coletivo, para o âmbito onde são negociadas essas significações. É aí que se constitui o sujeito e a própria consciência: na interface com o social.

Em artigo em que aborda a questão da apropriação das práticas sociais, Smolka (2000) relaciona a apropriação ao problema da significação. Argumenta que a apropriação deve ser entendida como um fenômeno estritamente relacional, e enfoca então a significação das ações humanas considerando que essas ações tornam-se significativas, adquirem sentidos, a depender dos modos de participação dos sujeitos nas práticas sociais.

Pino aborda em diversos trabalhos a questão da significação. Salienta que, no que se refere à internalização, o que é internalizado é a significação: “(...) através desse *outro*, o sujeito internaliza a significação do mundo transformado pela atividade produtiva, o que chamamos de mundo cultural” (2000, p.65).

Outro autor que traz fundamental contribuição à compreensão da constituição social e histórica do sujeito é Mikhail Bakhtin, sendo que suas concepções guardam grande afinidade teórica com a perspectiva histórico-cultural, o que permite, neste trabalho, complementar a análise das questões estudadas,

com sua teoria. Defende que os fundamentos de uma psicologia verdadeiramente objetiva são sociológicos. Para o autor, “a realidade do psiquismo interior é a do signo. Sem material semiótico, não se pode falar em psiquismo” (1997, p. 49). O psiquismo para Bakhtin localiza-se na fronteira entre o organismo e o mundo exterior; nesse limite é que se encontram essas duas esferas da realidade. “O organismo e o mundo encontram-se no signo” (*ibid.*). A atividade psíquica é a expressão em signos da relação entre o organismo e o mundo, e o psiquismo só pode ser compreendido e analisado como um signo. Assim, a atividade psíquica deve ser entendida como tendo uma significação.

Para Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência. Salienta que por sua representatividade como fenômeno ideológico e a nitidez de sua estrutura semiótica, a palavra deve ocupar o primeiro plano no estudo das ideologias. Para este autor, “todas as manifestações de criação ideológica banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele.” (*ibid.*, p. 38). Bakhtin enfatiza a importância da comunicação da vida cotidiana, a língua em funcionamento nas práticas sociais, e o material privilegiado dessa comunicação que é a palavra. Assim, para o que se pretende investigar neste estudo – os discursos institucionais sobre a pessoa com deficiência e o trabalho, e a constituição desses sujeitos sendo afetados por esses discursos, pela ideologia – a contribuição de Bakhtin é fundamental.

É oportuno ressaltar que a concepção de ideologia de Bakhtin estende-se além da noção de ideologia preconizada por Marx. Para este, numa sociedade dividida em classes, a ideologia consiste no conjunto de idéias e representações produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político (Konder, 2002). Assim, por meio da ideologia, os membros da classe dominante fazem com que pareçam naturais e legítimas relações sociais que na verdade ocultam formas de exploração e dominação. Esse processo decorreria da divisão social do trabalho, com o surgimento das classes sociais em conflito.

Em Bakhtin, o conceito de ideologia é muito mais amplo, abrange toda a produção sócio-cultural. Todo signo é ideológico, remete a uma outra realidade que lhe

é exterior, refletindo e também refratando (distorcendo) essa realidade (Bakhtin, 1997). “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (*ibid.*, p. 32). E ainda: “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.” (*ibid.*, p. 34). Assim, a ideologia está inscrita nas práticas sociais, está presente no fluxo das ações humanas, que por sua vez são de natureza semiótica.

Tendo em vista a importância fundamental da palavra na perspectiva teórica que constitui a referência para este trabalho e o modo como reflete e refrata a realidade social, enfocaremos o discurso como material privilegiado para se compreender as complexas relações e os modos de participação dos sujeitos no âmbito que pretendemos investigar. Como afirma Bakhtin, “a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos” (Bakhtin, 1997 a, p. 41) e é, portanto, o indicador mais sensível de todas as mudanças sociais.

É central no pensamento do autor essa íntima vinculação da palavra com a realidade concreta, com a situação real de comunicação verbal. “A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e através deles a vida penetra na língua” (Bakhtin, 1997b, p.282). O discurso, portanto, é terreno privilegiado para o pesquisador que busque investigar e compreender modos de significar determinados aspectos da vida social, determinada rede de relações e significações.

Este é o âmbito da investigação a que este trabalho se refere: o da interação social, do signo, da significação, da ideologia, dos sentidos socialmente produzidos e reproduzidos pelas instituições sociais, seus discursos e práticas. Explorando as relações entre as diversas instâncias dessa trama, busca-se indagar os sentidos que se produzem na ordem do discurso a partir das diferentes posições sociais, assim como analisar os modos como os diversos participantes afetam uns aos outros nessa complexa interrelação. Enfocam-se nas análises os discursos e os lugares sociais de onde falam os sujeitos, as condições de

produção desses discursos, as relações sociais, os modos como as diferentes instâncias envolvidas produzem sentidos e afetam-se entre si.

O material submetido à análise é o discurso dessas instituições sobre deficiência em sua relação com trabalho, e vem sendo analisado a partir das concepções teóricas a que já nos referimos, incorporando-se também algumas contribuições da Análise do Discurso francesa.

A Análise do Discurso trata da língua em funcionamento, do homem falando e significando no cotidiano das interações humanas, em meio às relações de poder inscritas nas relações sociais. Para Orlandi (1999), “na análise do discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (p. 21).

Michel Pêcheux, pensador que elaborou o sistema teórico e o dispositivo analítico da Análise de Discurso, trabalhando na perspectiva da filosofia materialista, foi muito influenciado por Louis Althusser, em quem se inspirou para a elaboração de muitos dos conceitos que fazem parte de sua teoria, como o de interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. No capítulo *A propósito da ideologia*, na obra *Sobre a Reprodução*, em que desenvolve suas concepções sobre a ideologia, diz Althusser: “toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos por meio do funcionamento da categoria de sujeito (Althusser, 1999, p.212). O filósofo traz, como compo também a interpelação, a resposta do indivíduo interpelado - o reconhecimento -, que é outro aspecto que efetiva o efeito de evidência da ideologia. O indivíduo se reconhece na posição-sujeito em que é interpelado e responde a essa interpelação, sob um efeito de evidência do qual não se dá conta.

Pêcheux (1988) recorreu ao conceito de formação discursiva de Foucault (2000a) e trouxe-o para o domínio da Análise do Discurso, definindo-o como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito*.” (*ibid.*, p.160). A formação discursiva é intrinsecamente afetada pela memória discursiva, ou interdiscurso, por meio da qual a história se inscreve no simbólico da língua, afetando o indivíduo assim interpelado em sujeito,

que não se apercebe desse processo, o que justamente permite que signifique e produza sentidos.

Pêcheux refere-se aos efeitos de evidência tanto dos sentidos quanto da existência do sujeito, articulando a ideologia¹¹ com o inconsciente - constructo teórico fundamental da psicanálise. Mالدید (2003) assinala a importância para Pêcheux da analogia, estabelecida por ele, entre inconsciente e ideologia, e refere que, para o autor, inconsciente e ideologia têm em comum a capacidade de dissimular sua existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo evidências "subjetivas". Essas evidências - a ilusão de existência de um sujeito origem de si mesmo, autor do que diz, e a ilusão de transparência da linguagem e dos sentidos - são referidas por Pêcheux como esquecimentos, respectivamente esquecimento número um e número dois, necessários para que os processos de subjetivação e de produção de sentidos ocorram. O indivíduo "esquece" o interdiscurso que o afeta, absorve-o na formulação de seu discurso - o intradiscurso - como se este tivesse origem em sua unidade como sujeito, identificando-se assim com a formação discursiva que o constitui e efetivando a ilusão idealista de sujeito autônomo e estável.

Nesse dispositivo de análise, trabalha-se com a materialidade da linguagem – segundo Orlandi (1999), “a forma material, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma lingüístico-histórica, significativa” (p. 65). A língua é a base material em que se realizam os processos de significação. A materialidade é a estrutura sintática, o que é dito, o que não é dito, a negação, isso tudo pensado como historicamente constituído. É na língua e na história que o discurso encontra essa materialidade.

Assim a Análise do Discurso, alertando-nos para os efeitos de evidência presentes no discurso, bem como para as relações de poder, auxilia-nos na compreensão e análise dos fenômenos que pretendemos investigar, complementando o quadro teórico que sustenta nosso estudo.

¹¹ Pêcheux utiliza o conceito de ideologia na perspectiva adotada por Althusser.

Esse quadro teórico demanda um determinado posicionamento metodológico, e buscamos nas concepções de Vigotski (1987, 1999) sobre método, sustentação para nosso modo de realizar a pesquisa. Para Vigotski, “o objeto e o método de investigação estão intimamente relacionados um com o outro” (1987, p. 51), e a “elaboração do problema e do método segue, se não um curso paralelo, pelo menos uma marcha conjunta para diante” (*idem*). Ainda segundo o autor, “o método, nestes casos, é ao mesmo tempo premissa e produto, instrumento e resultado da investigação” (*idem*).

Como já relatamos acima, estando a pesquisadora entranhada na realidade a pesquisar, sendo essa realidade ao mesmo tempo vivida e investigada por ela, o objeto foi-se construindo no processo de investigação, foi-se delineando, foi sendo circunscrito, problematizado ao longo mesmo da experiência desse duplo papel, e ia se modificando assim como o olhar da pesquisadora ia também sofrendo mudanças, a partir da própria pesquisa. Objeto e método vão se construindo e se modificando no percurso da investigação, como nos inspira Vigotski.

O material empírico obtido a partir do registro sistemático de variadas situações de trabalho foi sendo objeto de exame e reflexão, em diálogo com o quadro teórico, de modo a elaborar, a partir das significações que emergiam para a pesquisadora nesse processo, a construção dos dados da pesquisa.

O material empírico da investigação foi obtido por meio de: audiograções de entrevistas com pessoas com deficiência; reuniões interinstitucionais de trabalho; registro escrito de entrevistas com deficientes e de conversas com profissionais de empresas, registro escrito de situações de trabalho e acontecimentos significativos relacionados ao tema; textos de leis. O material que temos compilado está composto por:

- registros relativos aos deficientes: nove entrevistas audiogravadas integralmente; duas entrevistas parcialmente audiogravadas (problemas na gravação); 16 registros escritos de entrevistas; uma entrevista audiogravada com um sujeito, realizada em uma tradicional Feira de Reabilitação em São Paulo;

- reuniões interinstitucionais (instituições públicas e assistenciais): duas grandes reuniões com os participantes do grupo interinstitucional de trabalho integralmente audiogravadas; cinco reuniões de trabalho em pequeno grupo, com representantes de instituições assistenciais e instituições públicas; uma entrevista com uma profissional de um órgão público federal;
- relações com empresas: cinco registros escritos de conversas com profissionais de empresas; uma audiogravação de conversa telefônica com funcionária do setor de recursos humanos de empresa; registro escrito de falas e acontecimentos de evento empresarial na sede de uma associação de empresas industriais do Estado de São Paulo; impressão de uma mensagem de e-mail enviada ao INSS por uma empresa; registro de fatos, impressões e reflexões relativos a eventos com representantes de empresas, como encontros e palestras realizadas por mim em conjunto com representantes de um órgão público federal;
- textos de leis: Lei 8213/91 e Decreto 3298/99.

Esse material foi constituído ao longo de 2005 e 2006, na cidade de Campinas, com exceção de duas entrevistas com deficientes – uma realizada em Paulínia, e outra em São Paulo. O processo de obtenção do material empírico foi bastante peculiar, tendo em vista o complexo e multifacetado objeto da pesquisa e também minha posição sobreposta de realizadora de um trabalho e pesquisadora desse mesmo trabalho. Ao longo de 2005 enfocou-se principalmente no registro e composição do material empírico relativo ao trabalho interinstitucional e das empresas, e em 2006 foram registradas as entrevistas com as pessoas com deficiência.

O material referente às instituições foi obtido em diversas situações – desde pequenas reuniões de trabalho com três ou quatro pessoas, até reuniões mais amplas, uma delas num contexto de apresentações para um público de cerca de 35 pessoas. Todas essas situações foram audiogravadas, e em todas elas a pesquisadora era uma das participantes. Quanto ao material empírico relativo às empresas, uma parte foi registrada em meu local de trabalho, quando as

empresas me procuravam para orientações; outra parte em palestras conjuntas com representantes de um órgão público federal. No que se refere às entrevistas com as pessoas com deficiência, foram realizadas na Reabilitação Profissional do INSS Campinas, em minha sala, após o devido esclarecimento sobre a pesquisa e a autorização dos entrevistados, na situação mesma de atendimento no programa de atenção às pessoas com deficiência¹². Essas pessoas haviam sido encaminhadas para obter o certificado de homologação por empresas, ou por instituições assistenciais com as quais a Reabilitação Profissional do INSS mantém convênio de cooperação técnica, ou procuraram espontaneamente o serviço.

As entrevistas são semi-estruturadas, mantendo a direção de registrar informações gerais de que necessito para realizar a avaliação e emitir o certificado de homologação, complementando-se então com o registro de material para a pesquisa, mas de maneira livre, seguindo o caminho que o diálogo possibilita. Inicialmente apresento-me, esclareço minha função, e explico aos atendidos o motivo do encaminhamento para o INSS, algumas vezes não bem compreendido por eles. Abordo o tema da pesquisa, e após os devidos esclarecimentos, solicito a autorização para gravar, assegurando sigilo sobre a identidade da pessoa. Iniciando a entrevista, geralmente os entrevistados começam a falar sobre suas vivências da deficiência, e estendem-se sobre isso; de modo geral falam de seus sentimentos, de como lidam com a deficiência e como têm sido tratados pelas pessoas; depois, a depender do curso do diálogo, vou explorando outros aspectos, como a vida de trabalho, as experiências escolares, os sonhos profissionais, a vida familiar e social. Antes de terminar a entrevista, registro informações sobre o entrevistado que ainda estiverem faltando para fins da emissão do certificado, pesquisando a capacidade e a experiência laborais, as perspectivas de trabalho, dados familiares e relativos à renda familiar. Assim, na

¹²É oportuno esclarecer que, além do atendimento às pessoas com deficiência em um programa específico, realizo também a avaliação e o atendimento psicológico de pessoas afastadas do trabalho por acidente ou enfermidade, encaminhadas para um processo de reabilitação profissional naquele serviço. Atualmente, desenvolvo também um projeto de atendimento para grupos de afastados do trabalho com baixa escolaridade, visando possibilitar-lhes a ressignificação de sua incapacidade, a volta à escola e o acesso às tecnologias de informação.

entrevista, meus dois papéis misturam-se, fundem-se, assim como meu lugar de psicóloga.

É pertinente relatar que, devido a meu lugar em meio a essas pessoas e instituições, algumas facilidades e dificuldades se apresentaram; facilidades por ter acesso aos dados, às pessoas, às conversas, às situações, em meu dia-a-dia do trabalho; dificuldades por necessitar fazer dessa realidade o objeto de uma pesquisa. Esse lugar tenso, ambíguo, causava estranhamento a mim própria: a introdução do novo papel – o de pesquisadora – mobilizou-me de início um certo constrangimento perante os colegas de trabalho e as pessoas com deficiência a quem atendia. Com relação aos deficientes, cheguei a ter receio de prejudicar, com a gravação das entrevistas – embora solicitamente autorizadas por eles -, o acolhimento que habitualmente essas pessoas experimentam quando são ali atendidas, mas me surpreendi com a disponibilidade e mesmo entusiasmo que mostravam diante da perspectiva de participar da pesquisa. A impressão que muitos deles me causaram foi de se sentirem importantes por darem uma entrevista, de se sentirem valorizados por alguém se interessar por sua história, seus problemas, lutas e esperanças, não só no contexto de atendimento, mas por estar se realizando uma pesquisa sobre a questão da deficiência e do trabalho.

Ao longo desse processo, em alguns momentos o questionamento sobre a validade desse trabalho - que também é meu próprio trabalho -, sobre sua eficácia em auxiliar as pessoas com deficiência a obterem um lugar de real filiação social, chegou a me trazer angústia e um sentimento de estar me distanciando do grupo no qual tenho um papel muito participante. Dúvidas, exames críticos, a necessidade de encontrar novas formas de reflexão sobre aquela realidade foram me impactando, e em meio a esse emaranhado de pensamentos-emoções, foi-se mostrando imperativo e premente buscar modos de elaboração e definir um caminho para o desenvolvimento deste trabalho.

CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

Neste capítulo iremos analisar de maneira mais detalhada modos de implementação da Lei 8213/91, em seu artigo 93 - a Lei de Cotas - dirigindo nosso olhar para as práticas de um grupo interinstitucional voltado para a questão da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para a implementação dessa lei.

2.1 – Um trabalho em construção e a construção de um lugar

O trabalho interinstitucional voltado para a implementação da chamada Lei de Cotas teve início em Campinas no segundo semestre de 2003, quando a Reabilitação Profissional do INSS propôs à Subdelegacia Regional do Trabalho (SDT)¹³ e ao Ministério Público do Trabalho em Campinas o estabelecimento de um Protocolo de Procedimentos Conjuntos visando desenvolver ações para efetivar o cumprimento da referida lei, assim como do Decreto 3298/99.¹⁴ Após tratativas e negociações, foi firmado um documento pelas três instituições, e a partir daí uma sucessão de ações e iniciativas levaram ao trabalho que abordamos neste estudo, e que se estende até hoje. Nesse percurso, uma complexa rede de relações, de jogos de poder, de posições e oposições foi acontecendo, e aspectos dessa trama são analisados nesta pesquisa.

Como parte integrante dessa rede, sinto já de início a dificuldade - mesclada ao entusiasmo por relatar um trabalho vivido por mim com grande intensidade - de conseguir o distanciamento necessário para narrar essa história. Que recorte fazer? Que perspectiva adotar? Que enfoque eleger? Que fio escolher para conduzir a narrativa? Dou-me conta de que essa história pode ser contada de inúmeras maneiras, enfatizando este ou aquele aspecto, e aquela que

¹³Atualmente, em virtude de alterações na estrutura e na distribuição de poder ocorridas em certos níveis do Ministério do Trabalho e Emprego em 2008, essa designação mudou para Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Campinas. Optamos por nos referir a esse órgão com a designação que tinha à época em que iniciamos a pesquisa.

¹⁴ Já nos referimos ao Decreto 3298/99 à página 6.

for adotada expressará a minha leitura da situação, e o modo como tenho sido afetada pelos sentidos produzidos nessas relações.

Após a assinatura do documento conjunto entre as três instituições, a subdelegada regional do Trabalho convidou, no final de 2003, representantes de diversas instituições do município de Campinas que têm relação com a questão da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho para uma reunião, assumindo o propósito de iniciar uma fiscalização efetiva e sistemática sobre as empresas visando o cumprimento da lei. É oportuno ressaltar que esse processo foi desencadeado não apenas por força da lei, mas pelo encontro de determinadas pessoas, vindas dos diversos serviços e instituições, comprometidas com a questão e mobilizadas para “fazer acontecer”. O perfil das pessoas envolvidas e circunstâncias de vida de algumas delas naquele momento, ao lado das circunstâncias institucionais e, ainda, o momento social em relação à questão da deficiência, foram aspectos que confluíram e resultaram no estabelecimento do trabalho que aqui se relata. Houve a transferência para Campinas de uma funcionária vinda de outro estado, que lá estava bastante envolvida com um trabalho interinstitucional visando ao mesmo objetivo; foi importante também o perfil agregador e aberto da pessoa que ocupava a posição de chefia da Subdelegacia Regional do Trabalho, sua disponibilidade em ouvir e trabalhar conjuntamente; houve meu próprio perfil, que estudava a área da deficiência, terminara o mestrado abordando o tema da deficiência visual e coordenava, à época, uma instituição assistencial voltada para esse público, além de muitos outros fatores. Confluíram, assim, circunstâncias de âmbito mais amplo, como a exigência de fiscalizar a lei para finalmente efetivá-la e as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência no país; circunstâncias locais; e situações de vida de sujeitos singulares. Mesclavam-se circunstâncias históricas, sociais e políticas às condições pessoais dos sujeitos, num entrecimento entre vida de sujeitos, vida das instituições e o contexto social mais amplo, num movimento dialético. Tanto é assim que o modelo de trabalho interinstitucional aqui construído não é realizado no país todo, embora a lei e as instruções

normativas sejam de âmbito federal; apenas em algumas cidades o trabalho é realizado, em cada uma delas com uma especificidade.

Em 2004 passaram a ocorrer reuniões mensais das quais participavam instituições públicas federais, estaduais e municipais, o Conselho Municipal de Atenção à Pessoa com Deficiência e Necessidades Especiais - atualmente denominado Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência -, o serviço de Recursos Humanos da Unicamp, e organizações não governamentais, estas últimas particularmente ligadas a um trabalho assistencial dirigido a pessoas com deficiência. O aspecto marcante era o fato de, agora, instituições públicas, com poder fiscalizador e certificador, estarem também envolvidas com a questão deficiência e trabalho, assumindo sua responsabilidade na execução de políticas públicas ligadas a trabalho voltadas para essa população, até então predominantemente assistida por instituições filantrópicas e ações de natureza caritativa. Esse diferencial era para mim motivo de orgulho e mesmo de emoção – é ainda agora, apesar de todas as contradições que, com o presente estudo, passei a ver – pelo significado de fazer valer a lei voltada para uma população historicamente excluída e estigmatizada, por representar o Estado em seu papel de garantir direitos a seus cidadãos. As diversas instituições sociais participavam com entusiasmo das reuniões e das ações conjuntas do trabalho recém-instituído, motivadas pelo fato de finalmente órgãos do Estado estarem tomando a frente da iniciativa, e pelo peso das instituições participantes.

No que se refere às atribuições de cada instituição, cabe à Subdelegacia Regional do Trabalho (SDT) fiscalizar, e se necessário autuar e multar as empresas que não cumprirem a cota dentro de um prazo que lhes é concedido. Ao lado dessas atribuições, a SDT adotou uma linha educativa, de esclarecer as empresas sobre a lei, por meio do atendimento caso a caso e também de palestras para profissionais de recursos humanos das empresas notificadas. Para essas palestras, as empresas recebem uma convocação, e são instadas a apresentarem documentação relativa à questão, e assinar uma lista de presença. Assim, ao mesmo tempo em que se adotam medidas educativas, com certa flexibilidade para com prazos e eventuais dificuldades, mostra -se o poder da lei.

O papel do INSS nesse trabalho interinstitucional, no âmbito do serviço de Reabilitação Profissional, consiste em atender às pessoas com deficiência visando avaliar a compatibilidade entre a atividade profissional para a qual estão qualificadas, e suas condições psicofísicas, e efetuar o reconhecimento de que apresentam uma deficiência de acordo com os critérios legais. Esse reconhecimento da deficiência, realizado por um órgão público com competência para tal, é uma das formas de que dispõe o auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego para identificar com segurança, ao fiscalizar uma empresa, quantos empregados com deficiência a empresa realmente tem em seu quadro de funcionários. Além disso, realizam-se ações de caráter educativo junto às empresas que devem cumprir a Lei de Cotas, orientando e conscientizando os profissionais de recursos humanos e os médicos do trabalho sobre o que são as deficiências, que tipo de deficiência é considerado em termos da lei, as capacidades das pessoas com deficiência, os equívocos sobre suas supostas limitações e as adaptações necessárias (ou não) no ambiente de trabalho.

É pertinente salientar que essa atribuição não está no centro da finalidade primeira do INSS, que é conceder benefícios previdenciários (pecuniários) a *contribuintes*¹⁵ que se enquadrem em uma das situações de risco previstas na legislação, mas prevê-se, dentre as atribuições do serviço de Reabilitação Profissional, sua realização, sob determinadas condições, dentro de uma ordem de prioridades, conforme referi no início do primeiro capítulo. Tanto é esse seu caráter, que apenas em algumas unidades do país esse trabalho é executado e em cada uma, a forma de realização assumiu uma especificidade. Esse aspecto implica modos de inserção desse trabalho no contexto da instituição, em sua relação com as esferas de poder locais e também centrais. Assim, o lugar ocupado por esse trabalho também não foi simplesmente dado por determinações normativas, mas foi gradualmente construído, vencendo pressões, articulando-se com instâncias externas, até se consolidar com uma certa estabilidade. Também

¹⁵ O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) cumpre a função de conceder benefícios previdenciários a seus segurados, em determinadas circunstâncias, mediante o pagamento de contribuições mensais cujo valor é calculado segundo a legislação previdenciária. É, portanto, um sistema contributivo, e adquirem e mantêm a qualidade de segurados somente aqueles que efetuam o pagamento dessas contribuições.

aqui, uma confluência de fatores, de histórias individuais e situações institucionais possibilitou e favoreceu a implementação dessas ações e os modos como passaram a ser realizadas. Houve um movimento de algumas pessoas, inclusive desta pesquisadora, na direção de criar condições para que este trabalho se constituísse; desse modo, ele se configura para mim e outros envolvidos não como um mero cumprimento de determinações institucionais, mas tem um significado de criação, de construção. No bojo da construção do trabalho interinstitucional foi-se constituindo então um lugar intrainstitucional, que foi sendo significado das mais diversas maneiras pela própria instituição e pelos envolvidos – internos e externos - no trabalho que se instaurava. Por isso tudo, passar a ocupar este outro lugar - o de pesquisadora -, e voltar-me para essa trama com um outro olhar, com o estranhamento necessário a que nos referimos no capítulo anterior e, nessa perspectiva, também com um olhar crítico, foi um processo que implicou impactos, descobertas, questionamentos, angústias e mudanças, num movimento de transformação que acabou afetando o próprio trabalho.

Neste ponto em que falo em movimento e transformação, mostra-se oportuno salientar que, embora esteja me referindo às atribuições de cada instituição, o que parece implicar uma certa estabilidade das práticas, os modos de funcionamento do trabalho conjunto não têm um caráter estático, e transformações constantes vão-se produzindo nas práticas e nas relações entre as diversas instâncias envolvidas. Assim, a despeito de as atribuições de cada instituição manterem algo de estável – pode-se dizer que são as “prescrições” determinadas pelas leis e instruções normativas –, vão ocorrendo também modificações nas práticas, afetadas que são por conflitos, tensões, pressões, acontecimentos, produzindo mudanças nas instituições e nos sujeitos envolvidos que, por sua vez, ao se modificarem, acabam por modificar as instituições.

Voltando à descrição das atribuições, ao Centro de Referência da Pessoa com Deficiência¹⁶, órgão ligado à Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho,

¹⁶ O Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência (CRPD) significou uma importante conquista em termos de políticas públicas para pessoas com deficiência no município de Campinas, e durante algum tempo representou um papel importante no conjunto das ações do poder público voltadas para essa população. A certa altura seu trabalho passou a ter um alcance

Assistência e Inclusão Social de Campinas, foi gradualmente atribuída a tarefa de centralizar as informações sobre vagas em empresas e montar um cadastro de currículos das pessoas com deficiência, além de fornecer orientações a quem procurasse o Serviço. Passou-se a enfatizar, a partir de certo momento, que era importante que um órgão público colocasse essas informações à disposição tanto das pessoas com deficiência, quanto das empresas.

A participação das ONGs nesse trabalho consistia em atender às empresas que procuram deficientes para empregar, encaminhando seus usuários habilitados para ocupar os postos de trabalho oferecidos. Esse papel é importante no esquema, pois um argumento frequentemente usado pelas empresas na tentativa de se isentar da responsabilidade pelo não cumprimento da cota é que não encontram pessoas com deficiência habilitadas para trabalhar. Com a participação dessas instituições, pensava-se poder contrapor a esse argumento o encaminhamento de pessoas com deficiência habilitadas e preparadas pelas ONGs para o mundo do trabalho. Outras instituições, públicas ou não, participantes do grupo, nem sempre tinham um papel definido, mas tinham interesse na questão e ajudavam nas discussões e na realização de ações que foram sendo planejadas.

2.2 – Muitas histórias em um campo de trabalho

A tônica durante o ano de 2004 foi o fortalecimento trazido pela participação do poder público na luta empreendida pelas instituições não governamentais pelo acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Predominava o discurso da parceria entre as instituições públicas e as instituições assistenciais, do fazer conjunto entre Estado e Terceiro Setor. A partir de determinado momento, o trabalho do Grupo Interinstitucional já não era apenas uma seqüência de reuniões e um rol de ações realizadas por determinadas pessoas: o grupo e

menor, e atualmente houve a proposta de descentralização do trabalho desse Centro para os diversos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), o que ainda não se efetivou, ficando então um vazio no espaço anteriormente ocupado por esse serviço.

seu trabalho constituíram-se como um organismo¹⁷. Configurou-se um campo de trabalho, na perspectiva da noção de campo social, de Bourdieu (1996, 2003, 2007).

Este autor afirma que se pode representar o mundo social como um espaço construído com base em princípios de diferenciação, constituídos por propriedades que atuam num determinado universo social e que conferem força ou poder àqueles que detêm essas propriedades. É um espaço de relações objetivas entre posições ocupadas pelos diversos agentes, que determinam a forma das interações entre eles; os agentes são definidos pela posição relativa que ocupam nesse espaço (Bourdieu, 2007). Essa estrutura não é imutável, diz Bourdieu, e a dinâmica e o jogo de forças entre os diversos agentes constitui um campo de poder.

O campo de poder (...) é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (Bourdieu, 1996, p. 52).

Nessa rede de relações a empresa ocupava, perante a maioria das instituições que fazem parte desse conjunto, o lugar de opositor a ser “domado” e educado, para passar a ser aliado na implementação da lei. Configurava-se então uma certa oposição entre, por um lado, as instituições governamentais e não governamentais, num trabalho aparentemente harmônico e integrado e, de outro, as empresas, sobre quem se aplicava o poder coercitivo da lei. Veremos em seção posterior, quando analisarmos o material empírico, outros sentidos presentes nos discursos, mostrando a existência de tensões e contradições, numa interrelação bem mais complexa entre as várias instâncias envolvidas.

¹⁷ Esse grupo de trabalho e suas ações têm uma denominação própria; por questões éticas, neste estudo nomearemos essa instância como Grupo Interinstitucional.

Houve em 2004 muitas palestras para empresas realizadas pela Subdelegacia Regional do Trabalho (SDT), com a participação desta pesquisadora, visando informar, orientar, esclarecer dúvidas. Com o início das notificações e da fiscalização pela SDT, houve um *boom* das empresas em solicitar ao INSS a homologação de enquadramento e habilitação de seus funcionários como pessoas com deficiência, assim como em pedir orientações sobre as deficiências, os postos de trabalho adequados, as adaptações necessárias. Durante as palestras, o tom das empresas oscilava entre, por um lado, uma atitude de excessivo respeito, quase temor diante das instituições públicas e, por outro, um tom de questionamento e crítica. Questionavam se a lei não era discriminatória, questionavam como cumprir a lei se não encontravam pessoas com deficiência habilitadas e qualificadas, criticavam o poder público por não cuidar satisfatoriamente das pessoas com deficiência e exigir das empresas o que o próprio Estado não realiza.

Quanto ao grupo interinstitucional, no início muitas instituições freqüentavam as reuniões; depois de alguns encontros, algumas delas deixaram de participar, mantendo-se porém um grupo constante, composto de modo geral por Subdelegacia Regional do Trabalho, INSS, Centro de Referência da Pessoa com Deficiência, Centro Municipal de Referência em Reabilitação e algumas organizações não governamentais. A Subdelegacia Regional do Trabalho proclamava a parceria com os atores sociais envolvidos com a questão, enfatizando com orgulho, por um lado, a estreita relação com órgãos públicos – INSS, com seu poder de certificar, e Ministério Público do Trabalho, com seu poder de instaurar processos, além de outras instituições públicas – e, por outro, a parceria com as instituições assistenciais.

2.2.1 – Um evento e seus desdobramentos

O Estado se apresenta: o marco inicial

Em 2004, ano do início do trabalho interinstitucional, o Grupo realizou, além de inúmeras palestras para grupos de empresas, dois seminários abertos voltados principalmente para as empresas, com a presença de autoridades e palestrantes de diversos órgãos públicos. O primeiro desses seminários realizou-se em abril de 2004 e tomou proporções de um grande evento, contando com a presença de personalidades ligadas ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao INSS, além de autoridades locais, como a Prefeita de Campinas e a Secretária de Assistência Social à época. Compareceu, mediante convite da Subdelegacia Regional do Trabalho, um grande número de empresas, além de pessoas com deficiência e profissionais da área.

Esse evento, para cuja realização contribuíram muitas pessoas, instituições e mesmo empresas, marcava o início dessa nova fase nas ações de órgãos do Estado voltados para o cumprimento da Lei de Cotas: havia sido firmado em meados de 2003 o Protocolo de Procedimentos Conjuntos entre o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego e o INSS, no âmbito de Campinas e região; o INSS desde o fim de 2003 iniciara o trabalho de emissão do certificado de homologação de habilitação de pessoas com deficiência, e o Ministério do Trabalho e Emprego, no início de 2004, mobilizara instituições da comunidade para um trabalho conjunto e passara a realizar de maneira mais sistemática a fiscalização das empresas. Corroborando essas iniciativas, o Estado agora se apresentava, anunciando, através desse evento, que tivera início uma efetiva fiscalização da Lei de Cotas, que havia um esforço integrado de órgãos estatais visando esse objetivo, e que a lei deveria, agora, realmente ser cumprida. Foi um marco inicial significativo, uma empreitada importante que teve a função ao mesmo tempo de congregar as várias iniciativas e trazer um outro discurso do Estado.

Além disso, a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência na organização do evento reafirmava o caráter que se procurava imprimir às novas ações: o de órgãos públicos do Estado atuando para garantir direitos e promover cidadania. O evento trazia ainda os próprios deficientes para uma participação mais ativa e a partir de um lugar de maior proximidade com as instâncias envolvidas – o Estado, as empresas, as ONGs. Além de membros do Conselho, muitas pessoas com deficiência compareceram e participaram ativamente, fazendo questionamentos e colocações, dando depoimentos, compartilhando o mesmo espaço físico e simbólico. Os discursos que permearam o evento produziam sentidos na direção da defesa dos direitos e, em meio às falas do fazer conjunto e da união de forças da sociedade em prol da causa dos deficientes, entreviam-se sentidos que salientavam o poder do Estado e sua possibilidade de coerção, assim como a sinergia de suas instituições envolvidas com a questão, nos seus diferentes papéis – avaliador e certificador, fiscalizador, instaurador de ações civis públicas. Uma extensa mesa, com diversos palestrantes e muitas autoridades de âmbito não só municipal quanto estadual, foi organizada, produzindo um efeito de imponência e até mesmo de certa intimidação.

Ao lado disso, o fato de o evento ter ocorrido num luxuoso hotel da cidade – uma grande empresa, no caso -, com acomodações espaçosas e confortáveis, aproximou o acontecimento do “estilo” de eventos próprios do universo empresarial. Houve também apresentação de *cases*, com depoimentos de empresas que contratam deficientes, mostrando-se assim que é possível cumprir a lei, os modos como isso pode afetar positivamente a própria empresa, e que já havia empresas cumprindo o que era determinado, de modo cordato e bem-sucedido. Ao lado do clima de “congraçamento”, de união de esforços das várias esferas visando a inclusão social das pessoas com deficiência, esse evento reforçava a idéia de que o Estado havia passado a efetivamente assumir seu papel em relação às pessoas com deficiência no que se refere a trabalho, e que, se necessário, usaria seu poder coercitivo para fazer cumprir a lei.

O Estado é questionado

Logo que se iniciou o trabalho do grupo interinstitucional que aqui relato, as empresas reagiram com certa surpresa e, mesmo procurando mostrar uma atitude de concordância e intenção de cumprir a lei, revelavam-se, de maneira menos ou mais explícita, as reações, os questionamentos, e mesmo a animosidade. Nas inúmeras palestras das quais participei no ano de 2004, houve várias situações que ilustram os modos como as empresas estavam sendo afetadas pela fiscalização da lei. Havia alguns modos de reagir das empresas, expressos geralmente pelo profissional da área de Recursos Humanos, ou por um advogado da empresa, ou mesmo por um médico do trabalho, que apresentavam uma certa regularidade: era freqüente argumentarem que não se encontram deficientes habilitados a trabalhar, e que eles não têm escolaridade; também algumas empresas faziam ao órgão fiscalizador propostas de acordo, alegando especificidades nas tarefas e nas dependências físicas da empresa e a decorrente necessidade de um tratamento especial a elas; outras ainda, protestavam contra a excessiva rigidez dos critérios legais para se considerar alguém deficiente, e do fato de as pessoas com alguma deficiência que eles já empregavam, não se enquadrarem nesses critérios legais. Essa postura das empresas favorecia que a elas se dirigisse e nelas se concentrasse a imagem de “opositoras” ao cumprimento da lei e à inserção laboral das pessoas com deficiência, e que se mantivesse o discurso de que caberia às empresas outras ações que possibilitassem essa inserção, como capacitação e elevação de escolaridade.

Uma das empresas, multinacional de grande porte, encaminhou ao INSS vinte e sete funcionários com perdas auditivas para obterem o certificado de homologação, e essas pessoas não receberam o certificado, pois a avaliação concluiu por seu não enquadramento como pessoas com deficiência. Antes de continuar o relato deste episódio, cabe esclarecer que houve ao longo do tempo alguns acontecimentos que determinaram mudanças na própria lei. Sendo construção humana, estando inscrita na história, sua formulação está sujeita a todas as injunções, disputas e jogos de forças que permeiam as relações sociais.

Tendo em vista que no Decreto 3298/99 os critérios que definiam a deficiência auditiva estavam equivocados, considerando como deficiência níveis muito pequenos de perda auditiva - 25 decibéis, sendo que só há prejuízo na comunicação oral a partir de perdas acima de 40 decibéis -, e tendo em vista ainda que, num equívoco em sentido oposto, os critérios definidos no decreto para a deficiência visual contemplavam apenas a cegueira e não a baixa visão, houve pressão de várias instâncias para que esses equívocos para mais e para menos fossem sanados, logo que a lei começou a ser efetivamente fiscalizada em todo o país.

Somente em dezembro de 2004 é que um artigo no decreto 5296 vem alterar esses critérios, instituindo um rigor maior para se considerar um déficit auditivo como deficiência, e incluindo a baixa visão na categoria deficiência visual. Nesse meio tempo, em outubro de 2003, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) emite uma Resolução, publicada no Diário Oficial da União, alterando esses critérios, mas tal documento não tinha ainda força de lei. Nesse controvertido contexto, o INSS de Campinas adotou os critérios do Conade para realizar as avaliações de deficiência auditiva e deficiência visual, mesmo sendo apenas uma Resolução de um órgão consultivo. Assim, contradições começavam a se tornar visíveis: ao mesmo tempo em que as ações do Estado assumiam uma postura de rigor perante a Lei de Cotas, por outro lado pautavam-se em uma Resolução provisória, sem força legal, enquanto os supostos erros cometidos pelos legisladores ao elaborar a lei não eram reparados.

Retomemos a narrativa relativa à multinacional à qual nos referíamos antes desse esclarecimento sobre os meandros da história da lei. Diante do fato de seus vinte e sete funcionários não serem considerados deficientes pois foram avaliados segundo os critérios da Resolução que abordei acima, a empresa pediu esclarecimentos ao INSS, introduzindo nas tratativas uma advogada contratada que, após contato por telefone, interpelou a instituição através de um e-mail em que formulava uma série de questões para as quais solicitava esclarecimentos. Transcrevo aqui trechos do e-mail.

Mensagem enviada a meu endereço eletrônico institucional no dia 08/09/2004:

(...) Como já exposto, visando adequar-se ao estabelecido pelo Decreto 3298/1999, a empresa encaminhou uma listagem com 27 empregados, todos portadores de deficiência auditiva, nos termos do artigo 4º, inciso II, do referido Decreto. Entretanto, fomos surpreendidos com o recebimento do Ofício de Indeferimento de Homologação (...)

Desta forma, gostaria que fosse esclarecido:

- (i) o motivo da não homologação pelo INSS;
- (ii) qual o procedimento para o preenchimento das quotas previstas no Decreto 3298/1999?
- (iii) como é feito o enquadramento dos deficientes?
(...)
- (v) como é feita a homologação do INSS?
(...)
- (vii) diante da recusa do empregado (em dizer que é deficiente auditivo ou de realizar o exame pericial), e conseqüentemente do INSS, pode a empresa exigir a realização de perícia? Como isso pode ser feito?
- (viii) como posso obter o Protocolo de Procedimentos Conjuntos assinado entre INSS / MPT–Procuradoria 15ª Região / MTE-Subdelegacia do Trabalho em Campinas?

Por fim, conforme mencionado por telefone, gostaria que fosse esclarecido, também, se os níveis de deficiência auditiva (art. 4º, inc.II, do Decreto 3298/99) não estão sendo aceitos/aplicados pelo INSS e, caso haja alguma orientação, portaria, instrução normativa que estabeleça quais os níveis que deverão ser aceitos, solicito a gentileza de que este me fosse enviado.

(...)

(a advogada agradece, coloca seu nome, telefones e logo abaixo o nome do escritório de advocacia a que pertence)

A empresa, diante do insucesso em sua tentativa de computar como passíveis de cumprir a cota funcionários seus que não se enquadravam como deficientes, questiona, com muitas interrogativas, o acerto da conduta do INSS

(*Como é feito? Como é feita? Como isso pode ser feito? Qual o procedimento?*) e a eventual pouca clareza e transparência de seus procedimentos (*Gostaria que fosse esclarecido*). Sendo cobrada pelo Estado para cumprir a lei, sob pena de receber multas e autuações, a empresa formula suas questões utilizando o discurso jurídico, replicando ao Estado no mesmo tom – cita o decreto 3298 reiteradas vezes, colocando-o como referência a pautar suas ações e seus questionamentos. Os sujeitos das orações oscilam de uma terceira pessoa (*a empresa*), em um lugar mais distanciado, para a primeira pessoa do plural (*(nós) fomos surpreendidos*), que parece agrupar o escritório de advocacia e a empresa por ele representada, até chegar à primeira pessoa do singular (*eu*, sujeito oculto em várias orações), em que o sujeito advogada assume o questionamento da empresa, toma-o para si, e desse lugar mais pessoal, direto, fala ao INSS, imprimindo mais intensidade e “emoção” à interpelação. Apresentam-se assim várias vozes questionando o Estado: a voz da empresa objeto de fiscalização; a voz de um representante legal constituído - o escritório de advocacia; a voz do sujeito advogada; a voz da própria lei que, trazida pela voz da advogada, coloca-se como referência para avaliar a correção ou incorreção da conduta do INSS, como que numa inversão de direção – agora era a empresa que se referia à lei para questionar se seus critérios estavam sendo respeitados.

O e-mail da advogada da empresa afetou a psicóloga que atua no Estado, provocando de início indignação e uma certa postura defensiva. Como uma empresa ousava questionar as ações que realizávamos enquanto Estado, duvidando de nossa lisura, transparência e competência em realizá-las? Como ousava pretender ter acesso a um protocolo firmado entre os dirigentes regionais de três ministérios, parecendo querer “checar” a adequação de nossos procedimentos face àquele documento?

Selecionei, do material empírico compilado, este e-mail para compor os dados a serem analisados, pela situação de oposição empresa-Estado nele presente. De início, impactada subjetivamente pelo que senti como confronto, questionamento, animosidade, enxergava no discurso do e-mail apenas o embate. Ao me deter na análise, porém, os enunciados vão adquirindo outros sentidos. As

várias interrogativas, além de terem um sentido de questionamento, de confronto, são também perguntas, mesmo: a empresa quer cumprir a lei, e quer informações, quer entender por que seus funcionários não foram considerados deficientes, e ainda, o que deve fazer para corresponder às determinações legais. Além disso, a empresa tem o direito de questionar o Estado, questionar os funcionários que realizam as ações do Estado, questionar os procedimentos, verificar a correta aplicação das leis. Por que eu ficava indignada? Seria meu lugar de autoridade que não queria ver questionado? Vêm-me à mente meus próprios questionamentos sobre os limites que a lei estipula para considerar alguém como pessoa com deficiência, lembro-me dos casos que não se enquadram como deficientes mas que também não são aceitos pelas empresas, recordo sua angústia por verem sua esperança de arrumar emprego se desfazer... As dúvidas da empresa aproximam-se das minhas próprias dúvidas sobre o princípio que sustenta a lei. A análise dos dados para a investigação vão me colocando em outro lugar de interpretação...

Para tornar ainda mais controvertida a questão, para avaliar se os casos eram ou não de deficiência estávamos nos pautando, como relatei acima, na Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que introduzira alterações nos critérios do decreto 3298/99, mas não tinha força de lei. Porém, as empresas se baseavam no decreto e questionavam essas avaliações. Algumas questões então se apresentam: estávamos sob o lema do cumprimento da lei; nossas avaliações, pautadas na lei, eram rigorosas quanto aos limites do que se caracterizava ou não como deficiência; as empresas deviam cumprir a lei; mas agora flexibilizávamos a lei com base em um documento sem força legal. Se, então, a rigor não estávamos cumprindo a lei em sua formulação estrita – embora houvesse uma justificativa – como poderíamos invocar a lei perante as empresas? Se nesses casos julgávamos que era justo flexibilizar a lei, pois ela estava equivocada, não haveria outros pontos em que ela poderia também estar equivocada, mas que ainda não tinham vindo à tona? Qual o limite entre o equívoco e o “justo”? O que garante que os limites estipulados pelo legislador sejam “justos”, e que realmente ofereçam proteção social a quem necessita, por

viver uma situação de “desigualdade de oportunidades”? De meu lugar de pesquisadora, flagro-me tendo os mesmos questionamentos que me provocam indignação quando apresentados pelas empresas... Vou-me dando conta das inconsistências, das contradições; o barco das certezas começa a fazer água. O dilema entre o *sim* e o *não* que eu e o médico perito experienciamos diante de muitos casos – emitir ou não o certificado? - não se refere só a uma dúvida quanto à interpretação da lei, ou quanto à correta avaliação do caso, mas diz respeito a uma contradição intrínseca à própria lei e a seus fundamentos.

Direito e/ou oportunidade(s)?

Um outro evento promovido pelo Grupo Interinstitucional voltado para a orientação e a conscientização de empresas, este ocorrido no final de 2004 e realizado no auditório de uma instituição não governamental, possibilita problematizar algumas questões referentes às relações interinstitucionais e aos sentidos sobre deficiência e trabalho que vão se produzindo nessas relações. O evento contou com a presença de representantes de cargos importantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da representante do INSS, além de outros palestrantes. Abordou-se o tema da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho sob a perspectiva do direito de acesso ao trabalho, dos direitos humanos, e das ações que o Estado vem realizando nesse sentido, particularmente o Ministério do Trabalho. Enfatizou-se a necessidade de o Estado promover e garantir o acesso igualitário ao trabalho, os mitos e pré-concepções que têm envolvido a questão da deficiência, e as formas de fiscalização do cumprimento da lei.

Depois das falas dos representantes dos órgãos públicos, uma palestrante, profissional de uma ONG, usou como fio condutor de sua fala o tema da “oportunidade”, palavra carregada de sentidos que tanto remetem à discutida questão da necessidade de se proporcionar *igualdade de oportunidades* para grupos historicamente submetidos a discriminação e exclusão – ponto nuclear das políticas de ação afirmativa -, quanto remetem à idéia de *chance*, o que contém

implícito o sentido de concessão, condescendência, e também o sentido de algo fortuito, “oportuno”, circunstancial, que pode ou não ocorrer. O termo *oportunidade* remete a uma possibilidade, não a uma certeza; a algo contingente, não necessário. Assim, os sentidos que se produziram nesta palestra não remeteram necessariamente à expressão *igualdade de oportunidades*, âmbito das ações afirmativas e da Lei de Cotas, que por si já traz ambiguidades, mas à idéia de *chance*, de transigência para com as dificuldades das pessoas com deficiência, e à solicitação de, mesmo assim, ser-lhes oferecida uma “oportunidade”.

Uma pessoa com deficiência era outro dos palestrantes: um jovem com deficiência intelectual que trabalha numa fundação em serviços de portaria foi convidado a dar seu depoimento sobre sua experiência no trabalho. No entanto, falar em público e fazer uma palestra sobre um tema é uma atividade que exige determinadas características e habilidades que nem todas as pessoas possuem, tenham ou não qualquer deficiência; o rapaz apresentou dificuldade para essa tarefa, sendo então auxiliado pela palestrante que falara sobre as oportunidades, o que acabou por reforçar a idéia de que as pessoas com deficiência têm dificuldades intransponíveis, têm incapacidades que afetam seu desempenho, e ficava então implícita a idéia de que se estava instando as empresas a terem condescendência, tolerância com as dificuldades, quase caridade, e darem uma “oportunidade”.

Assim, as escolhas que se fizeram, a estratégia adotada, em um evento que tinha entre seus objetivos quebrar estereótipos, mudar mentalidades, trazer novos sentidos sobre as pessoas com deficiência e sua capacidade de trabalho, acabaram por reafirmar sentidos do discurso vigente sobre a deficiência: a incapacidade, o pedido de condescendência, a impossibilidade de autonomia, a necessidade de tutela e ajuda, com todos os desdobramentos que esses sentidos trazem. Mas ao lado disso, a palavra *oportunidade*, quando colocada na expressão *igualdade de oportunidades*, como presente nas falas dos representantes do Estado e relacionada às políticas de ação afirmativa, remete também a significados como direito, democracia, lei. Assim, muitos sentidos, contraditórios entre si, circularam nesse encontro, carregando toda a ambigüidade

que permeia os discursos que circulam em relação às pessoas com deficiência. O evento teve ainda a participação de muitas pessoas com deficiência, militantes na luta pela busca de seus direitos, que participaram ativamente fazendo perguntas, questionando políticas, fazendo reivindicações, relatando vivências pessoais, enfim, exercendo um papel ativo.

A participação do jovem com deficiência que fez a palestra, se por um lado ocorreu nas condições que relatei, por outro teve também o significado de dar voz à pessoa com deficiência, possibilitar-lhe um lugar de falante entre outros falantes sobre a questão da deficiência, possibilitar-lhe ser ouvido. O lugar que o jovem ocupou no evento fez com que se expusessem suas limitações, e o próprio jovem em sua fala o corroborou, dizendo “eu tenho dificuldade”, desculpando-se pela dificuldade em se expressar, mas, ao mesmo tempo, era uma pessoa com deficiência que ali estava, na mesa de palestrantes, falando de seu trabalho, de sua experiência, o que não é um lugar habitual para essas pessoas.

Assim, sentidos diversos e contraditórios sobre a deficiência permearam o evento, tanto sentidos na direção do direito, da autonomia, do tratamento igualitário, quanto na direção da ainda renitente filantropia, do assistencialismo, da imagem de incapaz e necessitado de ajuda atribuída ao deficiente. Dentre os participantes do Grupo Interinstitucional havia vozes em conflito: alguns discordaram da escolha do jovem com deficiência intelectual para dar seu depoimento, argumentando que se apresentou uma imagem viesada da deficiência ao expor aquele jovem à exigência de fazer uma palestra, e que poderia ter-se pensado em apresentar uma outra pessoa com deficiência, com mais habilidade para aquela tarefa específica; outros defenderam que tal escolha havia sido legítima, e que o jovem “é deficiente mesmo”, e as empresas têm que lidar com isso, aceitar as limitações dessas pessoas, e que não se deve tentar “disfarçar” as limitações que realmente as pessoas com deficiência têm, tentando apresentar uma imagem que oculte essas especificidades.

Como se vê, a ambiência onde se desenrolam as práticas visando a implementação da Lei de Cotas no trabalho para deficientes é uma arena de lutas, e brechas e falhas nos discursos podem dar visibilidade às contradições presentes

nos modos de se abordar a questão. Assim, constata-se que o conflito não se trava de maneira biunívoca apenas entre as empresas, de um lado, e o Grupo Interinstitucional como um todo homogêneo, de outro, mas há múltiplos sentidos e muitas vozes constituindo o discurso sobre as pessoas com deficiência.

2.3 – Embates e (re)configurações

Em 2004 e 2005 o trabalho interinstitucional foi se fortalecendo, e as empresas se mobilizavam para se adequar às exigências legais: as contratações de pessoas com deficiência iam acontecendo, e deficientes que já trabalhavam nas empresas com mais de 100 funcionários passavam a fazer parte da cota, o que favorecia sua permanência na empresa¹⁸. Enfatizava-se no grupo interinstitucional o trabalho conjunto, a união de forças das diversas instituições para fazer valer a lei e impulsionar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; salientava-se que a Subdelegacia Regional do Trabalho (SDT) buscara e contava agora com a participação das instituições assistenciais que atendiam deficientes, e essa louvável iniciativa imprimia a marca da sinergia ao trabalho do grupo interinstitucional. O INSS, por sua vez, assinara um convênio de cooperação técnica com uma fundação de destaque no município, à qual se filiam essas instituições voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência, de modo a emitir o certificado de homologação de habilitação profissional para seus usuários. Um programa dessa fundação voltado para a inserção de deficientes no mercado de trabalho, assim como as ações de uma comissão do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência voltada para o tema Trabalho fundiram-se ao trabalho do Grupo Interinstitucional, sob o clima de entusiasmo pela congregação das várias iniciativas. Era como se, acima das diferenças de lugares e de posições ideológicas um valor maior, que

¹⁸Em 2004 e 2005, 556 pessoas com deficiência e reabilitados foram admitidos nas empresas de Campinas e região, compondo o número de 1365 deficientes e reabilitados com emprego formal inseridos nas cotas previstas pela lei 8213 (dados fornecidos pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Campinas).

era a inclusão laboral dos deficientes, constituindo-se em um objetivo comum a todos, fizesse com que essas diferenças se apagassem.

No entanto, alguns acontecimentos começaram a pôr em cheque a suposta homogeneidade entre as posições dos diversos participantes do trabalho interinstitucional, e um embate assistencialismo / defesa do direito e da cidadania das pessoas com deficiência foi se configurando de maneira mais clara. Surgiram oposições e cisões; alguns participantes do Grupo Interinstitucional bastante envolvidos com a busca por consolidar políticas públicas para as pessoas com deficiência, passaram a mostrar insatisfação com certos discursos e com o modo como algumas ações se realizavam. As não coincidências entre as diversas posições começavam a se tornar visíveis. Smolka (2006), em texto em que problematiza a questão dos *lugares-comuns*, nos alerta a estarmos atentos às não coincidências, e nos leva a pensar como um mesmo dizer pode produzir imagens e sentidos muito diversos, a depender do lugar social de onde se fala. Assim, as expressões “inclusão social” e “inclusão laboral” das pessoas com deficiência, tornadas hoje lugares-comuns, podem produzir sentidos muito diversos frente à complexa questão dos deficientes.

A fundação fortalecera sua posição e passara a assumir um papel de destaque nesse conjunto, oferecendo infra-estrutura e recursos para a realização de eventos, assim como suas dependências para a realização de reuniões do Grupo Interinstitucional. A tal ponto se aproximaram e se mesclaram o trabalho do Grupo e as ações dessa organização que algumas das atas que registravam as reuniões interinstitucionais passaram a ser apresentadas em documento que levava em sua parte superior o nome da fundação, produzindo efeitos de sentidos que remetiam a um apagamento da delimitação público/privado, e à idéia de uma liderança dessa organização no processo.

Essa posição gerou descontentamento, e surgiram críticas de alguns membros do grupo, pois, segundo sua avaliação, o discurso das parcerias com as ONGs estava obscurecendo o fato de que o trabalho era uma ação do Estado e tinha o caráter de uma política pública; argumentavam que era importante, nesse momento da história em que o Estado passava a ter uma participação efetiva na

atenção às pessoas com deficiência no que se refere a trabalho, marcar posição com a liderança inequívoca do órgão público responsável por fiscalizar e fazer valer a lei. Houve situações de confronto, em que as críticas foram explicitadas, e o grupo crítico passou a exercer certa pressão no sentido de restringir o espaço simbólico ocupado pela fundação e pelo âmbito assistencial. Não era sem resistência que essas críticas aconteciam, pois colocar questionamentos sobre o clima de sinergia e do fazer conjunto, assim como sobre algumas posições em relação à questão da deficiência, soava para alguns como uma tendência negativa se opondo à valorizada união de forças.

As tensões intra-grupo foram se delineando de maneira mais clara, produzindo mudanças nas relações entre os participantes, nos lugares sociais ocupados por cada instituição e na configuração do Grupo Interinstitucional. Nesse movimento, em 2006 já se observavam alterações na forma de se desenvolver o trabalho – não eram ostensivas, na natureza operacional das ações, mas eram modificações em detalhes significativos, como o local das reuniões, a coordenação das reuniões de grupo, o discurso dos participantes, o lugar que, no jogo de imagens (Pêcheux, 1997), cada participante ocupava. As reuniões passaram a ocorrer na sede do órgão fiscalizador, agora sistematicamente coordenadas pela representante desse órgão, e o próprio Grupo Interinstitucional assumia-se de maneira inequívoca como uma realização da Subdelegacia Regional do Trabalho, tornando-se então mais claro que as outras instituições, governamentais e não governamentais, eram co-partícipes, mas sob a liderança daquele órgão federal.

O papel do INSS nesse trabalho conjunto, por sua vez, deixou de ser tão focado na emissão do certificado de homologação e se desdobrou em outras ações, passando a abranger atividades de caráter educativo junto às empresas e à comunidade, e participação na elaboração do planejamento das ações do grupo. Essas modificações se deveram tanto a pressões externas quanto internas. No âmbito externo, começou a haver uma demanda excessiva pelo certificado de homologação de pessoa com deficiência, pois as empresas colocavam agora como condição, para um deficiente se empregar ocupando uma vaga destinada à

Lei de Cotas, que ele portasse o certificado do INSS, numa burocratização do processo. O perfil dos encaminhados para obter o certificado de homologação mudou ao longo do tempo: inicialmente eram as empresas que encaminhavam seus funcionários para que o INSS ratificasse, com o documento, que esses funcionários realmente apresentavam uma deficiência que se enquadrava na lei. Mas com a exigência das empresas de que os deficientes apresentassem o certificado *antes* de serem contratados, a demanda pelo serviço deu um salto, levando a um represamento do fluxo do trabalho e ocasionando espera de meses para o atendimento, o que começou a gerar dificuldades tanto em relação a empresas e outras instituições, quanto no âmbito intrainstitucional.

Ao lado disso, o serviço passou a ser procurado em unidades do INSS de outras cidades que não realizavam tal trabalho e nem tinham disponibilidade ou motivação para fazê-lo; essa demanda gerou protestos e questionamentos de funcionários da instituição nessas localidades quanto à obrigatoriedade ou não de o órgão arcar com mais essa atribuição. Por conta desses questionamentos, e após análise da legislação e consultas jurídicas, as instâncias centrais de poder definiram que não cabe ao INSS fazer o enquadramento das pessoas com deficiência – essa função seria do âmbito da Saúde -, sendo sua atribuição tão somente avaliar a compatibilidade entre a função laboral para a qual a pessoa foi habilitada e suas condições laborativas. O próprio certificado teve seus termos alterados por determinação dos dirigentes da instituição no âmbito da Reabilitação Profissional: já não aparecia referência ao “enquadramento” das pessoas com deficiência, mas apenas à homologação de habilitação profissional. Durante algum tempo depois disso, o serviço de emissão do certificado constituiu-se em ponto de conflito dentro da instituição, e em alguns momentos houve questionamentos e determinações dos gestores em nível central em relação a essas ações, de modo que a continuidade desse trabalho esteve em risco em algumas ocasiões. Para preservá-lo, foi necessário argumentar lançando mão da repercussão positiva do trabalho junto à comunidade e às outras instituições públicas, assim como mostrar o aumento no número de contratações de pessoas

com deficiência em Campinas e região em decorrência do trabalho do Grupo Interinstitucional, no qual o INSS de Campinas tem uma participação significativa.

Esses embates e modificações nas relações interinstitucionais dão visibilidade aos modos como vão se realizando as ações do Estado, o jogo de forças e as tensões que compõem a microtessitura das relações, as filigranas, vistas “por dentro”, da implementação de uma lei – é o Estado operando -, e o modo como os sujeitos, em sua singularidade, na experiência vivida do cotidiano de trabalho, vão realizando essas ações, sendo impactados, mas também impactando uma esfera de atividade humana.

2.4 - O discurso das parcerias

O discurso das parcerias começou a surgir no cenário político brasileiro no início da década de 90, no bojo das reformas políticas orientadas para o mercado implementadas não apenas no Brasil como em inúmeros países das mais diversas regiões do mundo. Essas reformas eram decorrentes do processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal elaborado pelo chamado consenso de Washington, em 1989, que tinha como um de seus pilares a concepção da redução das atribuições do Estado para com as questões sociais - o Estado mínimo – e sua transferência para a sociedade civil. (Dagnino, 2004).

Para a implementação desse projeto, todo um arcabouço de crenças, valores e ressignificações foi tomando corpo, instituindo novas práticas e novos discursos que dessem sustentação às reformas. Por outro lado, a resistência à ditadura militar e o processo de transição para a democracia redundaram em um fortalecimento da sociedade civil. Organizaram-se movimentos sociais, constituídos por instâncias sociais diversas, com interesses heterogêneos, mas integrados em torno da bandeira da ética na política, da busca da democratização do país e do combate à pobreza. O movimento social denominado Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida constituiu-se como desdobramento do Movimento pela Ética na Política - conjunto de ações e articulações pelo *impeachment* de Fernando Collor – e teve um significativo poder

agregador. Entidades empresariais começavam a mobilizar-se também em relação a questões sociais, zelosas pelo mercado e pelo desenvolvimento do país, e a idéia de “responsabilidade social” das empresas foi se delineando (Almeida, 2006).

Herbert de Souza, o Betinho, participante emblemático da campanha Ação da Cidadania, e outros membros daquele movimento, acreditaram ser oportuno e possível, naquele momento, compartilhar com as empresas o objetivo comum de combater a miséria e lutar pela consolidação da democratização do país. O setor empresarial criou o que se denominou “balanço social” das empresas – a apresentação de suas ações na área social – o que lhes conferia visibilidade e reconhecimento. Surgiram os prenúncios do discurso das parcerias - que iria se consolidar no governo de Fernando Henrique Cardoso -, da união de forças em torno de um bem comum: o combate à pobreza e o fortalecimento do Estado de Direito.

Com a chegada ao poder, em 1995, da coalizão neoliberal que apoiou Fernando Henrique Cardoso, instituiu-se logo no início de seu governo o programa Comunidade Solidária, designado depois como Estratégia Comunidade Solidária, por congregar um grande número de programas. Presidida pela primeira-dama Ruth Cardoso, tinha como atribuição articular parcerias entre o governo, empresas e sociedade civil para a formulação e a implementação de programas sociais. Nesse contexto, ganha força o conceito de Terceiro Setor, cunhado com essa denominação em 1978 nos EUA por John Rockefeller III (Montaño, 2008), e trazido para o Brasil por um funcionário da Fundação Roberto Marinho. O Terceiro Setor passa a designar todas as instâncias que foram sendo englobadas pela expressão sociedade civil. Nele passaram a se abrigar desde as ONGs, que iniciaram sua existência em uma tradição de luta e reivindicação, até as mais conservadoras entidades filantrópicas (Almeida, 2006).

Montaño (*op. cit.*) faz uma abordagem crítica do conceito de Terceiro Setor, alertando para a necessidade de se aprofundar sua compreensão, na medida em que este fenômeno seria um subproduto da estratégia neoliberal de promover o esvaziamento das conquistas sociais. Para este autor, o verdadeiro fenômeno

que se esconde por trás do termo Terceiro Setor é a configuração de uma nova modalidade de trato à questão social.

Em texto sobre a reforma do Estado, Fernando Henrique Cardoso (1998) propõe que, diante da crise fiscal do Estado contemporâneo, é necessário haver uma reconstrução do Estado para fazer frente à crise e cumprir a função de atender às demandas sociais, através de ações públicas não estatais – o espaço do Terceiro Setor estava se consolidando.

Tendo a sociedade civil no Brasil se fortalecido em oposição ao Estado ditatorial, em grande medida graças à ação dos movimentos sociais, foi-se estabelecendo uma idéia de oposição entre essas duas esferas, passando a ser atribuída ao Estado valorização negativa, e à sociedade civil, valores positivos, numa suposta dicotomia maniqueísta entre sociedade civil e Estado, nos rastros da oposição dos movimentos sociais da década de 70-80 contra o regime militar. O conceito de sociedade civil¹⁹, inicialmente associado à esquerda, aos movimentos sociais e à sua legítima organização, sob a influência do discurso neoliberal passou a ser adotado ao longo das últimas décadas com sentidos que o esvaziaram de sua dimensão política. O deslocamento de sentidos pelos quais se passou a atribuir à sociedade civil valores “bons”, e ao Estado valores negativos, numa suposta oposição, abriu caminho para que se instaurasse com eficácia o discurso do Estado mínimo, das privatizações, da “participação solidária”, das parcerias Estado-sociedade civil. O conceito de sociedade civil foi pasteurizado, tornou-se neutro, asséptico, foi destituído de seus sentidos de luta, de heterogeneidade, de embates entre interesses conflitantes, passando a circular sentidos que sugeriam uma homogeneização da sociedade. Apagaram-se as contradições e passou a imperar o discurso da “solidariedade”, do fazer conjunto, das parcerias.

¹⁹Sociedade civil é um conceito antigo que até o século XVIII referia-se ao domínio do político como um todo, abarcando a sociedade e o Estado; “era a arena do cidadão politicamente ativo” (Outhwaite e Bottomore, 1996, p. 717). No século XVIII passou a significar algo diferenciado do Estado, com forma e princípios próprios, estabelecendo-se já a distinção que viria a marcar o conceito até hoje. Hegel referiu-se à sociedade civil como a esfera da vida ética interposta entre a família e o Estado, e no século XIX Gramsci revitalizou o conceito, que passa a ocupar posição central em sua concepção de Estado ampliado, como vimos no Capítulo 1.

A Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS), site²⁰ criado pela Comunidade Solidária, assim se refere a todo esse cenário, em texto de Rubem César Fernandes:

Nos anos 70 o fortalecimento da sociedade civil - embrião do Terceiro Setor - se fez em oposição ao Estado autoritário. Com o avanço da redemocratização e as eleições diretas para todos os diversos níveis de governo, as organizações de cidadãos assumem um relacionamento mais complexo com o Estado. Reivindicação e conflito passam a coexistir, segundo os momentos e as circunstâncias, com diálogo e colaboração. Nos anos 90 surge a palavra parceria enquanto expressão de um novo padrão de relacionamento entre os três setores da sociedade (Fernandes, 2008).

O termo *parceria* surge assim nessa década, emblemático de todo um projeto político, carregado de efeitos de sentido e de marcas da história, e ganha reconhecimento com a lei 9790, de 1999, que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Caráter Público (OSCIP). (Ferrarezi, 2001). Esta lei criou o Termo de Parceria, através do qual facilitou-se o repasse de verbas públicas para organizações não governamentais executarem serviços que a rigor seriam atribuição do Estado, numa espécie de “terceirização”. A lei das OSCIP surgiu na esteira de outra lei que ajudou a impulsionar as novas perspectivas de atuação do Estado em conjunto com as organizações sociais – a lei 9608/98, Lei do Trabalho Voluntário-, regulamentando esse tipo de trabalho e imprimindo a ele um caráter de maior qualificação, ao mesmo tempo resguardando as organizações de eventuais problemas de natureza trabalhista.

²⁰ <http://www.rits.org.br>

2.4.1 – Uma pergunta incômoda

Reunião de trabalho do Grupo Interinstitucional – 20/04/2005

O registro audiogravado dessa situação possibilita um material de análise mais detalhado do discurso. Decidimos apresentar um trecho um tanto longo da transcrição da audiogravação da reunião, de modo a possibilitar aos leitores ter uma imagem mais clara da reunião e acompanhar a seqüência discursiva que analisamos, e da qual pontuaremos alguns aspectos.

Esta primeira reunião do Grupo Interinstitucional no ano de 2005 ocorreu na sede de uma organização assistencial que congrega várias instituições que atendem pessoas com deficiência; estavam presentes representantes de seis órgãos públicos, dez instituições assistenciais e uma associação de pessoas com deficiência. A representante da organização assistencial solicitou que todos se apresentassem, e em seguida fez um breve relato de um projeto desenvolvido por aquela organização voltado para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Referiu-se depois ao convênio - nomeando-o como parceria - estabelecido com o INSS para a emissão do certificado de homologação de habilitação profissional para os usuários das instituições assistenciais ligadas à organização, e solicitou que a representante do INSS se pronunciasse sobre essa parceria.

Expliquei o trabalho do INSS referente às pessoas com deficiência, e em que consistia o convênio firmado entre o INSS e a organização. Houve várias perguntas de representantes das instituições assistenciais às quais respondi, esclarecendo as dúvidas.

Em seguida, a representante da organização assistencial apresentou e passou a palavra à representante do órgão público fiscalizador (que aqui será designada como F) ²¹.

²¹Deparamo-nos com questões de ordem ética e metodológica diante da tarefa de relatar e analisar relações interinstitucionais; deparamo-nos com a questão da interpelação dos indivíduos em sujeitos (Althusser, 1999). De modo a preservar os sujeitos, optamos por utilizar siglas para designá-los, recurso que estendemos às instituições.

F apresenta o trabalho do Grupo Interinstitucional, explica como é realizada a fiscalização das empresas, e o trabalho feito até aquele momento.

F: A parceria que a gente fez com as entidades foi uma coisa fundamental pra que a gente pudesse dar encaminhamento a esse trabalho. Até, hoje eu falei com a M uma coisa que eu acho muito importante. Uma empresa chega, e diz: Ah, o INSS não sei que... Eu ligo: Maria Eduarda, tem uma pessoa aqui de uma empresa... Quer dizer, o contato que a gente tem com vocês, com os órgãos, porque não é só o INSS, mas o Ministério Público do Trabalho, também (...)

F discorre sobre o trabalho articulado com o Ministério Público do Trabalho, as atribuições de cada órgão, e as sanções que podem ser aplicadas às empresas que não preencherem sua cota destinada às pessoas com deficiência. Alguns dos presentes fazem perguntas sobre isso, e F esclarece dúvidas sobre procedimentos em relação às empresas.

1 - Profissional E: Ligou uma empresa pedindo alguém com segundo grau. A gente conta nos dedos as pessoas que têm o segundo grau. Quando for assim, que a gente não tem quem encaminhar, a gente pode pedir pra ligar ou pra você ou pro INSS?

2 – F: (falando rápido, irritada) **Não**, quando a gente chama a empresa, que a gente entrega pra empresa uma relação - que **não** tá aqui agora -, a gente entrega pra empresa uma relação das instituições, com endereço, e-mail e telefone pra fazer contato, pra ela ir atrás; isso não quer dizer que ela pode chegar, como já aconteceu, dizendo: Ah, eu **não** tenho.... Como é, o senhor procurou as instituições? A instituição disse que **não** tem essa vaga... **não** tem essa pessoa. Se a instituição tiver ou **não** tiver, é problema dela; pra gente, **não** é aquilo que vai dizer se ela **não** tá cumprindo porque **não** tem essa pessoa pra vaga que ela tá oferecendo. Isso pra gente **não** explica. Se a empresa resolve **não** contratar e (ininteligível) “eu **não** tenho a pessoa”...!

Risos de muitas pessoas.

3- S (representante de órgão público municipal): Imagina, hein!

4 – F: A gente **não** quer **nem** saber, entendeu, eu **não** tô **nem** aí! Na verdade, o que interessa pra gente é se ela tá cumprindo ou **não** tá cumprindo. Ela que tem que ir atrás, ela que tem que ir atrás da instituição. Se ela **não** encontrar... Quando ela chega e diz assim: Ah, mas eu **não** encontrei! Eu digo: baixe a sua... a sua... exigência. Por que segundo grau? Vai capacitar a pessoa!

Burburinho, muitas pessoas falam ao mesmo tempo por alguns segundos.

5 – F: É isso que a gente faz. O procedimento é esse. Eu e a T é o mesmo, assim. Não adianta ela (a empresa) tentar justificar que não encontrou. Isso a gente não entende que seja motivo pra... (ininteligível)

Várias pessoas falam ao mesmo tempo.

6 - Profissional O, de outra instituição assistencial: Mas aí, eu estou pensando... A gente precisa entrar em contato com alguém que possa ter essa vaga. (A profissional está falando de um sistema que centralize as vagas oferecidas pelas empresas e as disponibilize para as instituições.)

(...)

7- F: (retomando a condução da reunião) Então uma coisa assim: eu acho importante a gente discutir a questão do retorno das instituições pras empresas. A gente diz: não tô nem aí. (ininteligível) Na verdade, a gente diz: o papel nosso é exigir o cumprimento da lei. (mudando o tom, como fazendo um parênteses) Achei ótimo: chegou uma empresa muito... Disse olha, posso fazer um elogio? Eu digo: pode. Ele disse: olha, esse Grupo é muito importante, ele falou. Porque foi muito importante a pessoa que me atendeu da instituição tal, deu a descrição do que ia fazer do trabalho de assessoria lá na empresa, então assim, a pessoa da empresa se colocou assim: olha, a gente conseguiu contratar porque a gente está tendo esse apoio do Grupo interinstitucional, porque senão realmente é difícil. Porque eu tô vendo um colega, que tem uma empresa similar, do município tal, que não tá conseguindo. Mas, não era isso que eu ia falar, não... (...) ininteligível.

(...)

8 – F: Então, na hora que a gente encaminha, tá: a empresa entra em contato com a instituição, e a instituição não dá o retorno pra empresa. Às vezes a empresa... às vezes ela fala por falar. E às vezes a empresa... sabe, eu faço de conta que não olho, mas... ela diz assim: **olha, essa instituição está**

aqui (na lista das instituições que F fornece às empresas) **e essa instituição disse que não tem a pessoa**. Eu digo: não tem? Mas eu acho que a gente tem que ter cuidado com isso, a questão do retorno, que a instituição fica...

9 - N. (funcionária de órgão público municipal): (tom irônico) Lá no C. B. eu estou percebendo um fenômeno novo, agora... Até outro dia ligou uma empresa pra gente, eu tinha quase desistido de fazer o primeiro contato; eu ligava, a pessoa, que trabalha num supermercado, o RH, me deu um celular. Ficava um trânsito: eu ligava no celular, a pessoa não me retornava... Na véspera - ela tinha reunião com você (F) acho que no dia seguinte -, aí ela ficou louca! Ela tinha que levar algum papel na reunião com você pra provar, enfim, que eu tinha...

10 – F: Normalmente eu não olho (as “provas” que as empresas trazem das instituições mostrando que estas não têm pessoas para encaminhar para as vagas).

Muitas pessoas falam ao mesmo tempo, cria-se um burburinho e agitação no grupo.

11 – N: (Ininteligível). Ela tinha que levar algum papel naquela reunião que ela ia com você.

Risos de muitas pessoas.

12 – N: Fiquei irritadíssima com a moça, sabe... (riso). Acho que esse é um fenômeno novo... (riso irônico).

Muitas pessoas falam ao mesmo tempo, fazendo comentários sobre o assunto durante alguns segundos. Faz-se um vozerio.

13 - A (profissional de uma grande instituição assistencial): Gente, apesar de nós termos o Grupo interinstitucional, cada um aqui dentro tem o seu papel. E esse papel tem que estar bem claro. Então, por exemplo, o órgão público X tem que autuar, e nós (a partir desse ponto já não é possível compreender na gravação o que A diz, pois muitas vozes falando ao mesmo tempo encobrem o som de sua voz, durante alguns minutos).

(...)

14 – A: Daí, nós, enquanto instituições, a partir do momento que a empresa liga... Claro, a gente tem todo um processo. Nós fazemos lá na instituição, todo o processo de ver o perfil da vaga, do contato com família, uma série de coisas. Mas na verdade a empresa, o que ela quer: que o mais rápido

possível, alguém vá lá e contratar! Então acho que cada um de nós tem que deixar claro seu papel e respeitar um tempo, um espaço, as condições... Porque a empresa...

Vozes falando junto.

15 – N: Olha, essa idéia de que a gente tem que dar um tempo pra empresa... Outro dia eu liguei pra uma empresa ela disse assim: a Instituição 1 (nome de instituição assistencial) mandou oito pessoas e eu não aproveitei nenhum. Eu falei: ah, é, é? (com ironia).

A falou algo, contrapondo-se. (ininteligível).

Todos falaram ao mesmo tempo.

16 - D (profissional da Instituição 1): Nós mandamos sete pessoas, seis pessoas, e dentro dessas seis pessoas, nós temos certeza que duas pessoas têm todo o...

17 - S (funcionária de órgão público municipal): Têm todo o perfil...

18 – D: A empresa... ela virou pra mim e disse: não vou absorver nenhum. Você pode mandar mais sete? Você pode mandar mais dez?
(...)

19 – D: Existem candidatos que podem ser absorvidos. Dentro do grupo nós temos certeza que tem. Então, não justifica o que ele tá falando.

20 – Pesquisadora: Como é que nós vamos lidar com isso?

21 – S: Olha... (novamente foi interrompida por N).

22 – N: Deixa só eu falar uma coisa rapidinho.

(N introduziu outro assunto. O tema das instituições e sua capacidade de atender adequadamente as pessoas com deficiência foi interrompido).

No início do diálogo, em dois turnos seguidos (2 e 4), os enunciados de F são marcados por reiteradas negativas, após a pergunta, no turno 1, da profissional de uma instituição assistencial. O que F está negando com tantos *nãos*? Contra que afirmação suas negativas estão se opondo?

A exasperação de F, que num primeiro momento aparentemente dirige-se às empresas e à esquivia em empregar pessoas com deficiência, parece dever-se também à questão, habitualmente oculta ou disfarçada, e agora explicitada pela incômoda pergunta da profissional, da dificuldade ou impossibilidade das

instituições darem conta do problema das pessoas com deficiência, pois este implica em esferas de ação que transcendem a capacidade técnica e a atribuição das organizações assistenciais. É toda uma história de falta de acesso à educação, à reabilitação, à saúde, à cultura, enfim, a dificuldade no esquema das “parcerias” para lidar com um problema tão amplo é inadvertidamente escancarada pela fala da funcionária de uma entidade. F lança para a empresa a resolução do problema, o que traz implícito todo o discurso da responsabilidade social das empresas e da delegação de tarefas do Estado para a iniciativa privada, ocultando-se ainda que as ações do Grupo Interinstitucional, ao se basearem nas parcerias com as instituições, talvez não dêem conta de garantir aquilo que supostamente seria o objetivo da lei – que se empreguem pessoas com deficiência numa perspectiva de emancipação e conquista de autonomia, e não meramente que se coloquem essas pessoas nas empresas, precariamente, sem a significação de transformação social que a questão exige.

Outras marcas dizem respeito à oscilação entre um sujeito indeterminado – *a gente* – e o sujeito determinado de algumas orações, quando F traz para a primeira pessoa do singular a autoria da ação. Os papéis que desempenha se sobrepõem, se mesclam, se (con)fundem: a funcionária do Estado, a participante do Grupo Interinstitucional, a pessoa F; nessa fusão ela é afetada pelas contradições do objeto de seu trabalho, se emociona, mostra irritação. As ações do Estado são realizadas por/nos sujeitos, que imprimem a essas ações sua marca, suas significações.

Observa-se em outro turno (7) em que F fala, um tom mais ameno, após uma pergunta da profissional O (turno 6), que desloca o diálogo para tema diverso daquele que provocara irritação, e muitas repetições e o uso reiterado do verbo auxiliar modal *poder*, indicando possibilidade e também competência, permissão (*poder passar, posso fazer*). Esses enunciados parecem remeter aos limites do *poder* de F, ao que *pode* ou não fazer como representante do Estado, como sujeito, em relação às empresas. Depois da explosão inicial, em que expressões como *não tô nem aí, não quero nem saber* produzem, entre outros, sentidos de

confronto, de imposição sem diálogo, agora a avaliação do que *pode e não pode* já mostram uma mudança na posição em que se coloca F.

Parece haver uma diferença nas características enunciativas entre uma primeira parte do excerto e uma segunda. O divisor de águas é o momento em que F, no turno 8, propõe discutir o retorno que as instituições assistenciais devem dar para as empresas; nessa frase, ela também revê e explica o sentido de sua expressão anterior *não tô nem aí*, como que se corrigindo. Faz ainda uma digressão, adiando o tema difícil, e depois finalmente o retoma: diz que as empresas a confrontam mostrando que instituições que estão na lista fornecida por ela não têm pessoas com deficiência preparadas para ocupar as vagas. Aquilo que lhe mobilizou tantos *nãos* no início, volta em sua própria fala. Sim, há problemas com o trabalho das instituições. Nesse enunciado observam-se hesitações e interrupções que não apareciam em seus enunciados anteriores.

Neste ponto parece introduzir-se uma modificação na configuração geral das interações discursivas. N toma a palavra e reitera a oposição às empresas, repetindo esse discurso em vários turnos. F já não detém a palavra como antes, e estabelece-se uma discussão em torno do papel das instituições, de sua capacidade de preparar deficientes para o trabalho. Intensificam a discussão as falas de D que, procurando atribuir a uma conduta inadequada e injustificada da empresa a recusa dos candidatos a vagas encaminhados por ela, acaba por revelar outros sentidos que remetem à dificuldade, da qual todos no Grupo Interinstitucional parecem se esquivar a encarar, de as instituições realmente cumprirem seu papel; quando diz *sete pessoas, seis pessoas*, revela-se sua intenção de afirmar que o número de pessoas encaminhadas foi menor que oito, diminuindo assim o impacto negativo do que vem a seguir: *dessas seis, nós temos certeza que duas têm o perfil*. Se só duas pessoas têm o perfil necessário, o impacto negativo disso é menor se o total de encaminhamentos para a empresa tiver sido de apenas seis pessoas. Ainda outras marcas no discurso de D revelam sentidos nessa direção: *nós temos certeza que duas têm todo o perfil*, e ainda mais adiante, *dentro do grupo tem candidatos que podem ser absorvidos; nós temos certeza que tem*. Em sua necessidade de reafirmar e salientar a certeza de

que no grupo de pessoas com deficiência encaminhado para a empresa havia pessoas com condições de trabalho, parece revelar-se na verdade muito mais uma dúvida a ser encoberta do que uma certeza a ser garantida. Apresentam-se as questões: se oito pessoas com deficiência atendidas na instituição foram encaminhadas para serem contratadas por uma empresa, ou mesmo seis, por que apenas duas delas teriam “todo o perfil”, teriam condições de serem empregadas? E as restantes? O que acontece com elas, por que não teriam condições, o que lhes falta? E, sendo assim, por que então foram encaminhadas?

As falas dos participantes reafirmam a distribuição de papéis em que a empresa fica na posição de “vilã” e responsável pelos deficientes, e as instituições se mantêm a salvo de qualquer reflexão crítica sobre seu papel, sua capacidade de realmente substituir o Estado na função de prestar serviços de qualidade a cidadãos. A partir da frase de F, no turno 8, na qual se condensa o âmago do problema, os embates se acirram e F se cala. O que ela tentava negar com tanto ímpeto no início, após a pergunta da profissional E, retorna em sua própria afirmação, mas o grupo então, em meio a embates, se encarrega de negar o que não quer ou não pode ouvir.

Mais uma vez se silencia sobre a questão que na verdade clama por resposta: as instituições assistenciais estão realmente aptas a serem “parceiras”, a cumprir a função do Estado em proporcionar às pessoas com deficiência os recursos necessários a seu desenvolvimento como cidadãos de direito? E se não estão, como os discursos parecem mostrar, por que há um silenciamento compartilhado sobre isso? Que sentidos sobre as pessoas com deficiência permeiam essas práticas? Parece haver não uma *parceria* no sentido da realização em conjunto do trabalho proposto e da criação de condições para as pessoas com deficiência, mas um implícito *acordo* entre as partes no sentido de não apontarem, não admitirem e não explicitarem, ou mesmo não enfrentarem, (o que produz) a falta dessas condições.

Na verdade o que ainda predomina é a precariedade dos serviços públicos oferecidos a esse segmento da população, mostrando a ausência, ou negligência, ou pouca eficiência do Estado para tratar dessas questões. A política de parcerias

com instituições assistenciais, diferentemente do que se crê ou se deseja fazer crer, apenas corrobora o descaso para com esse segmento, a esquivar-se em assumi-lo como foco de políticas públicas universais e efetivas, assim como acontece na chamada educação inclusiva, como tão bem nos mostram Laplane e Góes (2007), em estudos sobre legislação, políticas educacionais e práticas na escola voltadas para alunos com deficiência.

O discurso das parcerias e a suposta harmonia e sinergia entre os participantes do trabalho conjunto para as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que representam um sincero esforço das instituições envolvidas visando a participação dessas pessoas na vida laboral e societal, acabam impedindo a explicitação de um problema e encobrendo as contradições sociais que produzem a falta de políticas públicas realmente incluídas para essas pessoas.

2.5 – Os empregadores: o discurso das empresas

Neste evento, estando a pesquisadora na mesa de palestrantes, seu modo de participação na situação empírica foi diferente, o que implica que também se alteraram o modo de registro e o modo de análise. Os registros foram feitos por escrito e desenvolvidos de memória logo após as situações que os geraram.

2.5.1 – Um evento empresarial

Analisaremos aqui inicialmente trechos de discursos registrados em um evento ocorrido na sede em Campinas de uma grande associação de empresas industriais do Estado de São Paulo, em 28/10/2005, do qual participaram representantes das empresas associadas, o coordenador da área jurídica dessa associação e, como convidadas a apresentar palestras sobre o tema “A inserção das pessoas com deficiência nas empresas”, a representante do Ministério do Trabalho e Emprego em cargo de chefia, uma profissional desse Ministério representante do Grupo Interinstitucional e a representante do INSS – a

pesquisadora. O registro de dados do evento foi feito por mim durante o próprio evento, por meio de anotações de partes ou tópicos das falas dos participantes durante a situação de apresentação e de debates, dentro das possibilidades daquela circunstância, e desenvolvido em momento posterior, de memória, logo após o evento.

Elegemos enfocar este evento e dele realizar um relato analítico, pois reuniu um número significativo de profissionais que ocupam cargos com poder ou capacidade de influência dentro das empresas, e pelo fato de ter sido promovido por um órgão emblemático da área empresarial.

A iniciativa dessa associação de organizar uma palestra com representantes do Estado para oferecer a seus associados informações e orientações sobre a Lei de Cotas faz parte de um conjunto de encontros entre essas instâncias que passaram a ocorrer a partir de 2004, quando se iniciou a fiscalização do cumprimento da lei, com o diferencial de que habitualmente os encontros eram organizados pela Subdelegacia Regional do Trabalho, realizados em sua sede e as empresas eram convocadas. Geralmente os representantes das empresas que compareciam eram os responsáveis pelo Setor de Recursos Humanos, ou funcionários desse setor; o público presente ao evento que aqui relatamos foi composto por advogados de departamentos jurídicos, médicos do trabalho, engenheiros de segurança e alguns chefes de RH de cerca de sessenta empresas com mais de cem funcionários. Também foi inusitado o fato de as representantes do Estado serem convidadas a participar de um evento na sede de uma corporação que congrega as empresas e tem toda uma série de ações em defesa de seus interesses.

O Diretor do Departamento Jurídico abriu a sessão e informou que vinham ocorrendo diversas consultas a seu departamento por parte das empresas, com muitas dúvidas sobre como proceder, sobre a lei, sobre onde encontrar deficientes para empregar (*onde eu acho no mercado?*) como agir diante de uma notificação do Ministério do Trabalho ou da Procuradoria do Trabalho (Ministério Público do Trabalho). Diante disso, pensaram em elaborar uma pesquisa junto aos associados para entender o que vinha acontecendo e verificar se havia interesse

em um evento para obter melhores esclarecimentos. Relatou as questões (*os questionamentos*) que compunham a pesquisa e os resultados, que apresentou numa projeção de slides.

O primeiro questionamento era se a empresa tinha conhecimento sobre o que a legislação que se refere à inserção da pessoa com deficiência determina - os percentuais, o número de funcionários a serem contratados em cada empresa; 55% das empresas responderam que não tinham conhecimento. A segunda questão indagava se a empresa tinha encontrado facilidade em contratar *profissionais* com deficiência, dentro da legislação; 91% apresentou *grande dificuldade em encontrar no mercado*. Na terceira questão, a pergunta era se a empresa gostaria que a associação promovesse algum evento para esclarecimentos, e quase 70% referiu interesse na realização de um evento. E na quarta questão, perguntou-se se a empresa *já havia recebido alguma notificação, qualquer comunicação do Ministério do Trabalho ou do Ministério Público do Trabalho para prestar informações a respeito do preenchimento, do cumprimento da legislação*; quase 60% das empresas não havia recebido nada. O palestrante salientou que esses dados demonstravam realmente a falta de conhecimento e de esclarecimento sobre a questão, o que poderiam sanar neste evento *com os órgãos responsáveis*.

As três representantes do Estado compuseram a mesa e fizeram suas apresentações. A representante chefe do Ministério do Trabalho e Emprego ressaltou a importância de um encontro entre as empresas e os órgãos públicos envolvidas na implementação da lei, de um fazer conjunto, e salientou que a posição do Ministério do Trabalho e Emprego é a de procurar informar e orientar, e não simplesmente aplicar as sanções legais. A outra profissional do Ministério do Trabalho, representante do Grupo Interinstitucional, deu informações mais específicas sobre a lei e sua fiscalização, salientando aspectos relativos à necessidade de se superarem pré-concepções sobre as pessoas com deficiência e apresentou dados sobre o número de deficientes empregados nas empresas. A representante do INSS falou sobre a construção social da deficiência, os equívocos existentes sobre as capacidades dessas pessoas, sobre a necessidade

de mudar concepções, e ainda, sobre o que caracteriza cada tipo de deficiência segundo a lei. Os participantes, em sua maioria, ouviam com atenção, muitos com meneios de cabeça indicando concordância em alguns momentos, sendo que algumas poucas pessoas tinham expressões de enfado ou de resistência ao que estava sendo dito. Terminadas as falas, abriu-se o evento para perguntas à mesa.

Várias das perguntas questionavam os critérios para se considerar se uma pessoa é ou não deficiente, julgando-os muito rigorosos, contendo um sentido de reclamação sobre o grau de deficiência que a lei prevê; a perguntas desse teor a representante do INSS respondia, explicando os critérios e argumentando que o caráter de proteção social da lei dirige-se àquelas pessoas com uma deficiência mais severa, que vivem uma clara dificuldade de ingressar no mercado de trabalho devido à deficiência, àquelas pessoas que vivem uma situação de discriminação por sua condição, e não àqueles que têm deficiências mais leves. Nessa ocasião as dúvidas que foram me afetando ao longo da pesquisa ainda não tinham se delineado com clareza; ainda não tinha me dado conta de que o questionamento das empresas vinha ao encontro de dúvidas e inquietações minhas sobre os critérios para se caracterizar alguém como deficiente, feitas a partir de um outro lugar, com um outro sentido, mas mesmo assim, inquietações.

A “reclamação” das empresas sobre os critérios refere-se à lei, mas também à instituição que certifica ou não de acordo com essa lei – o INSS. Naquela situação concreta de diálogo sobre isso, a instituição estava personificada por quem ali a representava – a profissional/pesquisadora -, e a ela se dirigiam as interpelações. Nesse ponto nos lembramos do que nos diz Bourdieu (2001) sobre o capital simbólico do Estado, e sobre o poder contido na *certificação*. “A nomeação ou atestado pertencem à categoria dos atos ou discursos oficiais, simbolicamente eficientes porque realizados em situação de autoridade, por pessoas autorizadas, agindo *ex officio* como detentores de (...) uma função ou de um cargo atribuído pelo Estado” (p. 113). Embates de poder perpassam a interlocução empresa–Estado, menos ou mais explicitados pelas inflexões do discurso, pelas deferências, atenuações e outros modos de dizer e de interagir. Flagro-me mergulhada nessa rede de relações de poder, afetada

também pelo jogo de imagens e pelo capital simbólico do outro – as empresas e suas personificações -, colocando-me nessa interação em uma determinada posição em relação a esses interlocutores. É a partir dessa posição que respondo a eles sobre os critérios legais para a certificação ou não, modulando minhas respostas por esse jogo de forças que perpassa não só essa situação concreta, quanto as relações entre essas duas instâncias sociais. A certeza com que argumentava à época não se manteve ao longo desta investigação. Novamente me lembro das não coincidências – não coincidência entre os sentidos que essa questão assume para as empresas e para outros agentes, embora na superfície discursiva possa haver semelhanças; não coincidência de mim comigo mesma - ao relatar este evento e buscar realizar este exercício analítico, fui me dando conta de que hoje meu lugar de interpretação é outro, e esses acontecimentos adquiriram outros sentidos.

Outro tema que surgiu, logo na primeira pergunta, feita por um advogado do departamento jurídico de uma grande empresa, é recorrente em todas as situações em que empresas se encontram com outras instâncias, principalmente as fiscalizadoras, para discutir o cumprimento da lei: elas reiteradamente afirmam, ou alegam, que têm muita dificuldade em encontrar pessoas com deficiência para empregar. A própria pesquisa apresentada pelo Ciesp no início deste evento abordou o tema, tendo 91% dos que responderam ao questionário referido grande dificuldade *para encontrar no mercado*, conforme palavras do coordenador da divisão trabalhista da associação. Discutimos anteriormente, quando abordamos as relações interinstitucionais e o discurso das parcerias, os problemas presentes na delegação de tarefas do Estado às instituições assistenciais, e como esses problemas ficam obscurecidos sob o manto do discurso das parcerias. A análise deu visibilidade à precariedade dos serviços prestados pelas instituições, de modo que, quando as empresas dizem que “não encontram no mercado”, em vez de nos indignarmos com as empresas, paradoxalmente temos que admitir que em parte têm razão. Faltam serviços de qualidade, universais e públicos, para esses cidadãos. A indignação com as empresas e o discurso de que cabe a elas oferecer educação, emprego, reabilitação, acaba por obscurecer o real problema:

as pessoas com deficiência continuam relegadas ao âmbito assistencial, não conquistaram verdadeiramente a tão propalada igualdade de direitos que se pretende proporcionar com ações afirmativas.

Responde à pergunta formulada pelas empresas a servidora do Ministério do Trabalho e Emprego representante do Grupo Interinstitucional – que, recordemo-nos, na situação de reunião a que me referi acima, exasperou-se diante da questão. Ela diz então às empresas que as pessoas com deficiência têm uma história de marginalização, de dificuldade de acesso à educação, e que as empresas devem mobilizar esforços para qualificá-las. Que sentidos estão aí presentes? Nos sutis embates que permeiam a situação, agora uma representante do Estado delega às empresas uma função que a rigor seria do Estado, provocando um certo desconforto silencioso em alguns participantes. Nessa trama de significações, de jogos de imagens, de micropoderes em ação (Foucault, 2000b), as pessoas com deficiência vão sendo “faladas”, significadas, imagens sobre elas vão sendo consolidadas, reafirmadas, modificadas, refutadas, velhos sentidos se cristalizam, novos sentidos vão se produzindo. Neste ponto penso em Mariana, penso em todos os deficientes que já atendi, e nos milhões de pessoas com deficiência que buscam um lugar de filiação social. Quais são seus modos de participação nessa rede de relações? Como tudo isso as afeta? Como elas podem afetar a tudo isso que diz respeito a suas vidas?

No momento mais tenso do encontro, um advogado de uma empresa reivindicou que o Ministério do Trabalho subvencionasse a instalação de recursos especiais nas empresas, já que estas estão sendo obrigadas a contratar deficientes, o que, em seu entender, gera problemas de segurança no trabalho. Encorajado por esta fala, outro advogado fez também sua reivindicação: o Ministério do Trabalho deveria emitir uma normativa para que a empresa tivesse tempo de se adequar à presença das pessoas com deficiência. O tom dessas intervenções agora já claramente mostrava uma certa animosidade, a oposição que em outras “perguntas” se mostrava velada. Houve certo burburinho na platéia, até que começaram as respostas, que também mudaram de tom.

As três representantes do Estado responderam às questões com um certo grau de irritação; falaram em sanções legais diante do não cumprimento da lei, em desenho universal²², em diversidade... Mas questões de fundo permaneceram intocadas; ficaram no ar as dúvidas sobre por que as pessoas com deficiência não estão preparadas para o “mercado”, não têm escolaridade, não têm acesso às tecnologias de informação... Um bom número de empresas ainda continuam querendo driblar a lei, continuam querendo concessões especiais ou mesmo prêmios por empregar deficientes, continuam cumprindo a lei apenas para não serem multadas. E assim mostra-se tarefa árdua, se não inglória, tentar contribuir para modificar o olhar para com as pessoas com deficiência, mudar concepções equivocadas, combater o preconceito. O próprio Estado, com sua negligência para com essa população, os reforça.

²² “Desenho universal é uma forma de conceber produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades” (site da Rede Saci -USP).

CAPÍTULO 3 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRABALHO

3.1 – Dizeres sobre deficiência

3.1.1 - Irene

Voltemo-nos para algumas falas de Irene, uma mulher de 41 anos que atendi no INSS e entrevistei no dia 03/05/2006. Logo de início chamou-me a atenção sua atitude determinada e otimista, “pra cima”. Quando lhe expliquei sobre a pesquisa e pedi sua autorização para gravar nossa entrevista, mostrou-se muito solícita e disponível. Irene nasceu no interior do Ceará, e apresenta em uma das pernas seqüela de poliomielite, contraída aos 7 anos de idade, o que faz com que tenha o andar claudicante devido à atrofia muscular, que é bastante visível. Estudou até a 8ª série e relata que já trabalhou em muitas funções, tendo deixado o restaurante em que trabalhava devido ao nascimento de seu filho, agora com quatro anos de idade, pois só conseguiu uma vaga para ele na creche depois de dois anos e meio de seu nascimento. Passou a freqüentar um serviço municipal de Paulínia que a encaminhou até o INSS para obter o certificado visando conseguir empregar-se através da Lei de Cotas; Irene vem tentando voltar ao mercado de trabalho e tem encontrado dificuldade.

1 – Pesquisadora: Então, Irene, vamos conversar. E aí?

2 – Irene: Aí, que nem eu tava falando pra você, o médico falou que deu essa... que ficou essa seqüência por causa das... das doses que eu não to... tomei tudo, né. **Mas**, que nem, você vê, né, lá no Ceará a gente morava loooonge... é muito difícil. **Só que** hoje, raramente... **Não** tem, não acontece mais isso, da peessoa ficar... com problema por causa das doses, **a não ser que** a mãe não leve o filho pra dar. **Agora**, eu **nunca** sofri... preconceito, assim, por causa da minha deficiência. **Sempre** trabalhei e batalhei.

3 – Pesquisadora: É?

4 – Irene: Sempre trabalhei, tenho bastante registro na minha carteira. Nunca passei... nunca passei preconceito, não.

- 5 – Pesquisadora: Nem na família...
- 6 – Irene: Não. Nem na família, na sociedade, não.
- 7 – Pesquisadora: Como é que foi sua vida? Né, criança... você começou a ter deficiência com 7, 8 anos, já era idade de brincar... junto com as outras crianças...
- 8 – Irene: Nossa, não, pra mim, nunca teve problema. Que eu lembro, nunca percebi que alguém me discriminasse por causa disso aí, não.
- 9 – Pesquisadora: E você, em relação a seu corpo, a sua deficiência, como é que você se sente, como é que é isso pra você?
- 10 – Irene: Ah, eu não tenho... eu não tenho preconceito também, não. **Acho que é uma coisa que a gente... a gente não pede a Deus pra ficar; porque a gente não nasceu... Quando a pessoa nasce com uma deficiência, **aí já**... Acho que a gente tem que **aceitar**, né, porque se a gente tem uma deficiência e a gente não aceita, você vai sofrer muito mais.**
- 11 – Pesquisadora: É isso mesmo...
- 12 – Irene: Muito mais. Acho que a pessoa tem que aceitar, tem que ir à luta, trabalhar, e mostrar que a gente, só porque a gente tem uma deficiência, a gente não é uma pessoa inválida. Que nem, tem gente aí que tem duas pernas boas, e acha que não consegue fazer nada na vida. Eu não.
- 13 – Pesquisadora: É verdade.
- 14 – Irene: Tô aqui, ó, em busca de um serviço, um emprego, pra mim trabalhar. (risos)

Observa-se uma recorrência das relações contrastivas, com o jogo de oposições intensificado em certas passagens dessa interação. No início da entrevista, no turno 2, em que Irene fala sobre a causa da deficiência, predominam entre as orações as relações de oposição, introduzidas por conectivos adversativos e de negação, como que num diálogo em que os argumentos se opõem uns aos outros. Outras marcas nessa direção são o jogo entre *nunca* e *sempre* e as muitas negativas ao longo do diálogo confrontando-se com afirmações implícitas, como a negativa *nunca sofreu preconceito*, que estaria respondendo à afirmação implícita de que as pessoas com deficiência habitualmente sofrem preconceito.

A análise evidencia uma oscilação entre formulações em que o sujeito da oração está na primeira pessoa do singular, e é referido no enunciado (*eu*), e outras em que o sujeito está na terceira pessoa do singular (*a gente, a pessoa*), na função de sujeito indeterminado, configurando-se aí também um jogo de oposição entre, por um lado, um sujeito da oração determinado, inequívoco, definido e, por outro, um sujeito, diluído, vago, indeterminado, inespecífico. Observa-se que essa oscilação guarda correspondência com formulações em que, por um lado, as falas são claras, ininterruptas, definidas, determinadas, e aquelas em que, em contraste a isso, o dizer é hesitante, interrompido, fragilizado e mesmo confuso.

Payer (1995), em seu trabalho sobre educação popular e linguagem, aborda a noção de *determinação* no campo da lingüística e mostra como está relacionada à idéia de delimitação de sentidos, à “possibilidade de ancoragem da significação em um referente exato, definido, individual” (p. 44), enquanto a indeterminação se relacionaria à idéia de indefinição, generalização, remeteria a algo vago, ambíguo. A autora traz ainda elementos da memória discursiva relativos à idéia de determinação fora do campo da linguística, como atributo de um sujeito *determinado*, decidido, que tem força de vontade e não se entrega ao desânimo, e argumenta mostrando a relação entre exigências de clareza e definição da língua, e exigências de clareza e definição de um sujeito decidido, que tem determinação, que não se confunde, não se atrapalha.

No turno 2, quando Irene fala do modo como adquiriu a deficiência, há interrupções e hesitações, particularmente antes de se referir à seqüela que apresenta e antes de negar que seja vítima de preconceito. Em contraste à fala hesitante, incerta, interrompida, já no fim do enunciado – em que a voz adquire um tom seguro e forte -, ela contrapõe à indeterminação anterior a afirmação de seu enfrentamento da situação (*sempre trabalhei e batalhei*).

Segue assim por vários turnos, até que a pergunta da entrevistadora no turno 9, sobre sua relação com a própria deficiência, provoca hesitações. Na resposta (turno10), voltam as interrupções, as oscilações entre afirmativas e negativas e em um trecho o enunciado perde sua coerência, fica confuso, introduz-se o equívoco, a falha, denunciando a extensão do *drama* que vivencia

em relação à deficiência e às suas causas. Nesse ponto volta a indeterminação do sujeito, que de *eu* passa a *a gente, a pessoa, você*, num gradativo distanciamento da pessoa do sujeito enunciativo. Parece que quando fala da deficiência sob certos aspectos – o que a causou, como se sente em relação a ela –, os enunciados adquirem um tom menos determinado, as vozes em oposição dentro dela se manifestam de maneira mais visível, o conflito emerge com mais força.

O verbo *aceitar* parece ser o ápice da condensação do *sim* e do *não* simultâneos: ela *não* pede a Deus pra ficar deficiente, mas “Deus” determina que ela fique; então, ela se impõe a tarefa de dizer *sim* a essa determinação que ela *não* quer, e *aceitar*, conformar-se, resignar-se, para não sofrer ainda mais. Os sentidos do discurso religioso, com sua prescrição de resignação, não revolta, não questionamento, submissão a desígnios superiores, ecoam nesse *aceitar*, que se repete no turno 13 e associa-se aos sentidos do discurso moral sobre o trabalho – tem que ir à luta, trabalhar e mostrar que não é inválida. A memória discursiva nos traz os sentidos do discurso moral/religioso: aceitar os desígnios divinos, resignar-se e trabalhar, batalhar; o trabalho enobrece o homem, e rebelar-se traz sofrimento. Em seu bojo, a não cobrança por ter poliomielite, por não ter tido acesso à vacina, por não haver creche para seu filho, por ter cursado só o ensino fundamental. Mas as fissuras no discurso deixam entrever um espaço de questionamento, de sofrimento, de desconcerto.

3.1.2 - Mariana

Foram gravadas duas entrevistas com Mariana: a primeira delas consistiu na própria situação de atendimento, e nela ocupei simultaneamente os dois papéis – de profissional realizando aquele trabalho, e de pesquisadora; a segunda entrevista foi gravada em outro momento, numa instituição municipal em sua cidade, e foi realizada exclusivamente para fins desta pesquisa.

Fragmentos da primeira entrevista (05/05/2006)

Fragmento 1

35 – Pesquisadora: E qual a sua deficiência?

36 – Mariana: (Inaudível). É na mão esquerda. Eu não consigo... É que eu tive... paralisia cerebral. Daí, do lado esquerdo, minha mão fica fechada. Eu não consigo pegar direito (Mostra a mão esquerda, mostra sua dificuldade em pegar uma caneta que estava sobre a mesa). E na perna esquerda... eu arrasto um pouco. Só.

37 – Pesquisadora: Tá. Você nasceu com paralisia cerebral?

38 – Mariana: Foi no parto.

39 – Pesquisadora: Mas foi leve, né. Você fez alguma fisioterapia?

40 – Mariana: Fiz.

41 – Pesquisadora: Na fala tem algum probleminha?

42 – Mariana: Não, só (inaudível) e do lado esquerdo mesmo.

43 – Pesquisadora: E como é que é isso pra você?

44 – Mariana: Ah, é **normal!** Porque eu já acostumei com isso.

45 – Pesquisadora: Hã, hã.

46 – Mariana: Faço tudo que tem que fazer, certinho.

(...)

Fragmentos da segunda entrevista (25/08/2006)

Fragmento 2

31 – Mariana: Ah, eu não sirvo pra trabalhar assim com povo, população. Eu não tenho paciência, assim. Se for administração, montagem de alguma coisa, assim, porque com povo acho que eu não tenho muita paciência.

32 – Pesquisadora: É? Por que, Mariana?

33 – Mariana: Ah, eu não tenho paciência, eu não sou uma pessoa paciente, assim.

34 – Pesquisadora: Você se irrita?

35 – Mariana: Ah, se irritado! (riso) Me irritado.

36 – Pesquisadora: Como é que é isso?

37 – Mariana: Ah, eu não sei porque eu sou assim, sabe, eu não tenho paciência com as pessoas. Não tenho muito, não tenho mesmo. Sou desde pequenininha, assim.

(...)

Fragmento 3

53 – Pesquisadora: E as outras partes da escola, a parte de aprendizado, como é que foi pra você?

54 – Mariana: Não, foi bem, eu tenho mesmo uma dificuldade... um pouco de dificuldade, mas eu peguei já, superei... tudo. Mas eu tenho um pouquinho só de dificuldade, porque eu sou deficiente, parte de deficiente, eu tenho um pouco... Então eu tenho um pouco de dificuldade.

55 – Pesquisadora: Que dificuldade?

56 – Mariana: Um pouco de falar, eu tenho, assim... Pra aprender... matemática, por exemplo, é... arrasto um pouco a perna, não tenho firmeza nessa mão um pouco (mostra a mão direita)... e sou um pouco mais lerda... Então eu sou um pouco assim, nervosa, agitada, por causa disso.

(...)

Fragmento 4

105 – Pesquisadora: E aí você fala da sua deficiência numa boa?

106 – Mariana: Falo, numa boa. Isso é **normal**. Eu não tenho, assim, preconceito com isso com eles. Com esse pessoal eu não tenho, não passo por isso. É que também não aparece muito, não tenho dificuldade.

(...)

Fragmento 5

Pesquisadora: E como é pra você a questão de ser deficiente?

Mariana: Não, **normal**... Graças a Deus eu não tenho... assim... co... preconceito, igual os outros... deficiente têm. Graças a Deus, é **normal**.

Observa-se nas falas de Mariana uma oscilação entre movimentos de aproximação e de afastamento, de busca de interação e de isolamento, o que se apresenta na materialidade discursiva, entre outras marcas, como uma oscilação entre uma fala mais fluente, coesa e, por outro lado, uma fala pontuada por interrupções, hesitações, em que o uso de repetições em certos momentos parece preencher vazios e minimizar a dificuldade em manter a interação. Parece haver um jogo de possibilidades e dificuldades com que Mariana já se defrontou em sua história e se defronta, tanto em relação aos outros, quanto, incorporando essa ambiguidade, em relação a si própria. Quando aborda a deficiência, há trechos em que fala com mais fluência, outros, em que as hesitações se intensificam, o que parece indicar a ambiguidade no modo de relacionar-se com sua deficiência e com o outro que a vê como deficiente. Em alguns trechos, as respostas são lacônicas, em outros, ela se “solta” mais, fala sem interrupções, o discurso flui.

Outro aspecto a ser salientado é a recorrência do termo *normal* em vários momentos. No fragmento 1, embora Mariana fale sobre as dificuldades, sobre o que não consegue, discorrendo sobre a deficiência, diz que se acostumou com isso; para ela, sua condição é normal mesmo, ela está familiarizada com suas peculiaridades. Canguilhem (2002) discute a questão do patológico e da saúde, mostrando como esta última consiste na possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas; assim, o organismo se tornaria “normal” nas novas condições, apesar de ter algumas possibilidades reduzidas.

Já nos fragmento 4 e 5, o termo *normal* associa-se de alguma maneira a *não ter preconceito*. Mais à frente discutiremos os modos como a palavra *preconceito* aparece em diversos enunciados; aqui, nos ateremos ao termo *normal*. Parece que a possibilidade de sentir-se normal é dada pelo outro, e há situações em que isso é possível, e outras não. No fragmento 4 ela assinala: *com esse pessoal eu não passo por isso*. E assinala, ainda, que a deficiência não

aparece; a não visibilidade da deficiência é que a protege do preconceito. No último fragmento, a frase introduzida por uma negativa e a fala mais cheia de hesitações e interrupções parecem remeter às dificuldades de Mariana em lidar com a ambiguidade entre sentir-se normal e sentir-se deficiente. Mostram-se os vários modos de Mariana lidar com sua deficiência, com o olhar do outro sobre ela, com seu próprio olhar sobre si mesma.

Vejamos ainda aspectos presentes em um último fragmento.

120 – Pesquisadora: Por que você veio pra Paulínia?

121 – Mariana: Por causa de emprego mesmo. Porque aqui tem o Centro C²³. Lá não tem muito recurso. Lá é mais loja, mesmo, é mais comércio. Então aqui como tem o Centro C, outras coisas, também, quem sabe...

122 – Pesquisadora: Você sabia do Centro C?

123 – Mariana: Então, foi através da minha tia que eu fiquei sabendo.

124 – Pesquisadora: Ah, então isso que te influenciou pra você vir pra cá?

125 – Mariana: Foi por isso que eu vim pra cá.

126 – Pesquisadora: E aí você já procurou lá...

127 – Mariana: Aí eu já procurei...

128 – Pesquisadora: Ah, tá. Então, Mariana, você esteve lá comigo aquele dia no INSS, a gente conversou, eu te dei o certificado... Qual o significado desse certificado pra você, como foi receber esse certificado?

129 – Mariana: Foi bom, porque com isso eu posso ter... arrumar emprego melhor, mais fácil, é mais isso.

Mariana diz que veio para Paulínia para utilizar os serviços do Centro C de Paulínia, órgão que promove a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Se por um lado ser deficiente para Mariana é *normal*, ela tem familiaridade com sua condição, ela a vive desde que nasceu, por outro essa condição é invocada ao buscar recursos que lhe possibilitem arrumar um emprego. Assim, ao mesmo tempo, ela vive em relação a si própria a experiência

²³ O nome da instituição foi substituído pelo designativo Centro C de modo a preservar sua identidade.

de normalidade, de não estranhamento diante de sua condição, e vive também, a partir do *outro*, da cultura em que está imersa, a experiência de ser deficiente. Ela se refere à normalidade, a não ter problema nenhum, mas vem em busca da lei que auxilia a empregar deficientes; a lei, ao mesmo tempo em que favorece o acesso a oportunidades, também marca o sujeito, reafirma o estigma que Mariana luta por enfrentar, e essa marca é ratificada de maneira explícita com o “certificado” do INSS que Mariana procurou e obteve.

As ambigüidades, hesitações, movimentos de evitação e enfrentamento, concordâncias e resistências presentes nas falas de Mariana dão visibilidade às contradições que vivencia, e remetem também às contradições e ambigüidades presentes em outros discursos, que fazem ecoar nela os sentidos produzidos sobre a deficiência.

Tendo em vista a recorrência com que aparece nas falas das pessoas com deficiência, a palavra *preconceito* será objeto de uma reflexão nesta seção em que enfocamos o discurso dos deficientes sobre deficiência.

3.1.3 - *Preconceito*

Iremos retomar aqui trechos de entrevistas de Irene e Mariana, pelo modo peculiar como essa palavra aparece nas formulações discursivas de seus enunciados.

Irene (03/05/2006)

Fragmento 1

1 – Pesquisadora: Então, Irene, vamos conversar. E aí?

2 – Irene: Aí, que nem eu tava falando pra você, o médico falou que deu essa... que ficou essa seqüência por causa das... das doses que eu não to... tomei tudo, né. Mas, que nem, você vê, né, lá no Ceará a gente morava loooonge... é muito difícil. Só que hoje, raramente... Não tem, não acontece mais isso, da

pessoa ficar ...com problema por causa das doses, a não ser que a mãe não leve o filho pra dar. Agora, **eu nunca sofri... preconceito**, assim, por causa da minha deficiência. Sempre trabalhei e batalhei.

3 – Pesquisadora: É?

4 – Irene: Sempre trabalhei, tenho bastante registro na minha carteira. **Nunca passei... nunca passei preconceito, não.**

5 – Pesquisadora: Nem na família...

6 – Irene: Não. Nem na família, na sociedade, não.

7 – Pesquisadora: Como é que foi sua vida? Né, criança... você começou a ter deficiência com 7, 8 anos, já era idade de brincar... junto com as outras cria: Nossa, não, pra mim, nunca teve problema. Que eu lembro, nunca percebi que alguém me discriminasse por causa disso aí, não.

9 – Pesquisadora: E você, em relação a seu corpo, a sua deficiência, como é que você se sente, como é que é isso pra você?

10 – Irene: Ah, eu não tenho... **eu não tenho preconceito** também, não. Acho que é uma coisa que a gente... a gente não pede a Deus pra ficar; porque a gente não nasceu... Quando a pessoa nasce com uma deficiência, aí já... Acho que a gente tem que aceitar, né, porque se a gente tem uma deficiência e a gente não aceita, você vai sofrer muito mais.

(...)

14 – Irene: Tô aqui, ó, em busca de um serviço, um emprego, pra mim trabalhar.
(risos)

(...)

Fragmento 2

117 – Pesquisadora: E o que você acha da sua capacidade de trabalho? Da sua, e das pessoas com deficiência, de maneira geral?

118 – Irene: Ah, eu acho que, todo mundo... que tiver condições de trabalhar, tem mais é que trabalhar! Que nem eu falei pra você: não é porque a gente tem uma deficiência que vai se sentir inútil, inválido. Não é assim. Acho que tem que trabalhar. Se a pessoa tem condições de trabalhar, tem que trabalhar. Se você tem uma deficiência e você fica só em casa, não quer fazer amizade com ninguém... É bem mais... eu acho que a pessoa fica bem mais... tem um

tipo de gente que acaba entrando em depressão. Que nem... eu não tinha muita amizade com as pessoas, não era porque **eu tinha preconceito**, era porque eu não tinha oportunidade de conviver com as pessoas. Agora, a partir de que o Centro C me encaminhou pra pegar o certificado de deficiente... Porque, **tem gente que tem preconceito, né...** Eu não, eu não tinha tido oportunidade, mas já participava, né... A partir que eu comecei ir lá no Centro C, participar das reuniões, tudo, então a gente conversa bastante. Eu não tenho... Da minha def... da minha deficiência, **eu não tenho preconceito.**

119 – Pesquisadora: Hã.

120 – Irene: Pra mim, se a pessoa tem uma deficiência e tem condições de trabalhar, tem mais é que trabalhar. A gente tem que mostrar que a gente é capaz.

Vejamos agora duas seqüências de uma entrevista com Mariana (25/08/2006).

Fragmento 1

101 – Pesquisadora: Então você fala de trabalho com esse pessoal, com os amigos, parece que é uma coisa que todo mundo tá querendo, tá precisando.

102 – Mariana: É...

103 – Pesquisadora: Você fala pra eles dessa Lei de Cotas?...

104 – Mariana: Falo! Que eu tenho já os exames, tenho isso, eu expliquei pra eles direitinho, tudo.

105 – Pesquisadora: E aí você fala da sua deficiência numa boa?

106 – Mariana: Falo, numa boa. Isso é normal. **Eu não tenho, assim, preconceito** com isso com eles. Com esse pessoal eu não tenho, não passo por isso. É que também não aparece muito, não tenho dificuldade.

(...)

Fragmento 2

132 – Pesquisadora: Então, você foi lá comigo, aquele dia no INSS, a gente conversou, eu te dei o certificado... Qual o significado desse certificado pra você, como é que foi receber aquilo?

133 – Mariana: Foi bom, porque com isso eu posso ter... arrumar emprego melhor, mais fácil, é mais isso.

134 – Pesquisadora: E como é pra você a questão de ser deficiente?

135 – Mariana: Não, normal... Graças a Deus, **eu não tenho... assim... co... preconceito**, igual os outros... deficientes têm. Graças a Deus, é normal.

Ao lado de formulações como *eu não sofro preconceito, eu não passo preconceito*, em que o sujeito sofre a ação de outro, há momentos em que Irene e Mariana dizem *eu não tenho preconceito*, mudando seu lugar em relação a essa ação. Com essa formulação (que nos enunciados estão sempre na forma negativa), parece ocorrer como que um desdobramento do sujeito, em que ele se apropria da ação que habitualmente é dirigida a seu grupo social – ter preconceito –, passando a ocupar o lugar de quem exerce essa ação, dirigindo-a a si próprio e, ao mesmo tempo, ocupando o lugar de quem sofre essa ação. É o *drama*, é o *homo duplex* de Vigotski (2000, pp. 26, 34, 39), é o homem em conflito consigo próprio, é a multiplicidade de lugares e vozes (Bakhtin, 1997) que ele incorpora do meio social e que o constituem. Nessas formulações, o que parece ocorrer é um deslizamento de sentidos e a proposição *eu não tenho preconceito* passa a significar *eu não tenho vergonha da minha deficiência, não tenho constrangimento, eu não tenho sentimentos de autodesvalorização, não tenho sentimentos de inferioridade*, ou seja, *eu não fui impactada pelos efeitos daquilo que o preconceito do outro – que eu incorporo – provoca em mim*. No duplo papel – ativo e passivo – (con)fundem-se a ação de ter (ou não ter) um juízo desfavorável para com a própria condição de deficiente, e sofrer (ou não) os efeitos desse juízo desfavorável, que também é do outro, da cultura. O sujeito apropria-se da ação de ter ou não preconceito, passando da posição de quem sofre o preconceito para o de quem tem ou não preconceito; desloca-se da posição passiva para a de agente, em direção a si próprio, identificando-se também com o outro, com aquele que exerce a ação de ter preconceito e está fora do grupo que é objeto de preconceito. É como se, em meio a essas posições e a essas vozes, se distanciasse do lugar de deficiente (*eu não tenho preconceito*

igual os outros deficientes têm) passando a olhá-lo “de fora”. No entanto, também inescapavelmente de dentro.

Há sentidos estabilizados sobre a deficiência que têm contribuído para manter a situação de exclusão social a que os deficientes se vêem submetidos. A concepção organicista da deficiência, calcada nos aspectos biológicos, embora já afetada por outros discursos, ainda predomina, não só no senso comum mas também em pesquisas, estudos, programas de atendimento e na legislação.

Kassar (1999) faz uma interessante retrospectiva mostrando as raízes históricas das concepções e sentidos que ainda hoje dominam o imaginário social sobre a deficiência, salientando a contraposição entre a perspectiva que reconhece a importância constitutiva dos fatores sociais e a perspectiva que enfatiza os aspectos biológicos, relacionando esta última às concepções filosóficas ligadas ao positivismo, ao naturalismo e ao liberalismo.

No século XIX consolida-se a idéia da deficiência como anomalia, no lugar da concepção que a via como monstruosidade, fruto dos desígnios divinos, e passa então a ser encarada como objeto da ciência, passível de ser estudada. A medicina se ocupa do estudo das deficiências e, com o conhecimento cada vez mais aprofundado sobre a etiologia e os tipos de deficiência, vão-se ampliando as técnicas de intervenção e reabilitação, numa perspectiva corretiva e normalizadora, focada nos aspectos orgânicos e individuais.

Ao longo do século XX, em virtude do grande número de mutilados pelas guerras e pelos acidentes de trabalho decorrentes da industrialização, vai-se estabelecendo a compreensão de que a deficiência não é um problema de âmbito estritamente individual e que as questões sociais participam de sua determinação (Stiker, 2008; Di Nubila, 2007). Pouco a pouco a importância da dimensão social na constituição da deficiência vai sendo reconhecida.

Um sistema de classificação de deficiências publicado em 1980²⁴ pela Organização Mundial de Saúde, da ONU²⁵, refere-se a três conceitos: deficiência, incapacidade e desvantagem (Di Nubila, 2007). Um impedimento de nível orgânico determina uma *deficiência*, como por exemplo uma lesão na retina determina uma deficiência visual; mas a *incapacidade* refere-se ao nível funcional, ou seja, o grau de incapacidade depende de como o indivíduo utiliza seus recursos, de que maneira se organiza para compensar o impedimento orgânico. A funcionalidade da visão depende de outros fatores que não os orgânicos, e é passível de transformações, de desenvolvimento. A *desvantagem*, por sua vez, refere-se ao nível social. O grau de desvantagem que essa pessoa vivencia pode ser maior ou menor a depender dos recursos sociais a que tem acesso, e do modo como sua deficiência é significada socialmente. Se ela tiver acesso a recursos ópticos adequados, a programas especiais de informática, se houver uma política de acessibilidade que evite obstáculos perigosos nas ruas, se na escola o professor souber como lidar com esse aluno, por exemplo, sua desvantagem será menor. A introdução do conceito de *desvantagem* nessa classificação refletia as mudanças que gradualmente vinham ocorrendo nos modos de se compreender a deficiência. O foco se deslocava do indivíduo e sua deficiência para uma perspectiva mais ampla, social; passava-se a compreender a deficiência e o grau de incapacidade como sofrendo as determinações do social e do político. Amaral (1995) sublinha o caráter relativo do conceito, na medida em que só se está em desvantagem *em relação* a alguma coisa, e discute como esse conceito está profundamente ligado a valores e padrões da cultura em que a pessoa se insere.

Na década de 90 ainda um outro sistema²⁶ desloca o foco da *desvantagem* e das conseqüências da deficiência para a *funcionalidade* e os componentes da saúde, abrindo espaço também para as potencialidades e os aspectos positivos,

²⁴ ICIDH/CIDID – *International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps*, traduzido como Classificação Internacional das Doenças, Incapacidades e Desvantagens.

²⁵ Organização das Nações Unidas: organização internacional fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, que conta atualmente com 192 países-membros.

²⁶ *International Classification of Functioning, Disability and Health*, publicada pela Organização Mundial de Saúde em 2001 e conhecida no Brasil como Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

assim como para uma compreensão ampliada de saúde, como sendo composta e afetada por diversificados fatores (*ibid.*)

Mostra-se oportuno assinalar a importante contribuição de Vigotski sobre a questão da deficiência. Vigotski (1997/1924) dedicou parte de suas pesquisas à questão das deficiências, e defendeu a idéia de que as deficiências afetam primordialmente as relações sociais das pessoas, e não sua relação com o mundo físico, pois entre os seres humanos e o mundo há o meio social, que intermedeia suas relações com a realidade. Para este autor, o problema central decorrente da deficiência é o problema social. Referiu-se aos conceitos de deficiência primária e secundária: a deficiência primária é a que resulta diretamente de um comprometimento biológico, enquanto a secundária é de natureza social e diz respeito às consequências que a falta de uma educação adequada pode produzir sobre o desenvolvimento da criança com deficiência.

As concepções de Alexandr R. Luria, neurologista grande colaborador de Vigotski, sobre a estrutura semântica da consciência, baseada em sistemas neurais funcionais, também abriu outras possibilidades de compreensão sobre as deficiências. Diz o autor: “A base cerebral da atividade consciente do homem, atividade esta que é complexa, semântica e baseada em sistemas funcionais, deve ser buscada na atividade combinada dos sistemas cerebrais discretos, cada qual dando sua contribuição especial para o trabalho do sistema funcional como um todo” (Luria, 1988, p. 222). Segundo o autor, a atividade consciente do homem caracteriza-se por poder realizar processos de recodificação de informações, de elaboração de programas de ação, selecionando conexões essenciais e inibindo fatores indesejáveis, e poder comparar o efeito de sua ação com a intenção original. Toda essa complexidade está intimamente associada à linguagem, que regula o comportamento do indivíduo. Assim, não se pode restringir a compreensão de consequências de lesões orgânicas associando-as de forma simplista à área ou órgão lesado, de maneira isolada. É todo um sistema complexo, imbricado na cultura, que rege a atividade consciente humana.

Canguilhem (2002) problematiza a questão do normal e do patológico em sua tese de doutorado defendida em 1943, oferecendo elementos que ampliam

perspectivas para se pensar a deficiência e a polaridade normal/anormal. Salienta que o anormal não é patológico, assim como não o é a diversidade. Os estados patológicos, por sua vez, não são uma simples variação quantitativa da dimensão da saúde: são uma nova dimensão da vida, implicam uma norma nova criada pelo indivíduo diante dos limites impostos pela condição patológica. O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma habitual, de tolerar infrações a essa norma e instituir novas normas em situações novas; ter saúde é justamente poder adoecer e se recuperar. A saúde não se reduz a uma normatividade que se impõe ao indivíduo; ela consiste na capacidade desse indivíduo de criar novas normas quando necessário. Assim, não existe uma normalidade, mas muitas normalidades: o patológico também é normal, uma vez que a experiência do ser vivo inclui a doença. A norma não é a média, ela se refere à capacidade de reação de um determinado ser vivo.

A saúde está sempre relacionada à forma como o indivíduo interage com suas condições de vida; as normas orgânicas humanas são determinadas como possibilidades de um organismo compreendido como ser social, e variam de acordo com a cultura. O autor ilustra esse pensamento com o exemplo que se tornou clássico: uma pessoa com astigmatismo seria normal numa sociedade agrícola e anormal na marinha ou na aviação. Para Canguilhem,

A forma e as funções do corpo humano não são apenas a expressão de condições impostas à vida pelo meio, mas a expressão dos modos de viver socialmente adotados no meio (*ibid.*, p. 244).

Para Canguilhem a normalização, que se instituiu no século XIX principalmente a partir dos âmbitos da educação, da saúde e do trabalho, implica “impor uma exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda do que estranho” (p. 211). A norma qualifica de modo negativo tudo aquilo que não cabe em sua extensão, busca unificar o que é diverso, reabsorver as diferenças. Foucault (2002) comenta reflexões de Canguilhem e aborda o tema dos efeitos de normalização dos aparelhos disciplinares e as técnicas de poder

instituídos a partir do século XVIII, ressaltando que a norma é “portadora de uma pretensão ao poder”, ela “traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção” (p.62), estando sempre ligada a uma técnica de intervenção e de transformação, a um poder normativo.

Assim, ao lado do binômio visão organicista/visão social que tem marcado os discursos sobre deficiência, a questão do *normal* que vimos nas falas de Mariana reverbera vozes e traz sentidos constituídos há muito tempo ao longo da história, e permeia as práticas relativas às pessoas com deficiência.

A concepção organicista da deficiência implica compreendê-la de maneira estática, imutável, inexoravelmente determinada pelo biológico. Por outro lado, a concepção que considera a importância das determinações sociais implica entender as pessoas com deficiência como indivíduos que, embora tendo suas peculiaridades orgânicas, podem encontrar seus modos de vivenciá-las, podem desenvolver-se, transformar-se, criar novos modos de participação. No entanto é importante salientar que, apesar das novas formas de pensar a questão da deficiência que têm se instituído, a concepção organicista ainda hoje permeia o imaginário social sobre as pessoas com deficiência, determinando a maneira de significá-las, e as significações que elas atribuem a si próprias.

Apesar dos avanços em estudos e na legislação, há ainda toda uma carga de sentidos que têm marcado a vida das pessoas com deficiência e seus modos de participação na sociedade, sentidos esses que têm suas raízes numa longa história de segregação, marginalização e precariedade de políticas públicas para esse segmento, de delegação da responsabilidade do Estado ao âmbito privado filantrópico, como nos mostram autores que abordam a história da educação especial no Brasil, como Bueno (2006), Jannuzzi (2006), Kassir (1999), Mazzotta (1996).

Diante dessas questões, como se pode pensar, então, as relações e as condições de deficiência e trabalho?

3.2 – O trabalho: condições, contradições, implicações

Neste estudo tomamos como referência as concepções de trabalho elaboradas por Karl Marx (1818-1883), pensador que empreendeu uma análise minuciosa das relações de trabalho na sociedade capitalista do século XIX e influenciou profundamente o pensamento sociológico, político e econômico até os dias de hoje. Para Marx, o trabalho tem importância fundamental na própria constituição humana, é um processo em que o homem impulsiona, controla e regula seu intercâmbio com a natureza através de sua ação, o que faz com que transforme a si próprio. Em *O Capital* [1859/19-?], sua obra máxima, Marx elabora toda sua complexa teoria econômica e põe em evidência a centralidade do trabalho na vida humana. Segundo Marx, o homem

defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (*op.cit.*, p. 202).

O trabalho é ação exclusivamente humana; nada tem de instintivo, e pressupõe planejamento, a ideação do resultado do trabalho antes de sua realização.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (*ibid.*).

Distinguindo-se das outras espécies, a espécie humana produz sua própria sobrevivência através do trabalho, e a forma como ocorre essa produção determina seu modo de vida. “Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material” (Marx e Engels, 1845-6/2002, pp. 10-11). Na produção de sua vida material, na organização do trabalho social, os homens desenvolvem entre si determinadas relações – as relações de produção -, que determinam, em última instância, o conjunto das relações sociais, e assim a própria estrutura da sociedade.

Mas além de enfatizar a centralidade do trabalho na constituição cultural do homem, Marx [1859/19-?], analisa o aspecto negativo e degradador que o trabalho adquire na sociedade capitalista: a alienação resultante da divisão social do trabalho, em que o processo de trabalho é cindido e aquele que o realiza não é dono de seu produto. O trabalhador vende sua força de trabalho, que se transforma ela própria em mercadoria, ao proprietário dos meios de produção. O valor de uso dos produtos do trabalho é substituído pelo valor de troca, e o ser humano acaba se subordinando à reprodução desse último, no interesse da expansão ilimitada do capital. O trabalho é alienado, é comprado por seu valor de troca, e distancia-se do significado original de mediação com a natureza para produzir as condições humanas de vida. Para Marx, o trabalho alienado não só aliena o homem da natureza, quanto o aliena de si próprio, de sua atividade vital.

Alexis Leontiev (1964), um dos autores soviéticos da perspectiva histórico-cultural, muito próximo a Vigotski, desenvolveu a noção de *atividade*, que remete à categoria trabalho, e nos auxilia também a refletir sobre as questões de nosso estudo. O autor enfatiza que a atividade humana é ação orientada e planejada, consiste nas formas pelas quais o homem se relaciona com o mundo; é regida por motivos, tem uma finalidade, uma intencionalidade, e é resultado de um planejamento. Sustenta a concepção de que a atividade humana fundamental é o trabalho, e que este é mediado por instrumentos e por outros homens, é uma atividade originariamente coletiva, social. Implica a cooperação entre os indivíduos e uma divisão técnica das funções a serem realizadas visando a

finalidade da atividade. “O trabalho é uma ação sobre a natureza, ligando entre si os participantes, mediatizando a sua comunicação” (*op. cit.*, p. 75).

Leontiev também salienta, como Marx, os efeitos perversos da divisão social do trabalho, da exploração do homem pelo homem, da divisão da sociedade capitalista em classes sociais. Enfatiza que o trabalho alienado das sociedades capitalistas retira do trabalho seu significado intrínseco: ser criativo, ter significação para quem o realiza, constituir uma objetivação das capacidades humanas.

Antunes (2005), um dos autores que, no Brasil, têm trazido na contemporaneidade importante contribuição ao tema do trabalho, contrapõe-se a correntes atuais que alardeiam o fim da centralidade do trabalho como fenômeno societal estruturante, e argumenta que a centralidade dessa categoria se mantém, sob novas configurações e novas relações entre capital e trabalho. Segundo Antunes, o trabalho é realização contínua de posições teleológicas, portanto gênese do ser social; dessa forma o ser se eleva em relação a sua própria base. A sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, encontram sua origem a partir do ato laboral. O trabalho é uma categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social e, assim, está no centro do processo de humanização do homem.

Robert Castel (1998) enfatiza a estreita relação entre a condição de inserção no trabalho e a participação nas redes de sociabilidade. Aborda o estatuto do trabalho não como “relação técnica de produção, mas como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (p. 24), salientando que a não participação em qualquer atividade produtiva acarreta isolamento relacional e desfiliação social – conceito que adota em preferência a exclusão social, por ser mais dinâmico. Assim, a precarização dos vínculos com o trabalho, ou sua ausência, provoca a precarização e a deterioração da própria inserção social e pode levar o indivíduo a deslizar de uma zona de vulnerabilidade social para a inexistência social.

Portanto, não é meramente conseguir um emprego e ter uma remuneração o que move as pessoas com deficiência que vêm à procura do certificado do

INSS, mas muito mais que isso: é a busca por ocupar um lugar social, por fazer parte do sistema, por sair dessa posição indefinida e obscura que Castel chama de *zona de desfiliação social*, ou *zona de inexistência social*, uma zona ocupada, segundo ele, por

(...) indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado. Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória (...) (Castel, 1998, p.23).

Ao longo dos cinco anos de fiscalização efetiva da Lei de Cotas, esse documento que certifica que uma pessoa tem uma deficiência de acordo com os critérios legais e que está habilitada a exercer determinada função laboral, passou a ser muito valorizado e mesmo exigido pelas empresas, pois lhes garante o reconhecimento do cumprimento da lei perante o Ministério do Trabalho e Emprego. Diante do fato de já não poderem se furtar à determinação legal de contratarem pessoas com deficiência, sob pena de serem autuadas e multadas, as empresas passaram então a procurar candidatos deficientes “certificados” como tal pelo INSS, cuja avaliação é incondicionalmente aceita pela fiscalização da Subdelegacia Regional do Trabalho.

Em função disso, a demanda do certificado por parte das pessoas com deficiência aumentou muito ao longo de 2004 e 2005, e esse documento passou quase que a simbolizar um “passaporte” para o ingresso no mercado de trabalho formal e no mundo das pessoas com “carteira assinada” – expressão correntemente usada para designar a existência de registro de um empregador na Carteira de Trabalho e Previdência Social -, o que tem um significado de pertencimento, de *validação social*, nos termos de Castel (*ibid*). É com essa carga de expectativa que nossos sujeitos vêm até o INSS em busca do certificado.

3.2.1 – Três histórias sobre trabalho e deficiência

Mariana

(Entrevista realizada em 05/05/06)

3 – Pesquisadora: Então, você está com uma vaga já em vista?

4 – Mariana: Então, me registraram, eles contrataram mas eu não estou trabalhando!

5 – Pesquisadora: Não está trabalhando? E eles contrataram?

6 – Mariana: Contrataram, registrou... Quer ver? Vou mostrar a carteira pra você.

7 – Pesquisadora: E alegaram o quê?

8 – Mariana: Nada! Falaram que não tinha ônibus... Eu moro em Paulínia, né, e disseram que não tinha ônibus.

9 – Pesquisadora: E quem encaminhou você lá pra Empresa M? Como você descobriu essa vaga?

10 – Mariana: Foi o Centro C mesmo.

11 – Pesquisadora: Você falou pra E. (assistente social do Centro C) que você não está trabalhando?

12 – Mariana: Falei. Hum... acho que não.

(...)

22 – Pesquisadora: Bom, então, você através de uma agência foi contratada...

23 – Mariana: Eu fiz os exames médicos que pediram pra fazer, tudo, depois de lá, me deram um papel que eu tinha que tirar, que ficou faltando. Aí chegou lá, tinha que entregar os documentos, eu fui entregar pra eles, eles não aceitaram.

24 – Pesquisadora: Na agência de empregos P ou na Empresa M?

25 – Mariana: Então, o pessoal da Empresa M.

26 – Mariana: Daí, eu estava esperando a menina da agência de empregos P voltar de férias, aí me ligaram e disseram: Mayara, dá pra você vir até aqui? Eu peguei e fui. Não demorou muito eles chamaram eu e seu A. (um outro deficiente) pra assinar o contrato.

27 – Pesquisadora: E aí falaram pra você aguardar em casa?

- 28 – Mariana: Não, isso foi dia 23, né. No dia 24 eu ia começar a trabalhar. Daí à noite, ligaram lá em casa dizendo que não tinha ônibus.
- 29 – Pesquisadora: Quem que ligou, a agência de empregos P ou a Empresa M?
- 30 – Mariana: Acho que foi a agência P. Porque eu não estava lá, foi minha tia que atendeu.
- 31 – Pesquisadora: E daí, não entraram mais em contato?
- 32 – Mariana: Não, até agora nada! Aí eles falaram que é pra continuar lá, aguardando...
- 33 – Pesquisadora: E você ligou pra saber do salário?
- 34 – Mariana: Não liguei...

Nas falas de Mariana, o paradoxo vivido por ela: *me contrataram, registraram, mas eu não estou trabalhando*. O uso do *mas* expõe toda a contradição presente no processo: o registro em carteira, tão importante como símbolo da inserção reconhecida no mundo do trabalho, como prova cabal de que existe um vínculo de emprego, para Mariana não garante que ela trabalhe. Ela faz questão de mostrar o documento, provando também a situação contraditória que vivencia: querem tê-la como um número de registro, mas parece não quererem sua pessoa, seu trabalho. O uso do sujeito indeterminado – *me contrataram, registraram, me ligaram, me disseram* -, e não a nomeação específica da empresa que agiu assim, parece remeter à amplitude do problema que a afeta; não é apenas uma empresa, uma situação localizada, mas Mariana parece sentir a exclusão e a discriminação de maneira ampla, permeando sua relação com o mundo. O pronome *me*, presente como referência de todas essas ações, nos fala do lugar ocupado pelo sujeito e da forma como experiencia o que lhe é dirigido: ela recebe a ação realizada por um sujeito indeterminado, e depois de ser mobilizada, interpelada, solicitada a fazer, depois de toda a expectativa criada, de todo o movimento feito por ela na preparação para o início do primeiro trabalho, de toda a esperança de finalmente poder sair da margem da sociedade, *me ligaram* dizendo simplesmente para não ir, para continuar aguardando...

A empresa que a contratou e a deixou em casa, sem notícias e sem salário, precisava contratar pessoas com deficiência para cumprir a Lei de Cotas. Mas

Mariana, mesmo contratada, não pôde ir trabalhar. Mais uma vez, sua esperança de ter o primeiro emprego se frustrou. E ela me conta que não reclamou, não perguntou pelo salário, não ligou, parecendo trazer nessa negativa, dita em tom sereno, toda a carga do descrédito e da impotência vivida ao longo de sua vida diante da exclusão, da dificuldade de acesso, da discriminação. Mesmo assim, Mariana sai feliz com seu certificado, esperando que novas possibilidades agora, sim, se abram.

Irene

(Entrevista realizada em 03/05/2006)

22 – Irene: (...) Quando foi ontem, ela (funcionária do RH da empresa) ligou pra minha casa pra eu comparecer lá hoje, que eu tinha que passar no médico da empresa, pra mim pegar esses papéis aqui (o certificado) pra passar na Empresa Q. Já tá marcado agora exame de visão, e depois (inaudível) eu vou trabalhar!! (Riso alegre).

(...)

51 – Irene: O pessoal fala que a vida da gente começa depois dos quarenta. A minha tá começando agora.

52 – Pesquisadora: Por que, Irene?

53 – Irene: Ah, porque minhas coisas tão dando tudo certo, sei lá. (...) Tinha tanta firma boa, eu nunca tive nada, agora tá aparecendo tanta oportunidade, essa firma, tenho que aproveitar a oportunidade.

54 – Pesquisadora: Você tá entusiasmada com essa empresa, né?

55 – Irene: Ah, eu tô, sim. Eu nunca que pensava que a Empresa Q ia me chamar. Me disseram: é, mas deve ser firma terceirizada, né. Eu disse: não.

56 – Pesquisadora: É a própria Empresa Q?

57 – Irene: É a própria Empresa Q. Porque, uma firma que é contratada pela Empresa Q, eles falam que é o gado, né.

58 – Pesquisadora: Chama gado?

59 – Irene: Quando é terceirizada eles falam gado, o gado da Empresa Q... (riso)

Irene sai feliz com seu certificado, que vai possibilitar a ela finalmente voltar a trabalhar, com carteira assinada e com o status de *contratada*, não como terceirizada. “*A vida da gente começa depois dos 40. A minha tá começando agora*”, “*minhas coisas tão dando tudo certo*” expressam a alegria por ver realizada uma aspiração, a de se empregar em uma grande empresa. Mas seu discurso traz uma outra voz, que se opõe à dela, e que carrega sentidos de descrédito quanto a isso - *é, mas deve ser firma terceirizada, né...* -, ao que ela replica com segurança: *não*. Essa negativa categórica contém uma resposta ao descrédito do interlocutor, mas também às dúvidas dela própria – *eu nunca que pensava que a Empresa Q ia me chamar*. Contém também uma afirmação – a de que está sendo contratada verdadeiramente, está sendo *chamada*, e não apenas fazendo parte de um rebanho indiferenciado e anônimo, num trabalho desvalorizado, precarizado. O jogo de afirmativas e negativas em sua fala parece indicar o intenso embate que se trava dentro dela entre vozes em oposição, a partir das diversas posições que ela incorpora do meio social a respeito de sua condição de trabalhadora com deficiência. *Eu tô* (entusiasmada), ***sim!*** *Eu nunca que pensava que a Empresa Q ia me chamar. Disseram: é, mas deve ser terceirizada, né?* E ela: ***não***. Sua fala toma a forma de um diálogo entre interlocutores que a constituem, e que se contrapõem: por um lado, uma voz que duvida que ela possa ser contratada e que, diante do fato consumado, só acredita que isso possa ocorrer na condição de *gado*, uma contratação de segunda linha, precarizada, como se apenas um lugar secundário e desvalorizado coubesse a uma pessoa como ela; por outro lado, a voz que se opõe a isso, que afirma que não é como *gado* que ela é chamada, não é como terceirizada, e sim como contratada regularmente pela empresa, através de um vínculo direto, primário, pessoal. Em sua carteira de trabalho, seu nome estará ligado ao prestígio do nome de uma grande empresa, e ela, saindo da situação de desfiliação em que se encontrava, será alçada à condição de membro do seleto grupo dos funcionários dessa empresa. O mesmo documento que certifica aquilo que provavelmente a tem excluído – a deficiência -, paradoxalmente lhe abre as portas para um trabalho visto por ela como valorizado.

O enunciado abaixo é a fala final de Irene na entrevista.

Irene: Quando a pessoa nasce com uma deficiência, a gente tem que aceitar, porque se a gente tem uma deficiência e não aceita, vai sofrer muito mais. A gente tem que aceitar, tem que ir à luta, trabalhar, e mostrar que a gente não é uma pessoa inválida. (...) A gente tem que mostrar que a gente é capaz.

Ela procura enfrentar os problemas lutando com os recursos de que dispõe, assumindo para si a tarefa de resolvê-los, incorporando o discurso, disseminado e alimentado pelo neoliberalismo, de atribuição dos problemas apenas ao indivíduo, à sua força ou fraqueza pessoal, à sua disposição de vencer. Nesse discurso não há espaço para questionamentos sobre as políticas públicas de saúde e educação, sobre a igualdade de direito de acesso aos bens públicos, sobre as causas dos problemas enfrentados tanto por Irene quanto por milhões de brasileiros. Irene faz um grande esforço para dar conta de tudo, até de enfrentar o descrédito – inclusive o seu próprio, incorporado dos enunciados que circulam sobre deficiência - e provar sua capacidade de trabalho. Apesar da natureza dos problemas que a atingem – a poliomielite, problema de saúde pública inadmissível já em 1973, ano em que ela contraiu a doença; a escolaridade baixa, apenas de ensino fundamental; a ausência de vaga em creche, o que a obrigou a abandonar o trabalho, entre outros – segue em frente, luta, se mobiliza e, feliz e entusiasmada, orgulha-se por finalmente ser contratada por uma grande empresa.

Angélica

Vejamos o discurso de uma outra pessoa com deficiência que já arrumou trabalho por força da Lei de Cotas. Angélica tem 40 anos e foi encaminhada à Reabilitação Profissional do INSS por uma agência de empregos para obter o certificado; ela já foi empregada por meio da Lei, mas quer o certificado para tentar ingressar em outra empresa que, a seu ver, oferece melhores condições. Tem uma perda auditiva severa desde o nascimento, agravada depois da primeira gravidez, e tem alterações na fala devido à surdez.

(Entrevista realizada em 29/09/2006)

4 – Angélica: Eu antigamente era muito tímida, não assumia minha deficiência. Eu nasci já com essa deficiência auditiva, sofri com a deficiência, as pessoas tiravam sarro de mim, tal. Eu entrava nas empresas como as pessoas normais, só que, por causa da fala, né... Eu falava enrolado, e pronto, acabou. Só isso que eu assumia, não confirmava, não assumia minha deficiência auditiva. (...)

5 – Pesquisadora: O que que você sentia que você não queria falar que tinha deficiência auditiva?

6 – Angélica: Vergonha, tinha vergonha. Eu ficava morrendo de vergonha, né. E ainda por cima, antes não existia essa lei e (ininteligível) ia ser muito difícil entrar no mercado de trabalho. Aí eu fiquei sete anos parada, sem trabalhar em lugar nenhum, por causa da idade, eu já tinha passado de 30 anos, eu não conseguia emprego. (...) Aí eu resolvi colocar no meu currículo “necessidades especiais”. Depois que eu coloquei no meu currículo necessidades especiais, vira e mexe tem uma oportunidade, ligam na minha casa que tem uma vaga em tal lugar, tal empresa. Aí trabalhei cinco anos na Empresa S. (...) Aí a Empresa S mudou, foi embora pro Nordeste, aí fiquei dois meses em casa, não deu nem tempo de receber auxílio-desemprego, já estava arrumando papelada pra entrar na Unilever. Entrei na Unilever como auxiliar administrativa, nunca esperava trabalhar num escritório...

(...)

16 – Angélica: Sempre trabalhei na produção, nunca esperava trabalhar em escritório, isso foi uma coisa maravilhosa que aconteceu na minha vida – trabalhar na área administrativa. (...) Mas, eu vejo um outro lado, que a gente sofre preconceito, sim. (...)

17 – Pesquisadora: Como?

18 – Angélica: Antes disso, nunca falaram da minha fala, nunca ninguém falou que eu era surda, que eu era isso, eu nunca fui rejeitada em nada. Depois que eu assumi a minha deficiência, as pessoas falam: Ah, ela é surda, ela não vai escutar nada - pensam que você não vai escutar nada -, ah, deixa ela pra lá,

ela é surda, ela vai atrapalhar! Então a gente sofre esse tipo de preconceito, sim.

(...)

21 – Pesquisadora: Colegas, assim?

22 - E – Angélica: Colegas de trabalho. Eles fazem uma brincadeirinha sem ofender, mas eles falam do problema da gente na brincadeirinha.

23 – Pesquisadora: E quando eles pensavam que era só problema de fala, eles não faziam brincadeira?

24 – Angélica: Não. Nunca passei por esse tipo de preconceito. Não era... era uma fala, assim... Até pensaram: ah, ela é estrangeira, né. Tudo bem. Mas quando a gente tem uma deficiência, cria uma barreira, quando eles sabem que a pessoa tem problema, já separa a gente. Depois que eu assumi, muitas vezes eu arrependo.

Angélica, como Irene, também conseguiu algo que não esperava (*nunca esperava trabalhar num escritório*) - no caso dela, trabalhar na área administrativa, o que significa um *status* superior ao do trabalho na área de produção, em que ela havia trabalhado quando esteve empregada. No entanto, ao lado de se sentir muito feliz por isso, refere-se ao pesado preço a pagar por essa conquista: teve que expor sua deficiência, seu estigma, ocupar seu lugar na empresa marcada por esse rótulo. Sua fala mostra o doloroso dilema que vivencia: *isso foi uma coisa maravilhosa que aconteceu na minha vida – trabalhar na área administrativa. (...) Mas, eu vejo um outro lado, que a gente sofre preconceito, sim. E, mais adiante: Depois que eu assumi, muitas vezes eu arrependo.*

Marca seu discurso o *drama* (no sentido de Vigotski, e no sentido de vivências penosas) que vivencia em relação à sua condição de pessoa com deficiência. Várias vozes sobre a questão da deficiência, muitas em conflito, outras em uníssono, estão presentes nesse *drama*, ecoando as múltiplas vozes sobre deficiência presentes na cultura. Dois grandes núcleos de significação se delineiam, relacionando-se entre si: o sofrimento pela deficiência, e os dilemas relacionados ao trabalho.

A marca da repetição que aparece em seu discurso – *não assumia, deficiência, vergonha* aparecem repetidas vezes -, com o conseqüente efeito de intensificação, já nos dá uma amostra da dimensão do sofrimento a que se refere, e de quanto lhe tem sido penoso assumir a deficiência e suportar a vergonha dessa exposição.

Ela me conta de seu sofrimento e, numa frase, mostra toda a dinâmica vivida por ela nas interações com as pessoas: *eu entrava nas empresas como as pessoas normais, **só que, por causa da fala, né...** Eu falava enrolado e pronto, acabou.* Procurava ocultar, no trabalho, o fato de ter uma deficiência, mas sua fala a denunciava. Na pequena interrupção que faz nesse ponto (*por causa da fala, né...*), parece ficar subentendido que ela agora relata a mim a réplica que dirigiu a interlocutores que a questionavam sobre o motivo do problema da fala: *Eu falava enrolado e pronto, acabou.* As expressões *e pronto* e *acabou* indicam o limite que impõe às possíveis aproximações do outro à verdade que procura esconder - a deficiência. A partir do ponto de interrupção, Angélica parece sobrepor ao discurso direto em que me conta suas vivências, um discurso indireto dela própria respondendo ao outro sobre seu problema de fala; uma outra voz está presente em seu discurso, um outro papel é desempenhado por ela em suas relações sociais, quando esconde a deficiência. Suas falas mostram o outro lugar que ela precisa ocupar para se esquivar ao sofrimento de ser vista como deficiente. Goffman (1988) fala das estratégias de acobertamento da situação de estigma, e da ansiedade constante que essa situação provoca, havendo a necessidade de a pessoa ficar sempre atenta, controlando as situações, para evitar que seu segredo seja revelado.

Em outra passagem, quando Angélica introduz, pelo discurso indireto, a fala do outro sobre sua deficiência, desse outro indeterminado que produz e mantém sentidos, está trazendo também uma das vozes de seu próprio discurso que ela incorporou ao longo de sua vida; *as pessoas falam: Ah, ela é surda, ela não vai escutar nada - pensam que você não vai escutar nada -, ah, deixa ela pra lá, ela é surda, ela vai atrapalhar!* E termina com a dolorosa constatação, reafirmada com o *sim*, como que respondendo a todos os enunciados que tentam ocultar o

problema que a lei não consegue resolver: *Então a gente sofre esse tipo de preconceito, sim*. Mais abaixo, fala de uma das formas em que esse preconceito se manifesta, ao mesmo tempo explícito e disfarçado, atingindo-a de modo ambíguo, contra o qual, por isso mesmo, sequer pode reagir: *Eles fazem uma brincadeirinha sem ofender, mas eles falam do problema da gente na brincadeirinha*. *Sem ofender, na brincadeirinha*, são expressões carregadas de ironia, contendo sentidos diferentes do que a superfície discursiva poderia fazer supor, e Angélica as utiliza como colocando-se no lugar do outro, usando a mesma ambigüidade e disfarce que as palavras possibilitam; na verdade o que lhe dizem a ofende, sim, e a suposta brincadeirinha, na realidade é sentida como um ataque que a fere profundamente.

O paradoxo que Angélica vive – assumir pertencer a um grupo estigmatizado, o dos deficientes, para poder sair de outro, o dos desempregados – e que se mostra em seu discurso, é uma contradição não só vivida por ela, mas é intrínseca à própria lei e às condições históricas e sociais que a produziram. Para amenizar os efeitos de um estigma, acaba-se por reforçá-lo. Foucault (1995), buscando compreender relações de poder, investiga formas de oposição a esse poder que se manifestam na contemporaneidade, e afirma que essas oposições giram em torno da questão *quem somos nós?* Segundo o autor, o principal objetivo dessas lutas é atacar uma determinada forma de poder que “categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele” (p.235). Essa forma de poder faz do indivíduo sujeito, prendendo-o à sua identidade pelo autoconhecimento. A forma como Angélica assume sua deficiência torna-a sujeita à sua própria identidade.

Por outro lado, não se pode negar que a lei tem efeitos benéficos: milhares de pessoas com deficiência se empregaram devido a ela, a questão da deficiência passa a ganhar visibilidade, discute-se o problema, um maior conhecimento sobre o tema passa a circular. Mas, fica a pergunta: haveria outros modos de obter avanços nessa área? Como realmente promover mudanças mais profundas?

3.2.2 – Um caso à parte

Gilberto é um jovem cego de 28 anos que trabalha como instrutor, dando cursos em uma grande organização empresarial, que aqui designaremos como Serviço S, voltada para a qualificação profissional de trabalhadores, e que conta com um trabalho diferenciado voltado para as pessoas com deficiência. Ele tem ensino médio completo e bom conhecimento sobre tecnologias de informação com recursos de acessibilidade para deficientes visuais. O material empírico obtido a partir do encontro com Gilberto foi registrado em uma situação externa de trabalho – em uma Feira de Reabilitação ocorrida em São Paulo, e que visitei em 17/11/2005. Gilberto estava no estande da organização empresarial apresentando o trabalho lá realizado; eu e duas profissionais que me acompanhavam – funcionárias de uma instituição que atende a pessoas com deficiência visual – começamos a conversar com ele, buscando informações sobre cursos dessa organização, e pedi sua autorização para gravar a entrevista em áudio, com o que concordou prontamente.

(...)

- 6 – Pesquisadora: A gente tá tendo muito contato com as empresas, e sempre tá ficando assim: ah, no telemarketing , no teleatendimento, não dá pra... a função não é ...
- 7 – Gilberto: Compatível?
- 8 – Pesquisadora:– Compatível.
- 9 – Gilberto: Ah, pelo contrário, ontem veio uma mulher que é da Empresa E. e ela disse que: que eles vão desenvolver um processo de trabalho, uma parceria da Empresa E. com o Serviço S, porque as empresas sempre precisam de operadores nessa área e não tem. Só que eu disse pra ela: primeiro você tem que fazer informática, porque senão não tem como. Gente, chega desse negócio de deficiente visual ficar com regletinha, ou gravadorzinho. Você pode até gravar, nesse gravadorzinho de mp3 ...
- 10 – J (uma das profissionais que participou da conversa): Uma coisa mais emergencial, no caso, né?

11 – Gilberto: É, mas você tem que saber informática. Eu me lembro que eu tinha uma amiga, que começou a trabalhar com informática na Empresa C., e ela gravava e depois pedia pra alguém escrever pra ela! Então isso é um absurdo! Isso... Aquele que não se prepara para o mercado, aquele que não tem curso, ah, não tem... Então as pessoas confundem inclusão: inclusão não é só da sociedade, inclusão é da sociedade e do desfavorecido. No nosso caso, inclusão é do portador de deficiência, também.

12 – Pesquisadora: Tá. Ele também tem que se equipar pra isso.

13 – Gilberto: Ele tem que se preparar pro mercado. Não adianta ter Lei de Cotas, ter um monte de Lei de Cotas, aí, se ele não tem... se a empresa não tem a mão-de-obra qualificada pra aquilo que ela precisa.

(...)

23 – Gilberto: Nós temos o telemarketing ativo e receptivo. O ativo você vai vender. Aí você tem que pegar o quê: o básico, que é o nome do cliente, o endereço, depende muito do tipo que você vai fazer. SAC: o Sac, você pode simplesmente ouvir, tentar negociar, tentar repar... aparar arestas, ou encaminhar essa... essa reclamação pro... (...)

24 – J: E como é que é o curso, então, que vocês dão? Explica pra gente, o de telemarketing e o de teleatendimento.

25 – Gilberto: Nós damos... Eu, eh..., assim... eu, o Serviço S, te dão um curso de 40 hs. de telemarketing. Te dão apostila braile, pra você ter todo o suporte pra você ir lá (recorrer?). O que que a gente faz: eu... eu dou teoria e prática. Porque você só aprende telemarketing na prática; teoria, você pega qualquer apostila na internet, você estuda. O telemarketing, ó, vendas, você só aprende com a prática. Teoria é muito fácil, teoria você decora, é decoreba.

(...)

28 – Pesquisadora: E quais são os pré-requisitos pra quem vai fazer esse curso; tem pré-requisitos?

29 – Gilberto: Tem que ter... escolaridade, né.

30 – J: Qual?

31 – Gilberto: Você me pegou agora, eu não tenho de cabeça. Acho que tem que ter até 8ª série...

(...)

34 – J: Tem que ter informática, né?

- 35 – Gilberto: Pre-ci-sa. Ao menos ter o básico do Dosvox, 40 hs. Dos, mais 40 hs telemarketing. O ideal é que tenha tudo. Se você vai trabalhar, por exemplo, com banco de dados, o Dosvox já não lê, tem que dar Virtual. Tá? O programa específico pra telemarketing você usa o Virtual Vision, tá, o Dos já não consegue.
- 36 – J: Sei.
- 37 – Gilberto: Então, o ideal é ter o curso completo de informática (...)
- 38 – Pesquisadora: Ô, Gilberto, deixa eu te perguntar uma coisa: você que trabalha com isso, dá curso, tal, você que mexe com gente que tá querendo entrar no mercado de trabalho, o que que você acha da questão da inserção da pessoa com deficiência, ou com deficiência visual no mercado de trabalho?
- 39 – Gilberto: Olha, eu acho que preconceito e discriminação sempre teve e vão existir. O que acontece agora é que nós temos mais oportunidade pra tá demonstrando a capacidade do deficiente... de condição dos deficientes. Mas, falando especificamente do deficiente visual:...
- 40 – Pesquisadora: Hã.
- 41 – Gilberto: Agora, o que que precisa: nós precisamos fazer uma... ah... unir forças, né, pro processo de inclusão. Tanto aí a sociedade, como nós, deficientes, procurar buscar pré-requisitos pra inserção no mercado de trabalho. Tá procurando estudar, tá procurando sempre aprimorar mais, né, fazer um curso, pra você entrar de igual pra igual no mercado de trabalho. A concorrência nem é muito grande com os não deficientes. Entre os próprios deficientes, tem muitos deficientes e poucos empregos, pouca oportunidade, se você não estudar, você perde pra outro colega seu.

Observam-se algumas marcas lingüísticas e prosódicas ou entoacionais que colocam Gilberto em uma posição de autoridade discorrendo sobre assuntos que domina. São recorrentes em seus enunciados as repetições, muitas delas constituídas por formulações em que elabora uma pergunta e, repetindo uma expressão, em seguida a responde, produzindo um efeito didático em seu enunciado. Kock (2008) nos fala da função retórica didática, intensificadora ou argumentativa que a repetição pode assumir, e é o que se observa nos enunciados de Gilberto: ele explica e argumenta em favor de uma idéia,

colocando-se num lugar de autoridade sobre o que está dizendo; outras marcas compõem esse “estilo”, como a entoação que corresponderia, na língua escrita, a uma frase com “dois pontos”, seguida de uma explicação, como se observa por exemplo nos turnos 9, 11, e 23. Com esses recursos, retém a atenção dos interlocutores e se mantém falando, como que “dominando” a interação discursiva.

Em algumas seqüências, como a que vai do turno 9 ao turno 13, e no turno 41, as formulações se constituem numa contraposição a outro discurso - o dos deficientes dos quais se distingue, e aos quais critica, utilizando diminutivos que os desvalorizam e ridicularizam (*regletinha, gravadorzinho*), e um tom enfático e indignado (*isso é um absurdo!*). As modalizações que remetem a necessidade (*tem que saber informática, tem que se preparar para o mercado*), reforçam esse efeito, assim como marcam o lugar de onde fala: o lugar de deficiente diferenciado em relação aos deficientes que não sabem informática, dependentes, “despreparados para o mercado”, lugar de autoridade consolidada por seu saber - que mostra ao longo de toda a conversa -, por sua posição de deficiente bem sucedido, determinado, que trabalha e é professor de outros deficientes e, ainda, do lugar de um deficiente que é aceito pelo mercado, que está no próprio lugar das empresas, dando aulas numa organização valorizada no universo empresarial. Gilberto seria um caso à parte? Gilberto incorpora o discurso das empresas, e é desse lugar que ele fala ao deficiente que também está dentro dele, mas ao qual se contrapõe, rechaçando-o.

Esse jogo de identificações entre colocar-se como deficiente e, por outro lado, assumir o discurso empresarial, esse confundir-se entre ser deficiente e ser empresa, mostra-se em um enunciado (turno 25) em que diversos sujeitos da oração se sucedem, revelando-se então nesse ponto, na falha da língua, o equívoco, a ambiguidade e a contradição que Gilberto vivencia entre os lugares que ocupa, as posições, as identificações, entre os vários modos de ser deficiente, de vivenciar sua condição de deficiente. Numa mesma frase, marcada por hesitações - em contraste aos enunciados que até então se mostravam coesos, fluentes -, o sujeito da oração oscila entre a primeira pessoa do plural, a primeira do singular, a terceira pessoa do singular e do plural e ainda a terceira do singular

com função de *nós*. Em uma mesma frase, o sujeito da oração foi expresso por *nós, eu, o Serviço S, eles* (oculto), *a gente*, finalmente retornando à primeira pessoa (*eu*) e retomando a coesão, após essa indefinição que a fissura no tecido da língua evidenciou. Gilberto parece se confundir com a empresa e nessa confusão, perder sua identidade de pessoa com deficiência, parece vagar entre diversas posições procurando um lugar verdadeiramente seu.

Gilberto se apropria do discurso empresarial, e seus enunciados ecoam sentidos que remetem ao discurso do mercado. No turno 41, ao mesmo tempo em que fala em *unir forças para o processo de inclusão, as expressões de igual pra igual, concorrência, muitos deficientes e poucos empregos, se não estudar você perde pra outro colega seu* falam de outra perspectiva, trazem sentidos da competitividade e do individualismo próprios das atuais leis do mercado. A noção de *competências*, que nas novas formas da reestruturação produtiva substituiu a *qualificação*, está presente no enunciado de Gilberto. Fidalgo (2002) discute como a noção de competências, focada no indivíduo, cria a ilusão de que a responsabilidade por conseguir se inserir ou não no mercado é só do indivíduo, cabe a ele criar suas condições de “empregabilidade” para ter acesso ao mercado. Machado (2002) salienta como essa noção foi sendo instaurada em concomitância com as novas formas de regulação próprias da reestruturação produtiva, e salienta também o foco no indivíduo, a competitividade, a apologia do investimento no desenvolvimento pessoal como forma de ganhar competitividade para concorrer no mercado. Assim, o discurso de Gilberto traz ressonâncias de outros discursos cujos sentidos têm naturalizado que a responsabilidade por conseguir se empregar é apenas do indivíduo, depende de suas condições, de sua capacidade pessoal de se tornar “empregável”, de sua competência para vencer a concorrência com os demais. Aqui também o discurso vigente faz silenciar, na voz de Gilberto, as questões de fundo que afetam a vida das pessoas com deficiência.

3.2.3 - Diálogo com Yves Clot

Considerando que Yves Clot, autor cujos estudos em psicologia do trabalho vêm ocupando um espaço importante entre as pesquisas da área, tem tematizado a dimensão da subjetividade nos processos de trabalho (Clot, 2006) e a perspectiva teórica que assume nesse empreendimento, qual seja, a perspectiva histórico-cultural e as concepções de Vigotski e Bakhtin, mostra-se pertinente e importante para nosso estudo tê-lo como interlocutor, trazendo para nossa reflexão suas concepções e elaborações, de modo a enriquecer o debate sobre o complexo tema do trabalho. Clot nos traz uma contribuição instigante ao introduzir o conceito de gêneros de atividade, baseando-se na noção de gêneros do discurso elaborada por Bakhtin.

Para Bakhtin (1997b), os gêneros do discurso referem-se a tipos relativamente estáveis de enunciados, elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana e seus respectivos modos de utilização da língua, sendo o enunciado a unidade real da comunicação verbal. Os enunciados dos falantes estão inscritos nos diversos gêneros do discurso, que usamos sem nos darmos conta: eles nos são dados assim como a própria língua materna. Apreendemos as formas da língua do modo como se apresentam nos enunciados, na língua viva em funcionamento. Mudanças nos estilos próprios dos gêneros do discurso refletem mudanças reais na vida social, nos modos de funcionamento das práticas sociais nas diversas esferas da atividade humana, que vão se transformando ao longo da história.

Com base nessas concepções de Bakhtin, Clot desenvolve seu conceito de gênero de atividade a partir de investigações em situações de análise do trabalho. Defende a idéia de que o trabalho humano se inscreve em gêneros de atividade, que determinam e delimitam as formas do fazer, regulam a forma como se age dentro de determinada atividade, e são por nós apreendidos sem que nos apercebamos, de modo similar ao que ocorre com os gêneros do discurso no âmbito da língua. Refere-se também ao estilo, à maneira como cada um imprime sua marca ao trabalho, em meio à dinâmica instituída entre as determinações do

gênero e as formas individuais de subjetivação da atividade. Salieta que o estilo, com as marcas singulares que inscreve no gênero, promove o desenvolvimento de uma atividade e de seu gênero.

Em termos de sofrimento no trabalho, o que Clot afirma é que “nada obriga a fundir subjetividade e sofrimento. Pode-se considerar este último do ponto de vista da atividade; como uma atividade contrariada, até reprimida, em outros termos, como um desenvolvimento impedido” (2006, p. 9). O sofrimento seria então “amputação do *poder de agir*, que proíbe os sujeitos de dispor de suas ações, que não os deixa transformar seu vivido em recurso de vivência de uma nova experiência” (pp. 9-10). Propõe que há a possibilidade de o trabalhador, diante dos impedimentos e repressões contidos nas prescrições do trabalho, voltar-se para “... compensações reais por meio das quais aqueles que trabalham conseguem recuperar sua disponibilidade psicológica.” (*ibid.*, p.10). Essas compensações possibilitariam uma retomada do desenvolvimento individual e coletivo.

Introduz a idéia de uma *clínica da atividade* e um método em que esse desenvolvimento seja promovido: propõe a autoconfrontação do trabalhador com sua própria ação e, ainda mais importante e eficaz, a autoconfrontação cruzada – situação em que um trabalhador analisa a atividade de outro, na presença desse outro, de modo a que os comentários do observador permitam ao trabalhador vislumbrar aspectos em sua própria atividade que não havia percebido até então, o que promove desenvolvimento, tanto em âmbito psíquico individual, quanto do próprio gênero de atividade. A análise do trabalho assim realizada possibilita uma elaboração do estilo pelo trabalhador, promovendo uma revitalização do gênero. As formas pessoais do fazer – o estilo -, constituem “respostas ou réplicas que indicam a retomada do desenvolvimento individual e coletivo” (p. 9).

Procurando agora refletir sobre Irene, Angélica e Mariana, sobre seus discursos, suas vidas, à luz dessas concepções de Clot, apresentam-se questões. O sofrimento claramente expresso de Angélica, as dificuldades vividas por Irene, o absurdo experienciado por Mariana, parecem ter uma dimensão que transcende o

âmbito alcançado pela proposta de Clot, na medida em que ele circunscreve as dificuldades a serem superadas à questão das restrições impostas pela prescrição do trabalho e à conseqüente possibilidade de impedimento do *poder de agir* do trabalhador. Sua proposta é que, tendo o trabalhador a possibilidade de recriar a atividade imprimindo-lhe seu modo peculiar de realizá-la, desenvolvendo assim seu estilo pessoal, poderá recuperar seu poder de agir.

Detendo-nos nos dizeres de Irene, Angélica e Mariana, pensando nas considerações de Gilberto, e refletindo ainda, para além deles, sobre toda a extensão dos problemas que atingem não só as pessoas com deficiência, mas uma enorme parcela de trabalhadores, somos levados a indagar sobre o alcance dessa proposta, à medida que enfoca o modo de execução da atividade, e não inclui outros importantes aspectos que impactam a vida dessas pessoas no trabalho. Não é apenas a atividade, a maneira como é realizada, o estilo pessoal do trabalhador e sua possibilidade de preservar seu poder de agir que estão em jogo, mas toda uma trama de relações dentro (e fora) da empresa que impactam o trabalhador – a questão do lugar social que cada trabalhador ocupa, o jogo de imagens, o modo de participação desses sujeitos na interrelação com os outros, as relações de poder entre os trabalhadores, entre os trabalhadores e os chefes, entre os empregados e os empregadores, entre a empresa e o Estado. No intercâmbio de que participa, o indivíduo ocupa um determinado lugar, uma topologia social, nos termos de Pêcheux (1997), e no jogo de imagens que se instaura nessas interrelações, sentidos são construídos, produzidos. Em se tratando de pessoas deficientes, os sentidos sobre deficiência que permeiam o imaginário social estão presentes, afetando essas relações, e afetando portanto o modo como essas pessoas podem participar na situação de trabalho. Assim, a contribuição de Clot nos conduz a pensar de que modo, no caso de certos grupos historicamente estigmatizados e excluídos, como o das pessoas com deficiência, ocorre o processo de desenvolvimento do estilo e do gênero de atividade, e se esse processo seria suficiente para promover a “recuperação de sua disponibilidade psicológica”, nos termos do autor (2006, p. 9), assim como evitar que esses trabalhadores fiquem à margem de uma real participação no mundo do

trabalho. As questões que afligem a pessoa com deficiência não dizem respeito apenas à possibilidade de transgredir ou não o prescrito para encontrar um sentido na atividade, mas vão muito além: referem-se ao próprio modo como se vêem e são vistos pelos outros, ao lugar que lhes é reservado na rede de relações sociais.

Nas relações que se estabelecem no trabalho, no interjogo de réplicas e tréplicas, nessa dinâmica em que os participantes afetam-se mutuamente, quais os modos de participação dos deficientes? Há espaço nos ambientes de trabalho para o sujeito deficiente imprimir à atividade seu estilo pessoal? Como o deficiente afeta esse outro com quem compartilha o trabalho, e como o outro o afeta? Ele é visto com acolhimento para suas diferenças ou, pelo contrário, suas peculiaridades, em vez de terem o sentido de um estilo, entrarão na zona do “inaceitável” no trabalho, a que se refere Clot? (1997, p. 49).

Outra questão que emerge dessas reflexões diz respeito ao próprio conceito de gênero do discurso, em Bakhtin, e ao conceito de gênero de atividade, em Clot. A analogia que Clot estabelece entre seu conceito e o de Bakhtin mostra-se profícua para se analisar os processos subjetivos na realização da atividade, trazendo importante contribuição. No entanto, parece que o aspecto vivo e pulsante que o conceito de Bakhtin contém – ser um sensível reflexo das mudanças sociais – não recebe o devido espaço no conceito de gênero de atividade de Clot. Para Bakhtin,

os gêneros do discurso, de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança na vida social. Os enunciados e o tipo a que pertencem – os gêneros – são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. (Bakhtin, 1997b, p. 285).

Em Bakhtin, o gênero reflete a vida social, mas nos gêneros de atividade de Clot não se explicitam as relações dos gêneros com a realidade viva das tensões capital-trabalho, das modificações e novas formas que o trabalho vai assumindo no mundo contemporâneo, com as causas sociais do adoecimento no trabalho,

com a precarização, o desemprego, e outros fenômenos pertinentes ao mundo conflituoso do trabalho. Clot não aborda, por exemplo, a relação entre as profundas mudanças ocorridas no paradigma, na organização e nas relações de trabalho advindas da reestruturação produtiva e seu impacto sobre os gêneros de atividade e sobre os trabalhadores. Parece focar a atividade em si e aqueles que a exercem, desconsiderando o entorno, a história, a política, a realidade viva e dinâmica que se reflete de maneira imediata, não só na língua, mas também nas condições e na realização do trabalho socialmente constituídas. Parece desconsiderar, ou não atribuir a devida importância, à realidade social mais ampla, aos campos de poder, de que nos fala Bourdieu (1996), aos lugares sociais, às configurações de poder em um determinado momento histórico, à ideologia, tão presente em Bakhtin, enfim, a toda uma ambiência cultural, social e política que, em sua teoria, parece ficar negligenciada.

Nessa perspectiva, se por um lado a clínica da atividade desenvolvida por Clot pode trazer importante contribuição ao desenvolvimento do gênero de atividade e ao psiquismo do trabalhador, à medida em que este pode elaborar recursos para se apropriar da atividade conferindo-lhe um sentido, imprimindo-lhe sua marca, por outro lado mostra-se a necessidade de complementar essa intervenção com ações que promovam também mudanças de outra natureza e em outro âmbito - na organização do trabalho, nas relações capital-trabalho, nas relações entre os trabalhadores, resgatando o coletivo, a consciência do lugar social e dos embates e jogos de poder que os afetam. E no que se refere às pessoas com deficiência, a tarefa é ainda muito mais ampla e profunda: há que se contribuir para mudar mentalidades, para alterar os sentidos profundamente arraigados na sociedade sobre essas pessoas, para se reformular as concepções que sustentam o olhar que delas ainda se tem.

CAPÍTULO 4 – UM CASO EMBLEMÁTICO

Neste capítulo abordaremos questões suscitadas por um outro tipo de situação: aquela em que não há coincidência entre a deficiência apresentada por uma pessoa e os critérios definidos pela lei para classificá-la como tal. Como referi no capítulo 2, ao longo do processo surgiram situações que foram trazendo dúvida e desconforto, e a percepção da dificuldade em se lidar com tema tão complexo dentro de uma categorização rígida que foi se mostrando imprópria para abarcar a ampla dimensão da problemática das pessoas com deficiência. Essa dificuldade que foi se apresentando leva a que se problematizem também aspectos das ações afirmativas como um todo: como proceder a uma delimitação entre o grupo beneficiado e o grupo não beneficiado? Essa divisão seria tão claramente demarcável, de modo a beneficiar com ações tão ostensivas e importantes um grupo de pessoas, e outras não? Como efetuar essa divisão de maneira justa?

Abordaremos o caso de Rosana, uma mulher de 42 anos que foi encaminhada para obter o certificado do INSS por uma empresa na qual ela pleiteia uma vaga na área de limpeza. Apresenta um problema na área visual, que será descrito mais abaixo, e em função dele, pretende empregar-se por força da Lei de Cotas.

4.1 – Rosana: ser ou não ser deficiente

Rosana mostra-se cordial e muito disponível para realizar a entrevista para esta pesquisa; mais do que disponibilidade, demonstra mesmo uma necessidade de ser ouvida, de ter um espaço para falar. Atendi-a no dia 27/10/2006 e, como ainda havia outras pessoas a serem atendidas, pedi-lhe que me aguardasse para podermos conversar calmamente. Ela o fez com muita disposição, e tivemos então uma longa entrevista em que ela me falou sobre sua vida, sua história, suas dificuldades e seus sonhos. Conta-me que, com 20 anos, arrumou um namorado, engravidou, e hoje tem uma filha de 22 anos, com quem vive. Quando sua filha

estava no ensino médio Rosana, incentivada por ela, voltou aos estudos e terminou o ensino médio em 2002. Prestou dois vestibulares – História, na PUC, e Pedagogia, na UNIP -, tendo sido aprovada em História, que no entanto não cursou, por não ter condições de pagar a faculdade. Fala-me de seus sonhos: arrumar um emprego, tentar novamente ingressar em um curso de Pedagogia, e depois fazer pós-graduação em História.

Quanto à sua deficiência, transcrevo aqui o trecho inicial da entrevista, em que ela aborda esse tema, para termos seu próprio relato sobre o modo como adquiriu o problema que agora a mobiliza em busca do certificado do INSS.

Pesquisadora: Rosana, então, como estávamos conversando quando eu fiz sua avaliação, você estava me contando como é que foi que você...

Rosana: Que eu perdi o meu olho esquerdo...

Pesquisadora: É. Como é que foi?

Rosana: Foi um acidente doméstico... Eu tinha um ano, minha avó foi guardar uma tesoura, e ela não viu o alicate, e quando ela colocou a tesoura ela deixou cair o alicate no meu olho... Daí eu fui pro Penido Burnier, e os médicos fizeram... como se fala?... Tentaram só limpar o olho, mas teve uma infecção e tiveram de extrair o olho esquerdo. Aí ele colocou uma prótese, e desde pequena eu **nunca** me senti assim como uma deficiente física, **apesar de que na escola era chamada de caolha, por causa dos olhos...**

Já no início da entrevista, Rosana dá a dimensão do que vivencia: relata em poucas e diretas palavras o dramático acidente e suas conseqüências e, logo em seguida, anuncia que nunca se sentiu deficiente. Essa negativa absoluta (*nunca*) foi a primeira coisa que lhe ocorreu dizer, parecendo ser premente a ela a necessidade de negar o que na verdade a afeta, sim, tanto que o conectivo adversativo *apesar de que* introduz outras vozes, as vozes da escola, da sociedade, hostis e implacáveis na forma pejorativa como se referem à sua deficiência. Rosana parece ter necessitado negar tão de imediato sentir-se deficiente, frente ao *caolha* que, incorporado do discurso vigente, ressoa dentro dela própria.

Rosana me fala também das marcas que ficaram – além da perda de um dos olhos e da visão prejudicada, a revolta, a dor, os conflitos com a mãe e a avó, as zombarias e humilhações de que se sentiu vítima, e que fizeram com que se isolasse, não tivesse amigos.

Relata as dificuldades no mundo do trabalho, os empregos precários, sem registro, como faxineira diarista ou como auxiliar de limpeza, apesar do ensino médio que completou. Está tendo agora uma possibilidade de arrumar trabalho em um hospital, com registro em carteira, tendo sido encaminhada ao INSS por essa instituição de saúde para obter o documento que certificaria seu enquadramento nos critérios da Lei de Cotas.

No entanto, Rosana não obteve essa certificação: seu problema visual não “se enquadra” nos critérios que definem a deficiência visual. A visão monocular não caracteriza uma deficiência visual segundo a lei²⁷, pois somente se reconhecem como tal os casos em que a acuidade visual²⁸ do melhor olho, com a melhor correção óptica, não ultrapassar a medida de 0,3 ou 20/70. Em lugar do certificado de homologação de habilitação de pessoa com deficiência, ela recebeu uma declaração de indeferimento da solicitação de homologação, informando que sua deficiência não se enquadra nos critérios legais. Assim, Rosana não poderia

²⁷O decreto 5296/04, em seu artigo 70, introduz alterações no artigo 4º do decreto 3298/99, que define os critérios para que uma pessoa seja considerada como tendo uma deficiência visual: “III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.” (Brasil, 2004).

²⁸A acuidade visual é geralmente medida por meio da utilização de uma tabela com caracteres padronizados (letras ou números) de diferentes tamanhos. A acuidade visual é definida pela relação entre o tamanho dos caracteres que permite a uma pessoa identificá-los, e a distância na qual consegue fazer essa identificação. A distância padrão é de 20 pés (seis metros) entre a pessoa e a tabela, porque a essa distância as lentes dos olhos estão em sua posição natural, não precisam acomodar-se para encontrar o foco. Uma pessoa com acuidade visual normal é capaz de identificar os caracteres à distância de 20 pés e, segundo esse método de avaliação, qualifica-se sua visão como 20/20, o que significa que a 20 pés de distância ela pode ver o que uma pessoa com visão normal vê também a 20 pés, portanto sua visão está dentro do padrão de normalidade. Quanto ao campo visual, sua medida é expressa em graus, e sua amplitude é geralmente de 160 a 170 graus horizontalmente (Holbrook, 1996).

desfrutar da proteção social e da “equiparação de oportunidades” que a Lei de Cotas pretende oferecer.

Emergem das análises da fala de Rosana sentidos que evidenciam o drama intenso que vivencia, os conflitos, as contradições, a luta por tentar superar os efeitos penosos do que lhe aconteceu, e outras vozes que a constituem, em seu dilema entre sentir-se deficiente, com toda a carga que isso significa, e sentir-se “perfeita”, como diz em muitos momentos.

Rosana: Eu ficava triste e... Eu ficava triste e me isolava. Me isolava e não tinha amiguinhos. Mas, dentro de casa, meu pai e minha mãe **sempre** me viram como uma pessoa normal. **Nunca** puseram na minha cabeça: **você é deficiente, você é deficiente... você é diferente** dos outros meus filhos...

Pesquisadora: Quantos irmãos vocês são?

Rosana: Nós somos em seis... São três homens e três mulheres. Mas mesmo assim, **nunca** minha mãe me tratou diferente... Mas eu era **sempre** a mais rebelde...

Pesquisadora: Como assim?

Rosana: Ah, eu dava mais trabalho... eu respondia... E hoje eu vejo que por causa de **eu ser deficiente**, do olho esquerdo, né, **por ter aquela deficiência no olho, por eu não enxergar**, eu acho que eu me revoltava, porque minha mãe **sempre** falou pra mim que minha avó era a autora do acidente, né...

Pesquisadora: Sua mãe falava?

Rosana: É, que minha avó tinha derrubado... E minha avó também **nunca** aceitou o acidente...

Observam-se algumas marcas na materialidade discursiva das falas de Rosana: ela faz uso frequente dos advérbios de tempo *sempre/nunca*, muitas vezes na mesma frase, num jogo de *sim* e *não* temporal levado ao absoluto, numa polarização que não admite situações intermediárias e parece remeter a situações idealizadas, abstratas, em que não há espaço para o ambíguo, para o às vezes, refletindo o dilema em meio ao qual se debate – ser deficiente/ não ser deficiente - , e o modo radical como vivencia esse conflito.

Sua tentativa de negar deixa escapar o que no fundo afirma, como na passagem em que, ao dizer o que nunca aconteceu, paradoxalmente reitera aquilo que pretende negar: *Nunca puseram na minha cabeça: você é deficiente, você é deficiente... você é diferente dos outros meus filhos...* Maingueneau (1997) refere-se à negação como passível de ser objeto de uma análise polifônica, e afirma que é necessário distinguir, em um enunciado negativo, uma primeira proposição, que estaria afirmando algo, e uma outra, que negaria essa primeira. Aborda a concepção de Ducrot segundo a qual haveria, em um enunciado negativo, um confronto entre duas atitudes antagônicas, referentes a dois enunciadores em oposição – um que assume um determinado ponto de vista, e o outro que o rejeita. Quando Rosana diz *nunca puseram na minha cabeça você é deficiente*, parece estar havendo uma resposta a um outro enunciado que afirmaria o contrário, que os pais poriam sim em sua cabeça que ela é deficiente. A repetição parece “martelar” o bordão que a acompanha desde criança, e que agora, já incorporado, ela tenta, em vão, silenciar. Mais abaixo, fala de modo explícito sobre sua condição de deficiente e sobre a deficiência, numa contraposição a uma fala anterior, em que afirmou não se ver como deficiente.

Em outro trecho observam-se outras marcas, como a reiteração de uma afirmação em meio a muitas negativas:

Rosana: ... daí as pessoas conversaram comigo e disseram: **não**, Rosana, você **não** pode ficar aí com ódio, com raiva de sua avó; sua avó **não** teve culpa, **você é perfeita, você é inteligente...** **Você é inteligente** e nem dá pra ver... E se você **não** falar **ninguém nem** se apercebe de seu olho. Daí eu fui na casa de uma psicóloga, e ela me disse: **não põe** o cabelo na cara, **você é perfeita, você é inteligente**. Naquela época eu tava fazendo a oitava série, né, e aí ela falava: **você é inteligente, você tem todas as condições**. Daí eu prestei dois vestibulares, passei na PUC e repeti na UNIP.

Você é perfeita, você é inteligente, você tem todas as condições são afirmações repetidas várias vezes, na voz do outro, assim como as negativas que

procuram demovê-la de uma determinada posição: a de ficar com ódio, a de se angustiar com a aparência, a de querer esconder a deficiência.

Em outro trecho, outras negativas contestam a afirmação que não cala dentro dela:

E aí, conversando com minha filha ela me falou: **você não é deficiente...** não põe isso na sua cabeça... E minha filha falou: **eu não te vejo deficiente.**

Nesse jogo de afirmativas e negativas que se digladiam em Rosana, ainda uma outra voz introduz outra contradição:

(...) a dona da casa onde eu moro, ela colocou muitas idéias na minha cabeça: **você é deficiente**, você tem que ir atrás de seus **direitos**, o governo está aí pra **te ajudar**, você tem **direito** a um **benefício...**

Em meio aos embates que se travam em Rosana, entre as vozes que compõem seu *drama* sobre ser deficiente, agora retorna a afirmativa *você é deficiente*, num novo contexto, visando beneficiar-se da lei. Embora o enunciado remeta à lei, ao direito, remete também a ajuda, a benefício, trazendo então nessa ambiguidade toda a carga historicamente construída relativa à deficiência. Agora, um novo filão de contradições se abre: sua deficiência não se enquadra na lei.

Aí nessa última entrevista que eu fui fazer no Hospital H. pra trabalho, na sala tinha um **montão** de trabalhadores com deficiência física, tinha dois com problema de olho, uma sem... faltando um braço, outro aposentado também deficiente, e naquela conversa que o responsável pelo serviço social falou: ó, **vocês todos** são deficientes físicos, e temos de ir até lá e fazer uma inclusão social de vocês no nosso quadro de funcionários, e aí vocês vão na Previdência e você pegam um certificado. Mas quando eu estava ouvindo **todo mundo** conversar eu pensei: **mas eu não sou** desse jeito; **eu sou...** eu posso lutar, **eu consigo...** Emprego tá difícil, mas está difícil pra todo mundo, **pra quem não é** deficiente e **pra quem é** deficiente, pra **quem tem duas pernas** e pra **quem tem uma perna só**. Eu não sei qual é a intenção do governo, né. Qual é a diferença, por exemplo, entre... Eu

não tenho o olho esquerdo. Em que que aquele que não tem uma perna esquerda... ele é diferente de mim?

Pesquisadora: **Pela lei**, é, né. **Ele se enquadra** como deficiente pela lei **e você, não**, porque ele tem mais dificuldade nas coisas do dia-a-dia, até em arrumar emprego, do que você... Esse é o raciocínio da lei... Entende, Rosana?...

Por um lado, Rosana vive o conflito entre ver-se como deficiente ou não; entre assumir, ou não, fazer parte de um grupo que ela designa com expressões de indeterminação como *um montão de deficientes, vocês todos, todo mundo*, buscando diferenciar-se dele – *eu não sou desse jeito, eu sou...* -; por outro lado, ao longo do enunciado muda o fio argumentativo e passa a questionar justamente por que não seria considerada deficiente. Interpela o “governo”, ali representado por mim: por que não ter um dos olhos, com todo o sentido dramático que essa condição tem para ela - não se trata simplesmente de não enxergar desse olho, mas é estar amputada de um órgão carregado de sentidos, é ter uma cavidade na face e expô-la ao mundo – é diferente da amputação de uma perna? Assim Rosana, se por um lado procura ver-se como diferente *deles*, por outro questiona por que é considerada diferente de outros deficientes. Configura-se a absurda situação que podemos esquematizar como: Rosana não quer ser deficiente, mas é deficiente -, tanto que não tem um olho, sofre por isso, tem dificuldade para encontrar trabalho, esbarra nas pessoas na rua por não vê-las se estiverem à sua esquerda, como me conta em outro trecho da entrevista; entretanto, devido à lei, quer ser deficiente mas, segundo esse parâmetro, não é deficiente. Rosana vivencia o paradoxo do paradoxo, vê-se enredada numa dupla teia de contradições. Em meio a isso, a voz da empresa, trazida no relato de Rosana, ecoando os discursos que circulam, banalizando e esvaziando questões fundamentais: *ó, temos de fazer uma inclusão social de vocês no nosso quadro de funcionários...*

Minha própria resposta a esse dizer de Rosana hoje, do lugar de pesquisadora, causa-me desconforto e estranhamento. Presa à lei, aos limites, aos critérios, pressionada pela tarefa institucional de avaliar e classificar, de me responsabilizar, junto com outro profissional, por uma certificação oficial à luz (?)

da lei, não ouço o clamor de Rosana, não vejo a extensão de sua dor, não compreendo a dimensão trágica do que me fala. As não coincidências novamente... A profissional do INSS falando a partir do lugar da lei e das instituições, e Rosana falando a partir do lugar do trágico. Analisando agora esses enunciados, lembro-me do que diz Jean-Pierre Vernant (1977) sobre a perspectiva trágica:

“(...) o espectador deve compreender que realmente há dois ou mais sentidos possíveis. A linguagem se torna transparente para ele, e a mensagem trágica comunicável, somente na medida em que descobre a ambigüidade das palavras, dos valores, do homem, na medida em que reconhece o universo como conflitual e em que, abandonando as certezas antigas, abrindo-se a uma visão problemática do mundo, através do espetáculo, ele próprio se torna consciência trágica” (*op. cit.*, p. 27).

Ainda um último fragmento da entrevista com Rosana.

Pesquisadora: Aí você estava me falando que, como a gente não te deu o certificado de homologação de pessoa... que **você não se enquadrrou** como pessoa com deficiência de acordo com a lei, você falou pra mim: não fique triste por mim que eu estou alegre... Como é que foi isso?

Rosana: É como eu falei pra você: eu fiquei alegre porque **eu sou perfeita**, mesmo não tendo o olho esquerdo, perante a legislação **eu sou perfeita**. E perante a sociedade, agora, a sociedade vai ver que **eu sou perfeita**, não é? E de outro lado, fiquei triste porque, se a (nome do hospital) me chamar, eu perdi o emprego. É um caso ilógico, né, porque a inclusão social não é pra mim... Eu fiquei triste por isso. Vou pensar: se 2ª feira a (nome do hospital) me chamar e pedir este documento, eu vou levar o indeferimento...

Pesquisadora: É, entendi... E o que você tinha me falado, que eu e a Dra. R. fizemos você chorar?

Rosana: Vocês me fizeram chorar porque realizaram meu sonho, né. Vocês disseram: você não se enquadra na lei, quer dizer, você é perfeita! Pô, você não tem nada!

Rosana faz como que uma irônica paráfrase do dizer do laudo de indeferimento de homologação: não se enquadra como deficiente = é perfeita. O enunciado *eu sou perfeita, mesmo não tendo o olho esquerdo* condensa a contradição. Bakhtin (1997) fala de um tipo de discurso em que o enunciador usa o discurso de um outro para seus fins; no mesmo discurso aparecem duas vozes, duas orientações semânticas, como na paródia e na ironia. Para o autor, o discurso da paródia é análogo “... ao emprego irônico e todo emprego ambíguo do discurso do outro, pois também nesses casos esse discurso é empregado para transmitir intenções que lhe são hostis” (p. 195); o enunciador repete as palavras de um outro, imprimindo-lhes um novo acento, revestindo-as com expressões como dúvida e ironia, entre outras. No fim do excerto Rosana diz: *você não se enquadra na lei*; utiliza a voz institucional, a minha voz, a voz da lei, para dar-lhe um uso irônico, acrescentando *quer dizer, você é perfeita!*

Maingueneau (1997), referindo-se aos conectivos concessivos, afirma que a *concessão* é um movimento argumentativo que integra uma aprovação e uma refutação; apresenta-se “um argumento a favor de uma conclusão, e um argumento mais forte em favor da conclusão inversa” (p. 169). Nesta seqüência discursiva, plena de afirmações e refutações, de disjuntivas, de oposições, chega-se ao absurdo – o *ilógico*, nas palavras de Rosana. Há muitos pares de opostos que vão mudando de lugar, de composição, até de sujeito. Na fala da entrevistadora, a retificação, com a mudança de sujeito e de verbo – *a gente não te deu... você não se enquadróu* – produz um sentido de mudança do lugar da responsabilidade, da autoria da ação, que foi deslocada para a própria Rosana. Com a retificação, ela é que não se enquadra na lei, não é a instituição e esses profissionais que não lhe dão o certificado (estaria implícito aí *a quê, por justiça, teria direito?*). Outros pares de opostos vão dando a dimensão da contradição presente nesses enunciados, e a extensão do drama de Rosana: não fique triste/ eu estou alegre; fiquei alegre / fiquei triste; não tenho o olho esquerdo/ sou perfeita; sou perfeita/ perdi o emprego; vocês me fizeram chorar/ realizaram meu sonho; a sociedade vai ver que eu sou perfeita/ a inclusão social não é pra mim.

Entre a lei e Rosana, entre a lei e a sociedade, um vão, um abismo. Gritantes não coincidências, a serem sintetizadas num singelo e fundamental par de opostos que permeia a vida de Rosana e das pessoas com deficiência - sim/não – e que, no caso de Rosana, é levado ao absurdo: sim + não ²⁹.

4.2 – Entre a lei e os sujeitos

A polarização ser/não ser deficiente que vimos nas falas de Rosana também está presente em outros discursos, como no das instituições do Estado. Voltemo-nos para esse discurso, por meio da análise de um trecho de uma reunião informal de trabalho ocorrida em 01/04/2005 da qual participamos eu, como profissional do INSS, e uma profissional de outra instituição do Estado. O encontro ocorreu nas dependências de um órgão público, e foi audiogravado, com a autorização da participante. Era discutida a questão do certificado de homologação, em que casos ele seria exigido ou não, e como organizar o fluxo de demanda pelo certificado no INSS.

Profissional X: Quando o deficiente, a pessoa com deficiência, chega aqui, ele diz assim: olha, eu fui encaminhado, eu fui lá pra uma empresa de recursos humanos, e ela disse que eu preciso de um certificado. E várias pessoas com deficiência chegam aqui falando assim: **será que eu sou** deficiente, **ou que eu não sou** deficiente? Uma empresa diz pra mim **que eu sou**, a outra diz **que eu não sou**. Então eu entendo que quando a pessoa tem a oportunidade de ir lá no INSS de tirar...de ter esse certificado é muito mais fácil pra que ela possa ter... ela chegar na empresa e **ter** esse documento, de ela ter essa possibilidade de ser admitida numa empresa, do que a pessoa **que não tem**.

Pesquisadora: Quer dizer...

Profissional X: Normalmente as empresas, elas têm receio... Elas não estavam preparadas pra isso, as de recursos humanos. Então muitas ligam pra cá e

²⁹ Agradeço à Prof^a Maria Onice Payer a inestimável contribuição oferecida no exame de qualificação, ao assinalar a regularidade enunciativa do jogo entre *sim* e *não* em todas as questões postas pelos discursos/vozes apresentadas neste trabalho.

perguntam: como é que faz pra saber se a pessoa **é deficiente ou não?** E quem pode dizer isso, o decreto não diz, mas quem pode dar esse atestado, é o INSS. Por isso que eu digo, que a pessoa com certificado, é outra coisa!

Pesquisadora: É, é importante.

Profissional X: Agora, Maria Eduarda, eu acho até importante essa história do... do médico da empresa - no caso que você falou aí, dessa empresa – assim, o médico da empresa, ele estar a par disso, como é que funciona, **será que a pessoa é, que não é**, quer dizer, **o que que é deficiente, o que não é...**

Pesquisadora: O que que eu faço: quando a pessoa entra em contato comigo, que eu mando aquele **decreto**, e mando o outro **decreto**, eu escrevo bem assim: fale pro médico da sua empresa ler com bastante atenção o **artigo 70**, o **outro artigo**, tal, que fala o que é deficiência, e mandar pra nós aqueles que realmente forem. Talvez o que a gente possa fazer, em vez de fazer aquela palestrinha que a gente pensou, só com RH, não sei o que, fazer uma palestra ... para os médicos...

Observa-se uma regularidade enunciativa nas falas da Profissional X: a formulação recorrente de pares de opostos referentes à questão *ser ou não ser deficiente*. Essa regularidade está presente também em outras vozes trazidas para os enunciados pelo discurso relatado, geralmente colocados em forma de alternativa. Esta marca guarda similaridade, ou mesmo correspondência, com o que vimos anteriormente nos enunciados de Rosana, que evidenciam seu dilema *ser/não ser deficiente, sentir-se/não sentir-se deficiente*.

No trabalho das instituições envolvidas com o cumprimento da Lei de Cotas, há todo um esforço para definir *quem é e quem não é deficiente*, de acordo com certos critérios – aqueles definidos pela lei. Mas, o que esses critérios realmente refletem da realidade? Em que medida eles correspondem ao que acontece na vida dessas pessoas que têm alguma deficiência - ou outras características, como doença mental, por exemplo, não prevista para ser beneficiada por essa lei?

Os ocultamentos, a produção de sentidos (Pêcheux, 1997), as questões da ideologia, as formações discursivas, criam efeitos de evidência que cegam os envolvidos em realizar o trabalho. Esta pessoa é deficiente, esta outra não é, esta

apresenta um decibel a mais, esta outra tem um grau a menos de déficit visual... O que isso significa? Parece perder-se a noção da realidade da vida dessas pessoas, das contradições que as afetam, do lugar que ocupam na realidade social, enfim, enfocam-se questões pontuais, periféricas, perdendo-se a dimensão do todo. No cotidiano do trabalho, acaba-se por perder a perspectiva mais ampla. Minha fala, marcada por referências a decretos, a artigos, a exigências de corresponder a critérios legais, mostrando-me presa à lei, usando expressões como “se enquadra”, “não se enquadra”, evidenciam esse processo. É preciso um constante exercício de reflexão para viver esse cotidiano em busca de novos modos de interpretar...

Karel Kosik (1989), importante autor marxista, aborda o tema da vida cotidiana enfatizando a proximidade entre a cotidianidade e a História; é a partir do cotidiano que se constituem as formas emancipadas de agir sobre o real. No entanto, embora esses dois âmbitos se interpenetrem, para que o homem possa descobrir a verdade da cotidianidade alienada deve conseguir dela se desligar, libertá-la da familiaridade, exercer sobre ela uma “violência” (*op. cit.*, p. 78). Antunes (2005) refere-se à categoria do cotidiano, conforme elaborada por Lukacs, como ponto de partida para formas de consciência mais emancipadas, livres e universais (a *genericidade-para-si*), em contraposição a formas de consciência mais próximas da imediatividade e da mera reprodução espontânea da existência física (a *genericidade-em-si*). Montañó (2008) salienta a importância de se transcender a mera “preocupação” alienante e reprodutiva da vida cotidiana e, através de mediações, conseguir que a consciência se alce a uma condição generalizante, reflexiva e crítica, de modo a poder agir sobre a realidade, transformando-a. O exercício analítico efetuado no presente estudo busca contribuir em alguma medida para a realização da difícil tarefa de transcender os efeitos de evidência dos discursos instituídos e dar visibilidade às múltiplas significações e contradições que permeiam a questão das pessoas com deficiência.

A categorização de pessoas para se beneficiarem das chamadas ações afirmativas mobiliza questões: em primeiro lugar, a dificuldade de se avaliar e “classificar” pessoas segundo um critério objetivo, físico, material. O homem é um ser histórico-cultural, não se restringe a um corpo biológico, e sendo assim, qual o sentido de avaliarmos seu corpo, seu déficit orgânico, para beneficiar-se de uma lei que tenta compensar prejuízos sociais? Como avaliar quem pode se beneficiar da lei, como “medir” – será isso possível? – graus de deficiência? Como avaliar o grau de “prejuízo de oportunidades”, numa regra geral assim? E, como vimos no caso de Rosana, os critérios estabelecidos pelo legislador não correspondem ao que realmente acontece na vida das pessoas, em suas condições concretas de existência. Como avaliar e mensurar o drama de Rosana?

E ainda, mesmo para aqueles que “se enquadram” nos critérios da lei, empregar-se pela Lei de Cotas diminui a revolta? O que diria Angélica? O problema transcende a lei. E a lei pode obscurecer a compreensão da verdadeira dimensão do problema. A que se devem verdadeiramente as dificuldades vividas pelas pessoas com deficiência? Devem-se apenas ao fato de terem alguma deficiência, ou outras condições que impactam suas vidas, que marcam seu lugar social, é que lhes trazem impedimentos?

Ser ou não ser deficiente, ser ou não ser igual às outras pessoas, ter ou não ter direito, ter/sofrer ou não ter/sofrer preconceito, ser ou não ser empregada... Quantas dúvidas, quantas indefinições, quantas contradições... O que significa, afinal, ser deficiente? As próprias pessoas com deficiência muitas vezes não sabem se o são, porque essa definição é dada pelo outro, pelo meio ou, no caso da Lei de Cotas, pela lei. A lei tenta delimitar aqueles que sofrem a maior discriminação por parte das empresas mas, como definir isso? Quantas pessoas com uma deficiência que “não se enquadra” estão fora do mundo do trabalho, são rejeitadas pelas empresas, tornam-se os “excluídos dos excluídos”, como é o caso de Rosana? O discurso das pessoas com deficiência gira em torno dessa luta por se definir entre ser ou não ser algo. Como então se constroem essas subjetividades? Sou ou não sou? O que sou eu? Eles mesmos não sabem o que são - se necessitam de assistência ou se são capazes, se precisam de

proteção ou podem ter autonomia. A própria lei contém em seu fulcro essa contradição: o fato de ela existir implica proteção, tutela, manutenção da estigmatização, e ao mesmo tempo é emancipatória, pois permite que as pessoas encontrem trabalho. E a formulação da lei, sendo produção dos homens, se inscreve e “significa” num movimento histórico-cultural, vai se reformulando no entretimento das relações, das contradições, dos acontecimentos, da história.

CAPÍTULO 5 – DISCURSOS, SENTIDOS E CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS

Enfocarei neste último capítulo aspectos significativos que emergiram das análises, buscando elaborar sobre eles algumas reflexões. Inicialmente, voltemos nossa atenção para certos discursos atuais que vêm se consolidando com muita força, produzidos em meio às novas formas que o capitalismo assumiu em resposta à crise que foi tomando corpo a partir dos anos 70. O modelo até então vigente de acumulação do capital passou a dar mostras de esgotamento, e uma confluência de fatores levou a uma crise estrutural (Antunes, 2005). Conforme analisa o autor, o capital passou a elaborar respostas a essa crise, e teve início um processo de “reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação” (p. 31), delineando-se então as chamadas políticas neoliberais, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalhador e a desmontagem do setor produtivo estatal.

Nessa conjuntura, foram se instituindo novos discursos dando sustentação às novas formas que o capitalismo vinha assumindo. Montaño (2008), em seu trabalho crítico sobre o Terceiro Setor, analisa detidamente as diversas injunções e determinações do chamado projeto neoliberal e mostra como o conceito de Terceiro Setor é ideologicamente constituído como parte desse projeto mais amplo que, segundo o autor, se desdobra basicamente em três frentes que se articulam entre si: o combate às políticas trabalhistas e às lutas sindicais, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado. No bojo da reforma do Estado, a função de responder à questão social deixa de ser responsabilidade estatal e passa a ser responsabilidade dos próprios sujeitos que têm necessidades, e da “participação solidária” de indivíduos e organizações; deixa de ser um direito do cidadão e passa a ser uma opção voluntária de agentes da “sociedade civil”, em iniciativas isoladas, fragmentárias e pontuais. A desresponsabilização do Estado seria compensada pela ampliação do âmbito privado: serviços mercantis para quem pode pagar, e serviços filantrópico-voluntários para quem não pode.

5.1 - Os “novos” discursos e a deficiência

É nesse cenário então que diversos discursos se produzem, atravessando e significando também a questão das pessoas com deficiência, constituindo sentidos que têm se estabilizado e vêm determinando os modos como se pensa a deficiência hoje. Esses sentidos vêm construindo um efeito de evidência de que agora, sim, essa problemática está sendo objeto de atenção e ações do Estado e da sociedade – sempre contando com as parcerias Estado-Terceiro Setor -, e obscurecem o fato de que velhas práticas e significações continuam vigentes, sob a roupagem de “modernas” ações.

Tais discursos guardam relação entre si e remetem a um núcleo de significações que as formas atuais do capitalismo têm produzido: giram em torno de imagens de colaboração e solidariedade, do fazer conjunto, de harmonização entre os agentes sociais, neutralizando as tensões da sociedade, atenuando os conflitos. Ao mesmo tempo enfocam a individualidade, o desenvolvimento e o “sucesso” pessoais, esvaziando as possibilidades de constituição de coletivos e dificultando a organização e atuação de movimentos sociais. Na esteira desses discursos, como vimos acima, estão a refilantropização da questão social, a transferência da ação social para o Terceiro Setor (o âmbito do “público de caráter privado”), o esvaziamento das políticas universais, a homogeneização e a política de medidas paliativas e pontuais para problemas estruturais.

Assim, temos o discurso das parcerias entre o Estado e o Terceiro Setor; da “participação responsável da sociedade civil” na busca de soluções para as questões sociais; temos o discurso da “igualdade de oportunidades” e das ações afirmativas; o discurso das diferenças, o discurso da inclusão social... E ainda, o discurso das competências e da empregabilidade, o discurso do sucesso individual... São discursos apaziguadores, atenuadores de conflitos, focados no indivíduo, oferecendo soluções pontuais, compensatórias. Esses discursos atravessam atualmente o tema da deficiência, compondo a constituição dos sentidos que circulam sobre essa questão.

O tema das *parcerias* entre o Estado e o Terceiro Setor, como já discutimos no capítulo 3, marca de maneira muito forte o discurso do Grupo Interinstitucional, e está presente como eixo central de seu trabalho. As ações desse grupo são realizadas por pessoas comprometidas com o social, lúcidas e críticas e, mesmo assim, as parcerias com as instituições assistenciais que atendem a deficientes ocupam um lugar central em suas práticas, reproduzindo-se de forma naturalizada a histórica associação entre deficiência, institucionalização e filantropia, processo fortalecido pelos novos discursos da reforma do Estado e pela delegação de funções às instituições públicas de caráter privado, ou não estatal. Embora seja propósito prioritário do Grupo contribuir para que ocorram transformações nos modos como a deficiência é vista e significada, não se institui em seus trabalhos uma discussão consistente e sistemática sobre formas de demandar do Estado serviços de qualidade a essa população; os sentidos que circulam tornam natural que se delegue o atendimento das pessoas com deficiência ao âmbito assistencial-filantrópico. Esporadicamente se cogita solicitar a participação de representantes da área da Educação nos trabalhos do Grupo, mas a proposta não avança, não se consolida; quando se pensa em exigir maior compromisso de qualidade no trabalho das instituições assistenciais, ocorrem reações, e a proposta é vista com reservas: como se podem levantar dúvidas sobre a qualidade do trabalho de instituições tão bem intencionadas, respaldadas pelo discurso da *participação solidária*? Autores que estudam a questão da deficiência (Jannuzzi, 2009; Bueno, 2009; Carvalho, 2004; Kassar, 1999; Mazzotta, 1996) têm nos mostrado, sob diferentes aspectos, os meandros da institucionalização dos deficientes, os jogos de poder, as significações aí presentes, o processo de constituição de sujeitos em meio a essas significações. Esses sentidos já inscritos na memória discursiva vêm ao encontro dos sentidos produzidos pela reforma do Estado, fortalecendo-se e naturalizando-se o alijamento dos deficientes das políticas públicas universais.

O discurso da *responsabilidade social*, ou discurso da “empresa-cidadã,” é uma das formas que o universo empresarial adota para construir uma imagem positiva e confiável, além de contribuir para naturalizar a idéia de que a questão

social não pode ficar restrita ao Estado, e que a “sociedade civil” deve unir-se em prol do bem comum. Autores que se inserem no âmbito do Terceiro Setor discorrem sobre o tema e colocam-no na perspectiva de uma “tomada de consciência” que teria havido por parte das empresas sobre a necessidade de assumirem um papel mais amplo na sociedade. Antonio Carlos Martinelli (2005), diretor-presidente do Instituto C&A, enaltece as empresas que assumem esse papel, contrapondo-as àquelas que, segundo ele, visam estritamente o lucro e assumem uma postura predatória, ou ainda àquelas que apenas cumprem suas obrigações e pagam seus impostos. De acordo com o autor, a “empresa-cidadã, no outro extremo, adota posição *pro-ativa* de querer contribuir para encaminhar soluções para os problemas sociais.” (p. 84). Essas empresas estariam preocupadas em contribuir para o “bem comum”, e em vez de se aterem apenas ao balanço financeiro, estariam inovando ao realizarem também o *balanço social*, em que avaliam sua contribuição à sociedade.

Montaño (2008), em seu estudo sobre o Terceiro Setor, argumenta que o que se designa como nova “consciência social” do empresariado na verdade é mais uma forma encontrada pelas empresas para obter isenção de impostos e subsídios estatais, para melhorar sua imagem e aumentar os preços e as vendas, e para promover a aceitação da comunidade para com a presença da indústria e seus eventuais prejuízos à própria comunidade ou ao meio ambiente.

Amaral (2005) aborda a questão da responsabilidade social no que se refere aos programas de “qualidade de vida” nas empresas e, analisando discursos empresariais, mostra como o universo corporativo se utiliza de estratégias para reproduzir uma imagem positiva do capital, deslocando os sentidos do legal para o “social”. A autora salienta que o discurso da responsabilidade social se inscreve na formação discursiva da ética e do compromisso com a sociedade e, através das análises, mostra um “outro” que também constitui esse discurso e nele se inscreve instituindo uma polêmica no interior do próprio discurso. Uma das faces desse “outro” é o discurso da filantropia, que aparece causando efeitos de sentido de algo “velho”, ultrapassado, em contraposição ao “novo” da responsabilidade social; a outra face desse “outro”

é o discurso do direito ao trabalho, que se procura ocultar sob o manto da ética e do compromisso com a sociedade. Assim, o discurso da responsabilidade social tanto procura dar uma “cara nova” à velha filantropia, tentando negá-la e apresentando-a como conduta “responsável”, “cidadã”, quanto busca revestir as obrigações legais que salvaguardam o direito do trabalhador de um sentido de boa conduta, provocando um deslizamento de sentidos do legal e do direito para o “social” e para a “ética”. A autora salienta que na verdade a empresa realiza certas ações premida pela necessidade de cumprir as leis trabalhistas, e não por supostas iniciativas éticas; no entanto, com o discurso da responsabilidade social, “o sentido de direito que torna evidente o sentido de classes, de luta política, está dissimulado em evidências de participação, de cooperação, de boa conduta” (p.299).

O discurso da responsabilidade social também está presente na questão das pessoas com deficiência. Assim como as obrigações legais referentes à saúde do trabalhador, à segurança no trabalho, ao transporte, à alimentação, ao trabalho infantil, são revestidas de um caráter de “boa conduta” por parte das empresas, também as obrigações decorrentes da Lei de Cotas são travestidas de conduta ética e responsável, conferindo ao cumprimento da lei um caráter de ação solidária e moral, fazendo parecer iniciativa voluntária da empresa o que é lei e direito. A fala de um chefe de Recursos Humanos de uma empresa ilustra esse processo: *Tem que apresentar os deficientes senão é multa. Estamos tentando fazer inclusão social, não queremos contratar por contratar.*

Por sua vez, o discurso da *igualdade de oportunidades* e, nesse bojo, as *ações afirmativas*, parecem inscrever-se também no discurso neoliberal, na medida em que estimulam e avalizam ações paliativas e pontuais voltadas para determinados grupos, silenciando sobre problemas mais profundos que estariam no cerne da opressão e das injustiças sociais. Assim, no lugar de se promoverem políticas públicas de qualidade em educação, saúde, cultura e em outras áreas, favorecendo que se constituam cidadãos críticos, autônomos e capazes de lutar por seus direitos, oferecem-se soluções reparadoras pontuais, deixando intocadas as causas que mantêm os sujeitos numa condição de exclusão. Autores da

moderna teoria crítica têm abordado o tema e argumentam que identificar a injustiça social com base em grupos que sofrem discriminação desloca o foco para uma questão que não é a principal: a verdadeira questão da injustiça social é a opressão (Young, 1990), entendida, nos termos da autora, como fenômeno estrutural, cujas causas se apoiam em normas inquestionadas, hábitos, significados que permeiam a vida cotidiana, e que não se podem eliminar simplesmente criando novas leis, pois a opressão é sistematicamente reproduzida nas principais instituições econômicas, políticas e culturais.

Segundo Young, a opressão não é exercida por indivíduos; se se coloca o foco em agentes individuais, como na discriminação, obscurece-se ou nega-se o caráter estrutural e institucional da opressão. Se se considera a discriminação como sendo o dano principal que certos grupos sofrem, então problemas mais profundos como exploração, marginalização, “desempoderamento” (*powerlessness*), imperialismo cultural e violência ficam sem ser discutidos. A ação afirmativa, enquanto política que amplia a participação de certos grupos, pode intervir no processo de opressão, mas não resolve suas causas. Assim, segundo Young, o propósito primeiro das políticas de ação afirmativa não seria compensar um grupo de indivíduos pela discriminação passada, mas mitigar a influência dos vieses habituais e da negligência das instituições e daqueles que tomam as decisões. Em consonância com essa concepção, Abberley (1987), sociólogo americano que teoriza sobre deficiência, argumenta que uma teoria social da deficiência deve ser elaborada utilizando o conceito de opressão que, segundo ele, fundamenta-se em questões de classe, embora não se reduza a elas.

Ainda uma outra questão diz respeito ao fato de se reforçar, com as ações afirmativas, as *diferenças* do grupo beneficiado: ao mesmo tempo que as ações afirmativas visam oferecer equiparação de oportunidades, elas marcam os sujeitos. Como assinalamos no capítulo 1, Pierucci (1990) nos alerta para a “cilada da diferença”, colocando em discussão o par de conceitos igualdade/diferença. Este autor problematiza a questão e indaga se esse par não acaba se apresentando sob a forma de uma disjuntiva (ou/ou), e a questão da diferença, discurso inicialmente de direita, que marca as diferenças entre as

peças e classes como naturais e não passíveis de transformação, não teria sido apropriada pela esquerda na tentativa de garantir a certos grupos o direito a suas singularidades. O autor argumenta que esse processo teria acabado por favorecer que o pensamento conservador se utilize da ênfase nas diferenças e as reafirme, consolidando-as como inalteráveis. Um tênue limiar separa essas duas posições e, nos termos do autor, há um grande risco de “o feitiço voltar-se contra o feiticeiro”.

Por sua vez, em artigo sobre alteridade e diferença, Skliar (2002) discute a noção de espacialidade do *outro* – lugar social e simbólico em que o outro é colocado -, e relaciona três tipos de espacialidade com três tipos de imagens produzidas sobre o outro: a) à espacialidade colonial corresponde a imagem do outro maléfico, o outro como oposição negativa da “mesmidade”; b) à espacialidade multicultural corresponde o outro da “diversidade”, da relação pluralizada, obrigatória e generalizada entre “nós” e “eles”, imagem que no fundo contém em si, maquiada, a mesma representação colonial do outro; c) e finalmente a espacialidade da diferença, em que o outro irrompe, irredutível à mesmidade, misterioso, intangível em sua alteridade. Este último seria um lugar de diferença política, nem colonial nem multicultural, a partir do qual esse outro não traduzível e não transparente pode se fazer presente em sua alteridade, sem estar sempre submetido à relação binária “nós-eles”, à relação mesmidade-alteridade, ao discurso da diversidade que oculta a mesmidade que o produz. O que Skliar nomeia como espacialidade da diferença parece referir-se a um espaço de resistência, tomando o termo *diferença* em um outro sentido que não o referido por Pierucci. Enquanto Pierucci problematiza o discurso da diferença, Skliar problematiza o discurso da diversidade e a espacialidade multicultural, argumentando que, sob a superfície apaziguadora da “tolerância” e da aceitação da pluralidade, permaneceriam as mesmas posições monológicas, a mesma imposição presente na representação colonial do outro. O espaço multicultural seria na verdade uma resposta que o *mesmo* oferece em troca do ocultamento de sua renitente violência colonial e de seus crimes de desigualdade, exclusão, expulsão, normalização. Os dois autores, problematizando esses discursos

atuais, em que se inscreve também a questão das pessoas com deficiência, nos auxiliam a refletir sobre os modos como sentidos há muito tempo instituídos e práticas já cristalizadas vão recebendo roupagens novas e, sob o manto sedutor de novas formas de dizer, na verdade reproduzem velhos e arraigados modos de significar.

Temos também o discurso da *inclusão*, que tem marcado de maneira muito forte a questão das pessoas com deficiência. Lancillotti (2003) argumenta como esse discurso, tendo a função de atenuar tensões, pode obscurecer a compreensão de que existem as diferenças sociais, econômicas, e que a exclusão que atinge as pessoas com deficiência não independe de questões de classe social. Um deficiente que tenha recursos para buscar uma boa reabilitação – já que a reabilitação pública é precária ou inexistente -, que tenha acesso à educação, à cultura e a outros bens sociais, será atingido de maneira diferente pelas questões da deficiência quando comparado a uma outra pessoa em condições mais desfavoráveis. Não se pode confundir as coisas sob o efeito homogeneizador do discurso da inclusão. As pessoas com deficiência não estão “excluídas”, mas incluídas na sociedade de maneira precária, perversa.

Martins (1997) discute esta questão e salienta que as políticas econômicas pautadas no modelo neoliberal implicam uma inclusão precária e instável, marginal, e que enquanto se discute a *exclusão*, deixa-se de discutir o âmago do problema: as formas insuficientes e mesmo degradantes de inclusão. O autor argumenta que o capitalismo desenraíza, brutaliza e exclui a todos, promovendo depois uma inclusão sob suas próprias regras. O problema reside justamente nos modos como se dá essa reinclusão. Segundo Martins, ela ocorre no plano econômico – essas pessoas conseguem de alguma forma obter recursos para sobreviver -, mas não no plano social. Cria-se “uma sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político” (*op. cit.*, p. 34). Assim, constitui-se uma sociedade dupla, com duas “humanidades” em seu interior: por um lado, uma humanidade composta pelos inseridos no fluxo das atividades econômicas, com direitos reconhecidos e um lugar garantido no sistema de relações econômicas, sociais e

políticas. Por outro lado, há uma outra humanidade constituída por aqueles que sobrevivem através do trabalho precário, do pequeno comércio informal, do serviço mal pago, do "trambique", dos serviços escusos. Essas pessoas podem ter recursos para se inserir no fluxo de consumo, mas estão à margem da sociedade: são cidadãos de segunda classe, "incluídos" em condições degradadas, moral e socialmente. Entre esses dois universos abre-se um fosso cada vez mais difícil de transpor.

Laplane (2007), abordando o discurso da *educação inclusiva*, chama a atenção para o caráter potencialmente mistificador que esse discurso pode assumir no Brasil, tendo em vista o fato de ter sido importado de países com uma realidade social muito diferente. A autora mostra como o discurso da educação inclusiva acaba por apaziguar e ocultar as contradições sociais, enfocando apenas um aspecto e assim deixando na obscuridade a verdadeira dimensão do problema social, que não se restringe à área da educação, mas é muito mais amplo e profundo. "A ausência de referência às principais causas da desigualdade cria a ilusão de que a educação as gera e, conseqüentemente, de que a mudança nas formas de organização dos sistemas de ensino pode, sozinha, revertê-las" (*op.cit.*, p. 17). Ainda sobre a educação inclusiva, Ferreira e Ferreira (2007) apresentam estudos que mostram a precariedade do processo educacional para crianças com deficiência e argumentam que apenas a legislação não faz com que a educação inclusiva ocorra de maneira bem sucedida. Para os autores, vive-se um momento na educação em que os alunos com deficiência estão na escola, mas esta se mostra incapaz de ensinar a todos os seus educandos. Além disso, os alunos com deficiência ainda causam estranhamento, e a escola parece resistir em reconhecer que é sua atribuição oferecer a eles um processo educativo de qualidade; na cultura escolar parece ainda estar presente a concepção de que o lugar desses alunos é fora da escola regular.

Um outro discurso que remete ao núcleo de significações construídas no bojo do neoliberalismo é o discurso das *competências*, que também se mostrou em nossas análises. Autores como Fidalgo (2002) e Machado (2002), aos quais nos referimos no capítulo 3, discutem como essa noção foi sendo instituída na

esteira das novas formas de organização do trabalho próprias da reestruturação produtiva, e salientam o foco no indivíduo que essa noção implica, criando a ilusão de que a responsabilidade por se inserir ou não no mercado é apenas do sujeito. Como vimos nas falas de Gilberto, que reverberam o discurso vigente, espera-se que as pessoas com deficiência adquiram competências afinadas com o mercado, tenham escolaridade, realizem cursos profissionalizantes, esforcem-se individualmente em busca do “sucesso” profissional, busquem superar com seu próprio esforço a precariedade das políticas voltadas para essa população. Em tempos de neoliberalismo e de reestruturação produtiva, de “avaliação de desempenho” e “qualidade total” – expressões emblemáticas das atuais políticas corporativas -, o mercado busca sujeitos capazes, plenos, flexíveis, eficientes, ávidos por “vencer”.

Payer (2005) nos fala desses sujeitos ao salientar que, no movimento atual de globalização econômica, as transformações que vêm ocorrendo no jogo de forças do Poder, com o fortalecimento do mercado e o enfraquecimento do Estado devido à diluição das fronteiras nacionais, determinam alterações também nos enunciados fundamentais das práticas discursivas. Assinala que, enquanto na Idade Média o texto fundamental era o texto sagrado, e na Modernidade o texto fundamental é o texto da Lei, na sociedade contemporânea o texto que vem se instituindo como fundamental é o que está na mídia, particularmente na publicidade e no marketing, e seu enunciado-máxima pode-se resumir à palavra *sucesso*. A autora discorre então sobre as subjetividades instituídas nesse cenário de sentidos: sujeitos vorazes, que tudo querem saber, fazer, sujeitos determinados, polivalentes, capazes, plenos, e é nesse fluxo de significações que se inscrevem também as pessoas com deficiência e as imagens que delas se constituem.

Ao lado disso, os discursos sobre deficiência construídos ao longo da história, e mais particularmente no Brasil, como nos mostra Bueno (2009), determinam que ainda se tenha das pessoas com deficiência uma imagem ligada a déficit, a incapacidade, à impossibilidade de serem autônomas. Este autor faz uma análise da história das instituições que atendem a pessoas com deficiência –

em sua grande maioria, de caráter filantrópico -, enfocando particularmente o Brasil, e nos mostra que o fato de os serviços de atendimento a essas pessoas serem calcados numa concepção de “irreversibilidade da anormalidade” contribuiu de maneira decisiva para que se mantivesse a visão assistencialista, delegando ao âmbito da filantropia o atendimento dos deficientes. Bueno argumenta que os baixos resultados alcançados pelo trabalho dessas instituições contribuem para reforçar na sociedade a idéia de incapacidade e dependência dessas pessoas, e afetam aos próprios deficientes, que constituem suas subjetividades incorporando esses significados.

Todas essas vozes, entranhadas na cultura, nos constituem e constituem as próprias pessoas com deficiência, que vivem uma indefinição entre o sentimento de incapacidade e a busca de autonomia e reconhecimento.

5.2 - Deficiência e trabalho em meio a contradições

Outro aspecto que emerge da investigação refere-se às contradições que permeiam os discursos. A partir das análises foram-se evidenciando algumas regularidades que condensam, em termos da materialidade do discurso, um jogo de relações contrastivas, de oposições e oscilações entre o *sim* e o *não*; afirmativas e negativas, possibilidades e impedimentos, transformação e reprodução, avanços e retrocessos estão presentes nos enunciados não só das pessoas com deficiência quanto de todos os sujeitos. Porém, mais do que oposições e oscilações, foi-se evidenciando a partir das análises uma contradição intrínseca, os opostos no mesmo, o *sim* e o *não* simultâneos. A questão da deficiência é marcada por essa contradição intrínseca. Como vimos, a própria Lei de Cotas é contraditória em seu âmago: ao mesmo tempo que abre possibilidades de inscrição social às pessoas com deficiência, por outro lado marca-as, põe em destaque sua diferença, enfatiza justamente aquele aspecto que as tem mantido alijadas do mundo do trabalho e do convívio social.

Foucault (1995), investigando relações de poder a partir das formas de resistência ao poder, salienta uma das características atuais dessas lutas: por um

lado, elas defendem o direito à diferença e enfatizam “tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais” (p. 234); por outro, atacam tudo que separa o indivíduo, que fragmenta a vida comunitária e força o sujeito a voltar-se para si mesmo e ligar-se à sua identidade de modo coercitivo, submetendo-o, desse modo, aos outros. Nessa busca de resistência, a contradição está presente. No que se refere às pessoas com deficiência, elas parecem viver essa ambigüidade buscando estabelecer-se no espaço social, tentando encontrar um lugar, atravessadas pelas contradições do discurso da diferença e do discurso da inclusão social. A pessoa deficiente tem que “assumir” sua deficiência, expô-la, colocar em evidência sua diferença em relação aos demais, deixar-se nomear como deficiente para obter um trabalho, enquanto o discurso da inclusão ameniza as tensões e dissimula a discriminação que ainda afeta esse grupo.

Orlandi (1999) nos auxilia a compreender a questão da contradição ao discutir a noção de forma-sujeito³⁰. Segundo a autora, a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição, na medida em que o sujeito é ao mesmo tempo livre e submisso, ele tanto determina o que diz quanto é submetido à língua. A submissão na Modernidade é menos clara do que na Idade Média, em que havia uma subordinação explícita ao discurso religioso; configura-se agora a idéia de um sujeito livre, com poder de decisão e escolha - o sujeito do capitalismo -, tornando-se assim menos visível a subordinação, tendo em vista a ilusão de autonomia e liberdade individual que essa forma-sujeito traz em seu bojo. O sujeito-de-direito é um sujeito constituído por/nessa contradição. As pessoas com deficiência, tendo agora o “direito” garantindo-lhes o acesso ao trabalho, assim como o acesso a outros bens sociais, são impactadas pelas contradições presentes nesse processo.

³⁰ O conceito de forma-sujeito, inspirado em Althusser, refere-se aos processos pelos quais o indivíduo “esquece” o interdiscurso que o afeta e o absorve na formulação de seu discurso, como se este tivesse origem em sua unidade como sujeito; nesse movimento, identifica-se com a formação discursiva que o constitui e efetiva a ilusão idealista de sujeito autônomo e estável. Pêcheux caracteriza a forma-sujeito “como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*” (Pêcheux, 1988, p. 167).

Voices da memória discursiva ressoam nos sentidos contraditórios que se produzem ainda hoje sobre as pessoas com deficiência; como assinalamos no capítulo 3, Stiker (2008), em artigo no livro *História do Corpo*, nos auxilia a compreender essas contradições historicamente construídas. O autor discorre sobre a exibição pública de deficientes nos séculos XVII e XVIII nos *entra-e-sai* – espaços em que os visitantes entravam por alguns minutos para observar as pessoas com anomalias em exposição -, ainda numa situação de *monstros*. O *monstruoso* podia ser observado como curiosidade enquanto era visto como algo de natureza diferente, como não humano. Em meados do século XVIII os estudiosos Étienne e Isidore Saint-Hillaire passaram a sistematizar as monstruosidades, caracterizadas como as anomalias mais graves, e o olhar curioso e *voyeur* sobre as monstruosidades cedeu lugar ao olhar científico. As anomalias passaram a ser vistas não mais como castigo divino ou um capricho da natureza, mas como objeto da ciência; com o estudo científico abandonou-se a visão do corpo deficiente como monstruosidade. Guérin, um discípulo dos dois estudiosos, instituiu em meados do século XIX a “clínica” das anomalias: agora o estudo e a terapêutica das anomalias torna-se uma especialidade, e cria-se a Cadeira de Medicina Física.

Ao lado disso, Stiker refere que no fim do século XVIII produziu-se uma fratura histórica no olhar sobre os deficientes com a compreensão de que podiam ser educados; passam então a ser encarados de modo diferente, alterando-se a visão que se tinha sobre eles de miseráveis, feios e repugnantes. Durante todo o século XIX vivencia-se uma dicotomia em relação a essa questão: por um lado, a visão “miserabilista”, nos termos de Stiker (p. 352) e, por outro, a nova visão educativa. O autor cita o caso da educação dos surdos como típica das contradições vividas nessa época: o método gestual usado pelos surdos e que o Abade de l'Épée promoveu e divulgou, ao mesmo tempo em que possibilitou a educação dos surdos e conferiu-lhes o estatuto de seres humanos passíveis de serem educados, provocou reações negativas, pois reeditou a concepção antiga de que a comunicação por gestos não é digna do homem civilizado, sendo própria deste apenas a linguagem oral; a mímica seria uma regressão que punha em

evidência a anormalidade. Em um congresso sobre educação de surdos ocorrido em 1880, em Milão, instituiu-se como válido o método oral - ele normalizaria a enfermidade-, e a linguagem gestual ficou relegada à clandestinidade por um século. Assim, o método gestual que permitia o acesso dos surdos à educação, paradoxalmente fazia com que fossem vistos como infra-humanos; a visão de indivíduos falando através de sinais corporais era intolerável para as mesmas pessoas que visavam educá-las. O oralismo estrito, no entanto, implicava que os surdos ficassem praticamente impossibilitados de ter acesso à cultura. A contradição em relação à deficiência marcou de maneira muito forte todo o século XIX, que se debateu nesse dilema: como conferir normalidade aos deficientes e minimizar sua aparência chocante, ao mesmo tempo sublinhando sua anormalidade, sua especificidade e diferença? Ecos dessa contradição ainda reverberam de maneira vívida nos discursos atuais, constituindo-os.

No fim do século XIX e início do século XX novos sentidos foram se introduzindo, ao se desenvolverem procedimentos de reabilitação para acidentados do trabalho, na esteira do processo de industrialização. Consolidou-se a percepção de que as deficiências não são fruto de castigo divino, e foi-se estabelecendo a compreensão de que a deficiência não é um problema de âmbito estritamente individual, mas também social. Formularam-se leis, reconheceu-se o direito social. Mas mantiveram-se essas duas vertentes de significações no que se refere às pessoas com deficiência: o *monstro*, exibido em praça pública, causando curiosidade, estranhamento e repulsa, em oposição à pessoa que tem uma anomalia, cientificamente compreensível, e que tem direitos como cidadão. Segundo Stiker, no imaginário popular ainda se mantêm, de alguma maneira, as duas visões contraditórias entre si. Apesar do direito e do conhecimento científico, o estigma permanece.

No que se refere a deficiência e trabalho, as contradições intrínsecas estão muito presentes. Para conseguir um emprego ou obter uma vaga de melhor nível, como vimos no caso de Angélica, as pessoas com deficiência precisam colocar em destaque sua condição, de modo a beneficiar-se da Lei de Cotas: em seus currículos, em meio aos atributos e qualificações, salientam que têm uma

deficiência. No entanto, essa exposição não implica que o ambiente passe a encarar com naturalidade sua condição: os relatos de Mariana e Angélica nos mostram as implicações do assumir-se deficiente, os ganhos e perdas, as conquistas e as humilhações, a ambigüidade que a lei traz em seu bojo. As pessoas com deficiência obtêm um emprego, inscrevem-se na vida social, mas ficam marcadas pelo estigma. Conseguem empregar-se, mas as condições de trabalho frequentemente são injustas, e mesmo absurdas: diferenças salariais, humilhações, agressões sutis, e até o não-trabalho, apesar do registro em carteira.

Nas políticas voltadas para as pessoas com deficiência, as contradições são recorrentes. Na área educacional, ao mesmo tempo em que se alardeia a chamada inclusão escolar, não se oferecem os recursos necessários para um real acesso dos alunos deficientes ao conhecimento, e a legislação abre brechas para as parcerias com instituições privadas de caráter assistencial, com todo o significado de exclusão que isso contém. Uma das políticas de assistência social voltada para as pessoas com deficiência - o Benefício de Prestação Continuada (BPC)³¹ - instiga a uma reflexão sobre a questão da capacidade/incapacidade para o trabalho, e nos mobiliza a pensar na relação entre essa política e a Lei de Cotas. O BPC é uma política assistencial de transferência de renda, de caráter compensatório, dirigida àquela parcela da população que não tem condições de prover sua subsistência através do trabalho; a Lei de Cotas, por sua vez, vai em direção oposta: é uma política que visa a emancipação, na medida em que prevê a inserção social através do trabalho. A delimitação entre as duas é definida pela avaliação da capacidade ou incapacidade para o trabalho, atualmente feita com base num sistema avaliativo complexo e multifatorial, no caso do BPC - o Código Internacional de Funcionalidade (CIF), elaborado pela Organização Mundial de Saúde em 2001 - que amplia a concepção dos processos de doença/saúde, focando na funcionalidade e não na incapacidade, além disso agregando a

³¹ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito previsto na Constituição de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 e implementado em 1996. Esse benefício assistencial consiste em um auxílio pecuniário de um salário mínimo a ser pago continuamente a idosos com mais de 65 anos e pessoas com deficiência que não tenham condições de prover sua própria subsistência, e cuja renda familiar *per capita* não ultrapasse ¼ do salário mínimo vigente.

avaliação dos fatores sociais e das condições concretas de vida. No entanto, a delimitação entre uma condição e a outra é tênue é mutável: uma mesma pessoa com deficiência pode, em um determinado momento, fazer jus ao BPC, e num outro, enquadrar-se nos critérios da Lei de Cotas. Essa colocação em uma ou outra posição depende também do olhar do avaliador, de sua concepção sobre as capacidades e limitações das pessoas com deficiência. O BPC constitui importante instrumento não-contributivo de proteção social a contemplar uma parcela da população que é alijada do mundo do trabalho, mas é no mínimo instigante pensar-se que duas políticas de sentidos opostos tenham entre seus públicos-alvo uma delimitação tão fluida e pouco definida.

Castel (1998) salienta a distinção existente entre políticas de integração – universais, transformadoras de toda a sociedade - e políticas de inserção – focadas em determinados grupos em desvantagem, mas que, no lugar de transformadoras e emancipatórias, seriam apenas “reparadoras” dos efeitos da desigualdade social. Parecem prevalecer estas últimas no caso das pessoas com deficiência.

Quanto ao trabalho, as contradições emergem em vários aspectos. Em primeiro lugar, há a contradição intrínseca ao trabalho na sociedade capitalista, sobre a qual Marx e, em sua esteira, tantos outros nos falaram, tema já abordado no item referente a Trabalho, no capítulo 3.

A abordagem de Yves Clot (2006) ao tema da função psicológica do trabalho nos mobiliza a refletir sobre outras contradições. Para elaborar sua argumentação, Clot salienta que o trabalho é uma atividade forçada, orientada e regulada a partir do exterior, citando vários autores, entre eles Wallon, que definem o trabalho nessa perspectiva. Através do trabalho o homem “sai de si”, transcende o âmbito das respostas naturais do organismo às excitações do momento. Segundo Clot, “o que constitui a função psicológica do trabalho é, paradoxalmente, ser um objeto estranho a nossas necessidades imediatas que não se harmoniza de modo direto com nossa atividade” (p. 72). Justamente porque o trabalho é “estranho” às necessidades imediatas é que se constitui como uma função psicológica, na medida em que é central e constitutivo do humano

como ser social e histórico. Sendo uma atividade forçada - que não atende a demandas imediatas e naturais, mas é criação do ser humano em conjunto com outros seres humanos, no fluxo da história -, ao mesmo tempo em que constitui o homem como ser histórico e cultural, abriga também “os riscos daquilo a que o trabalhador se submete” (*op. cit.*, p.69). A indeterminação sobre o homem no âmbito biológico desloca a determinação para o âmbito da história das relações pessoais do sujeito no mundo; em função disso, o risco de alienação é constitutivo da vida humana. Segundo Clot, o ser humano desenvolve seu *poder de agir* graças aos outros a cada prova que enfrenta, e esse modo de se constituir implica no risco sempre presente de que cada acontecimento seja também fonte de sofrimento.

Ao lado da dimensão constitutiva e central na vida humana, o trabalho assumiu, na sociedade capitalista, formas que destituem o homem do espaço de criação e do *poder de agir*, do significado de trabalho como atividade humana. Há o trabalho irrealizado, nos termos de Clot, aquilo que está impedido de se realizar, o esvaziamento do trabalho de seu sentido de atividade humana por excelência. No caso das pessoas com deficiência, somam-se, a esse processo degradador e impeditivo, as marcas do preconceito, do estigma, dos sentidos de incapacidade atribuídos a essas pessoas, e potencializam-se as contradições relativas a deficiência e a trabalho. Entrar no mercado de trabalho é participar da produção humana nas condições concretas do sujeito, e esse processo é particularmente contraditório para as pessoas com deficiência, pois, se ingressam no fluxo da atividade humana e passam a ter o reconhecimento social que isso implica, suas condições concretas de existência determinam modos de participação nesse processo marcados pelo preconceito e pela discriminação.

Mas de nossas análises emerge também a constatação de que, apesar de tudo isso, essas pessoas conseguem avanços, melhoram suas vidas, ressignificam seu lugar no mundo. Em meio à repetição dos velhos discursos, o novo também emerge, outros sentidos vão se introduzindo. É nesse movimento dialético que a questão da deficiência vai sendo abordada, falada, significada; discursos se naturalizam, mas práticas novas vão se instituindo e as próprias

peças com deficiência, incorporando essas contradições, constituem-se refletindo e refratando essa realidade, sendo significadas mas também trazendo significações novas sobre sua condição.

5.3 – Condições de possibilidade dos sujeitos

Vejamos em breves linhas como prosseguiu a vida dos sujeitos que nos acompanharam neste estudo. Em novembro de 2009 estive com Mariana, Angélica, Irene, Gilberto e Rosana. Conversei longamente com eles, ouvi seus relatos, acompanhei por sua narrativa o movimento de suas vidas, e trago aqui, finalizando este trabalho, alguns elementos dessas histórias.

Mariana terminou o ensino médio, cursou informática, lutou por encontrar trabalho e, com o certificado de homologação do INSS, finalmente conseguiu seu primeiro emprego: trabalha há mais de dois anos na área administrativa de uma empresa que presta serviços à Petrobras. Está mais segura, mais falante, orgulhosa por trabalhar em uma boa empresa e feliz por finalmente ter seu próprio dinheiro e poder ajudar os pais. Continua não tendo muitos amigos, nem namorado.

Irene conta como está feliz no emprego na Empresa Q, na área de limpeza, que conseguiu com o certificado do INSS. Sente-se querida, valorizada pelos chefes, e fez muitas amigas. Diz-me que passou a se sentir mais valorizada em casa, também. Irene agora quer voltar a estudar e cursar o ensino médio.

Angélica foi demitida da multinacional em que trabalhava, e atribui essa demissão à denúncia que fez no Ministério do Trabalho e Emprego sobre discriminação na empresa em relação aos deficientes no que se refere a salário. Atualmente trabalha numa empresa aérea, mas está insatisfeita e procura novo emprego. É feliz com sua família, porém fala com amargura do preconceito para com as pessoas com deficiência e relata situações de discriminação por que passou. Não acredita que só a Lei de Cotas mude essa realidade, e pensa que é necessário um programa sistemático de educação para introduzir na sociedade uma nova visão sobre a deficiência.

Gilberto continua sendo professor do Serviço S e gosta muito do que faz. Depois de nossa conversa em 2005, Gilberto concluiu o curso de Análise de Sistemas, graduou-se em Pedagogia, e atualmente faz especialização em educação inclusiva. Conta-me que procura uma nova namorada, e acredita que a pior barreira para as pessoas com deficiência seja o preconceito.

Rosana, depois de passar pelo INSS e não obter o certificado de homologação, trabalhou sem registro como auxiliar de limpeza, em trabalhos precarizados. Inconformada por não receber o certificado de homologação, lutou para provar que tem uma deficiência, até que uma oftalmologista lhe deu um laudo comprovando essa condição. Conseguiu então, pela Lei de Cotas, empregar-se em um *shopping* como auxiliar de limpeza e finalmente obter seu tão esperado registro em carteira, que lhe trouxe segurança e tranquilidade. Mas ela ainda me fala de discriminação...

As histórias dos sujeitos mostram toda a ambiguidade que vivenciam: revelam os impedimentos, o preconceito, o sofrimento, e ao mesmo tempo as possibilidades, as lutas, as conquistas, as portas que se abrem com a proteção da contraditória Lei de Cotas e com o documento que lhes imprime o estigma, e a ampliação de seu universo por participar do tão almejado mundo do trabalho.

Assim, um ponto que também se apresenta à reflexão é a questão das condições de possibilidade dos sujeitos. Embora sofram as determinações dos discursos, da ideologia e do inconsciente, essas pessoas podem também ser agentes, resistir, ter um espaço de vontade. Smolka (1997) aborda essa questão e nos fala das concepções de Vigotski que possibilitam compreender o homem não como um sujeito uno, homogêneo, mas duplo,

(...) na luta/tensão constante – social, mental – entre autonomia/submissão; homem capaz de, experienciando e condensando diversas posições/papéis sociais, controlar (o outro, a si próprio) e resistir. Nessa concepção, o homem não é simplesmente produto das circunstâncias, mas (agente que) transforma as circunstâncias e se transforma (se produz) nessa atividade. Hoje, de maneira talvez mais pertinente, dizemos que o homem produz linguagem e se produz simultaneamente na/pela linguagem (p. 38).

Abordando o tema discurso e sujeito, Possenti (2004) problematiza a concepção de sujeito assujeitado, assim como a de sujeito livre que determina plenamente o que diz, defendendo a posição de acreditar no sujeito ativo, cuja ação se dá no interior de semi-sistemas em processo. Argumenta que o sujeito deve ser concebido como algo mais do que um mero lugar por onde passa o discurso, e que para isso é necessário admitir a hipótese mínima de que ele age.

Os sujeitos *são históricos e atuam*; (...) a interação existe e se caracteriza pelo jogo tenso entre o que já houve e o acontecimento circunstancial que ela é, no qual os sujeitos têm um papel que ultrapassa o lugar que ocupam segundo o imaginário. (p. 102).

Possenti defende que se compreendam os sujeitos como integralmente sociais e históricos, e ao mesmo tempo integralmente individuais, de modo a evitar, por um lado o subjetivismo e, por outro, que o sujeito seja visto como uma peça que apenas sofre efeitos da história e da linguagem. O autor salienta que há domínios em que os sujeitos são fundamentalmente efeitos, mas há outros em que sua atuação se mobiliza e é verificável. Se as condições *condicionam*, e não *causam*, é pelo concurso do papel ativo do sujeito que se pode explicar porque as coisas acontecem como acontecem; se assim não fosse, estaria se admitindo apenas o previsível.

Nessa perspectiva, pode-se pensar que as pessoas com deficiência, e também outros sujeitos envolvidos com a questão, à medida que atuam e interferem na realidade, podem produzir novos sentidos e contribuir para promover transformações. As pessoas com deficiência podem se *empoderar*, não de modo individualista, mas numa perspectiva coletiva, associando-se a outros deficientes e a outros grupos; podem procurar (res)significar a si próprios através de uma participação coletiva, da construção do espírito crítico, de consciência de seu lugar e das determinações sofridas, em busca de emancipação.

É possível, tomando consciência dos sentidos que se produzem, estando alertas para os efeitos de evidência dos discursos vigentes, contrapor resistência,

introduzir o novo, trilhar um caminho coletivo não mais da busca de assistência, de amparo social, de programas compensatórios, de benesses secundárias, mas do direito de acesso. Nossos sujeitos não estão engajados numa dimensão mais ativa de luta e atuação política, mas sua participação na realidade social como indivíduos inscritos na rede reconhecida do mundo do trabalho certamente traz repercussões nos modos de significarem a si e de serem significados pelo outro, contribuindo em alguma medida para que se alterem, a partir dessa mudança de lugar, os sentidos sobre a deficiência.

Como nos diz Orlandi (1999) sobre as brechas no discurso:

O sentido e o sujeito poderiam permanecer os mesmos, no entanto deslizam, derivam para outros sentidos, para outras posições. (...) Entre a regra e o jogo, entre o sedimentado e o a se realizar, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e também se deslocam (p. 52).

5.4 – Retomando a questão do Estado

Nestes últimos parágrafos, retomo ainda a questão do Estado, abordado conceitualmente no capítulo 2 na perspectiva gramsciana, trazendo agora algumas reflexões sobre o Estado visto “por dentro”, a partir da experiência vivenciada na posição de quem nele atua. Ao longo deste estudo, apresentaram-se diferentes formas de ocupação desse lugar, nos muitos modos de operacionalizar as ações do Estado. Essas formas não são homogêneas: existe uma diversidade nas ações, nas configurações que se estabelecem nos diferentes momentos, nas várias instituições, nos sujeitos e suas condições de possibilidade. À idéia de que as ações dos servidores públicos são determinadas e delimitadas pelas normas e “ordens de serviço”, contrapõem-se o espaço do sujeito e suas possibilidades de exercer o *poder de agir* de que nos fala Clot (2006). Mais uma vez me lembro das não-coincidências, não por acaso já tantas vezes assinaladas ao longo deste trabalho.

Os vários modos de dizer sobre as ações do Estado - exercer, executar, realizar, efetuar, representar (o Estado) –, se num primeiro momento parecem indicar uma falta de precisão na descrição dessas ações ou na definição de como se compreende o Estado, na verdade refletem a heterogeneidade das posições e das significações dos lugares assumidos, dos vários papéis desempenhados, dos modos de participação desse sujeito na implementação de uma política pública. Assim, há situações em que a servidora pública *executa* ações prescritas segundo as normas, mas ao mesmo tempo *exerce* sua profissão de psicóloga, acolhendo as angústias dos deficientes, por exemplo; *realiza* seu trabalho como sujeito no mundo que, afetado pela realidade mas também afetando-a, age a partir de um determinado corpo de valores, crenças e um determinado olhar sobre a realidade e, ainda, *representa* o Estado perante outras instâncias na medida em que responde a questionamentos, interpelações, dúvidas, críticas sobre a lei, que se dirigem ao Estado, e não à sua pessoa, num multifacetado mosaico de formas de atuar, lugares ocupados, imagens, significações. Esse mosaico está pleno de não-coincidências, tanto de mim comigo mesma, quanto entre os discursos dos diversos sujeitos que participam desse trabalho, e é em meio a essa heterogeneidade, num movimento constante, que novos modos de agir se delineiam, novos sentidos vão surgindo, novas possibilidades se instituem. O *executar*, o *exercer*, o *realizar*, o *representar*, ao mesmo tempo em que sofrem determinações, contêm também um germe de *transformar*.

O artigo de Côrtes (2007) sobre políticas públicas e conselhos municipais nos auxilia a refletir sobre essas questões. A autora mostra que, a partir da década de 80, passou a haver no país, por um lado, participação da população em órgãos consultivos nas diversas áreas de políticas públicas, conforme preconizado na Constituição de 1988; por outro, a crescente descentralização em várias áreas de política social, com a transferência de recursos da esfera federal para a municipal, condicionada à criação de fóruns participativos como os conselhos municipais, possibilitou que os municípios passassem a participar cada vez mais das decisões sobre políticas públicas. Os conselhos municipais têm sido objeto de atenção tanto pelo papel de influência que podem desempenhar nas decisões

sobre políticas públicas, quanto pelas relações que se estabelecem entre eles e os movimentos sindicais e populares nas demandas referentes a essas políticas.

Côrtes arrola alguns fatores que determinam o êxito ou não do funcionamento desses fóruns participativos, e entre eles salienta a importância da existência das *policy communities* – conjuntos relativamente estáveis de atores sociais, formados por profissionais de uma determinada área, servidores públicos e lideranças populares, que compartilham valores e o que pensam ser resultados desejáveis de uma determinada política. Em sociedades complexas, a decisão política já não ocorre em um lugar central, e são múltiplos os atores sociais capazes de influir nessas decisões; segundo a autora, a consolidação dos conselhos municipais e seu poder de influência foi mais bem sucedida em locais em que se formou uma *policy community*. No que se refere aos servidores públicos, Côrtes cita estudos segundo os quais a imagem desses funcionários como atores neutros, impessoais, meros cumpridores de normas, não corresponde ao que efetivamente acontece. Eles podem se caracterizar como membros ativos de organizações e grupos de interesses, ou participar de uma *policy community*, influenciando os processos decisórios e as ações que se realizam no setor público.

Neste ponto penso na relação dessa nova forma de articulação de forças com o trabalho do Grupo Interinstitucional e o movimento dialético que este vem realizando, por um lado reproduzindo sentidos e discursos estabelecidos, mas por outro possibilitando avanços, mudanças, ressignificações e conseguindo, além do cumprimento da lei e da ampliação do número de pessoas com deficiência contratadas pelas empresas, influenciar também os modos de se realizarem certas políticas. Penso ainda na relação entre esses novos arranjos interinstitucionais e a concepção gramsciana de Estado ampliado, na medida em que Estado e sociedade civil aqui também se articulam, em meio a conflitos, embates e alianças, e introduzem valores, crenças e novas práticas.

O Grupo Interinstitucional foi assumindo um papel que começou a se ampliar, a partir de sua consolidação como um colegiado que constituiu uma identidade; passou a dirigir-se a instâncias governamentais, à administração

municipal, a poderosas organizações empresariais, de modo a propor e reivindicar ações em determinadas direções, afinadas com um pensamento mais crítico, e cobrando dessas instâncias uma política local mais efetiva em prol dos direitos das pessoas com deficiência. Articulou-se, por exemplo, com um serviço municipal de apoio ao trabalhador e este passou a ter, entre suas atribuições, a tarefa de implementar um cadastro – agora público - de deficientes em busca de emprego e de empresas com vagas disponíveis. Outra ação que passou a ser discutida e planejada refere-se à intenção de influir nos centros decisórios para obter modificações na lei, de modo a ampliar seu alcance para outras categorias de deficiência, como enfermidades mentais, visão monocular, algumas doenças como anemia falciforme, e outros. Assim, ao lado dos elementos de reprodução e dos aspectos burocráticos que caracterizam as ações do Estado, há um espaço possível de atuação dos sujeitos.

Os vários modos como a lei foi sendo implementada e foi sendo incorporada pela vida social produziu mudanças, e os atores envolvidos passaram, por sua vez, a influir na própria lei em termos de seu “uso”, trazendo transformações, dando-lhe vida, aproximando-a da realidade concreta, da dinâmica dos acontecimentos.

Ao longo do tempo, o Grupo Interinstitucional passou a ter uma atuação mais próxima de grupos que empreendem uma luta política, como o Centro de Vida Independente de Campinas (CVI), organização não governamental gerida pelos próprios deficientes e que é ligada ao movimento internacional de luta pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência³². A partir de certa altura, o CVI

³² Os Centros de Vida Independente (CVI) são organizações não governamentais geridas pelas próprias pessoas com deficiência, e são ligadas ao Movimento de Vida Independente (MVI), organização internacional que se constituiu nos EUA na década de 70. Esse movimento tinha como bandeira a busca de autonomia das pessoas com deficiência, em reação ao controle e à tutela que eram exercidos pelas instituições, especialistas e familiares sobre elas, particularmente aquelas que haviam adquirido deficiências severas em decorrência da guerra do Vietnã. O termo *independente* referia-se à não dependência da autoridade institucional e familiar. (<http://cvi.org.br>) O primeiro CVI foi fundado em 1972 na Universidade de Berkeley, Califórnia, sendo que .nessa década houve o crescimento de movimentos sociais de outras minorias oprimidas – negros, mulheres, homossexuais. A partir do primeiro CVI, o MVI expandiu-se pelo mundo, contando atualmente com mais de 500 CVIs em diversos países; no Brasil, há 20 CVIs atuando, um deles na cidade de Campinas (<http://www.cvicampinas.org.br>).

Campinas integrou-se de maneira sistemática ao Grupo Interinstitucional, desempenhando papel significativo, fato também favorecido pelas características pessoais do representante que participa das reuniões. Outra instância importante, O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Campinas (CMPD), também tem participação no Grupo Interinstitucional, e os dois âmbitos buscam se fortalecer mutuamente para influir em avanços na realização de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. Esse conselho municipal pode, como vimos no estudo de Côrtes, constituir-se em um espaço político significativo de influência sobre processos decisórios, e sua articulação com outras instâncias, como instituições do Estado, profissionais da área e representantes de movimentos populares possibilita que consolide esse papel. Por outro lado, também nessa esfera as contradições se apresentam de maneira clara. Por exemplo, como já referimos antes neste estudo, um terço dos membros do Conselho em Campinas é constituído por representantes de instituições assistenciais que atendem a deficientes, mantendo-se assim, mesmo nesse fórum, a histórica proximidade entre deficiência e filantropia. Mas o Grupo Interinstitucional, em meio a todas as contradições que vimos nesta investigação, está interferindo na realidade, está possibilitando que deficientes se empreguem, que empresários ouçam novos discursos sobre deficiência e trabalho, que profissionais aprofundem sua reflexão sobre essas questões, que instituições melhorem seu trabalho e, até, que se discutam propostas de avanços na lei.

Trago aqui ainda uma última reflexão sobre minha posição de profissional que realiza seu trabalho no âmbito do Estado. A partir deste estudo aprofundou-se em mim a percepção de como vivenciar esse lugar ambíguo exige um contínuo repensar, um contínuo reformular-se para poder, através das instituições estatais, fazer valer as leis, a ordem jurídica, o direito, que por si são generalizadoras, e ao mesmo tempo conseguir ser sensível às pequenas tragédias do cotidiano dos sujeitos, às vivências e significações de cada indivíduo, poder lidar com as individualidades, as histórias de vida particulares, as singularidades... O profissional que atua no Estado, que vive muito de perto, junto com os sujeitos, os dramas de suas vidas, pode, refletindo sobre esses dramas, lançar luz sobre os

sentidos que permeiam as práticas, trazer novos sentidos, e assim interferir, impactar a realidade em que trabalha. Podemos, sim, ter a dimensão de sujeito agente, ter a responsabilidade de que nos fala Bakhtin (1993), *respondendo à realidade que se apresenta com o que o autor designa como pensamento participativo, não-indiferente* (p. 26). A partir desse lugar de sujeito que realiza seu trabalho na instância do Estado e que vive o desafio de vir à academia ouvir novas vozes e com elas dialogar, iluminando, com a reflexão teórica, seu agir, espero, com este estudo, poder contribuir para os avanços que já vêm ocorrendo, dando visibilidade, em alguma medida, aos meandros das práticas voltadas para esse segmento da população.

Os exercícios analíticos que buscamos empreender neste estudo enfocando discursos produzidos a partir de vários lugares sociais procuram oferecer alguma visibilidade aos processos de ocultamento, de ilusão de evidência permeando as relações e as práticas. Em tantos momentos ao longo do trabalho que relato neste estudo, nós todos, profissionais envolvidos, embora engajados e críticos, nos flagramos reproduzindo concepções naturalizadas sobre a deficiência, ora atribuindo às empresas a responsabilidade por proporcionar-lhes educação e qualificação profissional, eximindo o Estado, ora acreditando que não se pode esperar que as pessoas com deficiência tenham um desempenho pleno, e em outros momentos ainda, acreditando que a ação pontual e paliativa da lei, pautada numa classificação, possa resolver um problema muito mais amplo, o da injustiça social. Mas ao lado disso, outros sentidos também circulam, permitindo novas possibilidades, novas formas de olhar. É em meio às contradições, às tensões, que os sujeitos vão participando das práticas, vão significando...

Este trabalho, buscando dar visibilidade a essas contradições, aos efeitos de evidência, às nuances dos sentidos, procura contribuir para esse processo, mantendo-nos alertas para não se continuar simplesmente alimentando a ilusão de que o direito está sendo garantido, de que as ações estão sendo realizadas, de que esse movimento é harmônico e avança pacífica e linearmente em direção à emancipação dessas pessoas. Pondo a descoberto as contradições e as

naturalizações, este estudo procura mostrar o desconcerto, as não coincidências, os conflitos, de modo a favorecer que, com essa consciência ampliada, se instituam novos sentidos, novas palavras sobre as pessoas com deficiência e seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C.C.R. **O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2006.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

AMARAL, L.A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**. 1ª ed. São Paulo: Probel Editorial, 1995.

AMARAL, M. V. B. "O invisível da responsabilidade social na estrutura polêmica do discurso". In: Indursky, F., Ferreira, M.C. L. (Orgs.) **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. 1 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007, pp. 287-312.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Editora Musa, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997 a.

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997b.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. Rio de Janeiro, 1997c.

_____. **Para uma filosofia do ato**. Traduzido para uso didático e acadêmico por Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*, Austin: University of Texas Press, 1993, tradução e notas de Vadim Liapunov.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

_____. "Trabalhos e projetos". In: ORTIZ, R. (Org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

_____ **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Instrução Normativa INSS/PRES Nº 20**, de 11 de outubro de 2007. Disponível em <http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/38/inss-pres/2007/20/CAP5.htm>, acesso em 20/04/2009.

_____ **Decreto 3298/99** Disponível em www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm, acesso em 20/04/2009.

_____ **Lei 8213/91**. Disponível em www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/42/1991/8213.htm, acesso em 20/04/2009.

_____ **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, acesso em 20/04/2009.

BUENO, J. G. S. “A produção social da identidade do anormal”. In: FREITAS, C.F. (Org.) **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARDOSO, F. H. Notas sobre a Reforma do Estado. **Novos estudos CEBRAP** nº 50, março/1988, pp 13-21.

CARVALHO, M. F. **A relação do sujeito com o conhecimento: condições de possibilidades no enfrentamento da deficiência mental**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2004.

CASTEL, R. – **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Trad. de Iraci Poleti. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Trad. Adail Sobral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CORBIN, A., COURTINE, J-J., VIGARELLO, G. **História do corpo. Vol 2: Da revolução à Grande Guerra**. Trad. J. B. Kreuch e J. Clasen. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CÔRTEZ, S. V. “Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*”. In: HOCHMAN, G. et al. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CVI ARACI NALLIN-BRASIL. **Vida independente: conceito**. Disponível em <http://www.cvi.org.br>, em 03/11/2009

CVI CAMPINAS. **Internacional**. Disponível em <http://www.cvicampinas.org.br>, em 03/11/2009

DAGNINO, E. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: DANIEL MATO (Org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DI NUBILA, H. B. V. **Aplicação das classificações CID-10 e CIF nas definições de deficiência e incapacidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2007.

FERNANDES, R.C. **O que é o Terceiro Setor?** disponível em <http://www.rits.org.br>, acesso em 10/06/2008

FERRAREZI, E. El nuevo marco legal del Tercer Setor em Brasil. **Revista del CLAD Reforma e Democracia**, nº 20, pp. 35-72, Jun. 2001. Venezuela: CLAD.

FERREIRA, M.C.C. e FERREIRA, J.R. “Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas”. In: GÓES, M.C.R. e LAPLANE, A.L.F. (Orgs.) **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FIDALGO, F. A lógica das competências: contribuições teórico-metodológicas para comparações internacionais. **Pro-posições**, v. 13, n. 1 (37), jan-abr. 2002, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP.

FOUCAULT, M. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Coleção Tópicos. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Arqueologia do saber**. Trad. Luis Felipe B. Neves. 6. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Robert Machado. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000b.

_____. “O sujeito e o poder.” In: RABINOW, P. E DREYFUS, H. **Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da**

hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREITAS, C.F.(Org.) **História social da infância no Brasil.** 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

GÓES, M.C.R. e LAPLANE, A.L.F. (Orgs.) **Políticas e práticas de educação inclusiva.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Trad. Márcia B.M.Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 3.** Edição e trad. Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOCHMAN, G. et al. **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.** 1 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

JANNUZZI, G. “As políticas e os espaços para a criança excepcional”. In: FREITAS, M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____ **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

HOLBROOK, M.C. “What is visual impairment?” In: HOLBROOK, M.C. (Org.) **Children with visual impairments: a parent’s guide.** USA: Woodbine House, 1996.

IOSCHPE, E. (Org.) **3º Setor: desenvolvimento social sustentado.** 3. ed. Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 2005.

KASSAR, M.C.M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999a.

_____ **Modos de participação e constituição dos sujeitos nas práticas sociais: a institucionalização dos sujeitos com deficiência múltipla.** Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Unicamp, 1999b.

KOCK, I.G. V. **O texto e a construção dos sentidos.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____ **A inter-ação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1993.

- KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- LAPLANE, A .L.F. “Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar”. In: GÓES, M.C.R. e LAPLANE, A.L.F. (Orgs.) **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Manuel Dias Duarte. 2. ed. Lisboa: Horizonte, 1964.
- MACHADO, L. A institucionalização da lógica das competências no Brasil. **Proposições**, v. 13, n. 1 (37), jan/abr. 2002. Faculdade de Educação-Unicamp. Campinas, SP.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora Unicamp, 1997.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: reler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MARTINELLI, A. C. “Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora”. In: Ioschpe, E. (Org.) **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 2005.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, K. **O capital. Crítica da economia política**. Vol. I. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19-?].
- _____ e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2.ed. 3.tir. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MAZZOTTA, M. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo, Cortez, 1996.
- MOHELECKE, S. Ação afirmativa: história e debate no Brasil. **Cadernos de pesquisa** nº 117, novembro/ 2002, pp. 197-217.
- MONTAÑO,C. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 52, junho/2003, pp. 185-202.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

OUTHWAITE, W. & BOTTOMORE, T. (Orgs.) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea: sujeito, mídia e mercado. **Rua**, Campinas, 11: 9-25, 2005.

_____ **Educação popular e linguagem: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. "Análise automática do discurso". In: Gadet, F. e Hak, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1989.

_____ **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. **Tempo Social: Revista Social USP**, São Paulo, vol 1(1), 1990.

PINO, A. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação e Sociedade**. Campinas, ano XXI, nº 71, (pp. 45-78), jul. 2000.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. 4. ed. Curitiba: Criar, 2004.

SANTOS, R. E. e LOBATO, F. (Orgs.) **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SKLIAR, C. Alteridades y pedagogias. O... ¿Y se el otro no estuviera ahí? **Educação & Sociedade: dossiê "diferenças"**. Campinas, nº 79, ano XXIII, (pp. 85-123), agosto 2002.

SMOLKA, A.L.B. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Cadernos Cedes**. Campinas, nº 50, (pp. 26-40), 2000.

_____ Enseñar y significar: las relaciones de la enseñanza en cuestión. O de las (no)coincidencias en las relaciones de enseñanza. **Cultura y Educación. Revista de teoría, investigación y práctica**. Vol. 18 (1), pp. 3-14,

2006.

STILKER, H-J. “Nova percepção do corpo enfermo”. In: Corbin, A., Courtine J-J. e Vigarello, G. **História do corpo. Vol 2: Da revolução à Grande Guerra**. Trad. J. Batista Kreuch e Jaime Clasen. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TAVARES, M.L. **Previdência e assistência social: legitimação e fundamentação constitucional brasileira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

VERNANT, J. P. e VIDAL-NAQUET, P. **Mito e tragédia na Grécia Antiga**. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1977.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins fontes, 2009.

_____ **Psicologia concreta do homem**. In: Educação e Sociedade, ano XXI, vol. 71., pp. 23-44, Campinas, SP, 2000.

_____ **Teoria e método em psicologia**. Trad. Cláudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____ **Fundamentos de defectologia**. Trad. de M.C.P. Fernandez da edição em russo de 1983. Cidade de Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

_____ **Historia del desarrollo de las funciones psicicas superiores**. Havana: Editorial Cientifico Tecnica, 1987.

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.